UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MESTRADO ASSOCIADO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ENTRE AS NOVAS ORDENS ALIMENTARES E OS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSUSBAC E COOPERUAÇU NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG

Wdileia Mendes de Oliveira

Montes Claros – MG
Setembro/2020

Wdileia Mendes de Oliveira

ENTRE AS NOVAS ORDENS ALIMENTARES E OS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSUSBAC E COOPERUAÇU NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

Montes Claros-MG
Setembro/2020

Oliveira, Wdileia Mendes de

O48e
2020

Entre as novas ordens alimentares e os sistemas agroalimentares localizados: um estudo sobre a atuação da Assusbac e Cooperuaçu na região imediata de Januária / MG / Wdileia Mendes de Oliveira. Montes Claros, 2020.

170 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

Banca examinadora: Dr. Fausto Makishi, Dr. Valdemar João Wesz Junior, Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

Inclui referências.

1. Agricultura Familiar. 2. Economia agrícola. 3. Segurança alimentar. 4. Cooperativismo. 5. Associações, instituições, etc. I. Oliveira, Daniel Coelho de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 338.43

ELABORADA PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO ICA/UFMG
Rachel Bragança de Carvalho Mota / CRB-6/2838

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 22 dias do mês de setembro de 2020, às 14:00 horas, sob a presidência do Professor Daniel Coelho de Oliveira, D. Sc. (Orientador/Unimontes), e com a participação dos Professores Fausto Makishi, D. Sc. (ICA/UFMG) e Valdemar João Wesz Junior, D. Sc. (UNILA), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **WDILEIA MENDES DE OLIVEIRA**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: "Entre as novas ordens alimentares e os sistemas agroalimentares localizados: um estudo sobre a atuação da Assusbac e Cooperuaçu na região imediata de Januária/MG ".

A estudante foi considerada **Aprovada**, com as seguintes recomendações: as alterações foram repassadas pela banca de avaliadores.

E, para constar, eu, Professor Daniel Coelho de Oliveira, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

> **Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.**

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 22 de setembro de 2020.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Fausto Makishi, Professor do Magistério Superior**, em 23/09/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Coelho de Oliveira, Usuário Externo**, em 23/09/2020, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Valdemar João Wesz Junior, Usuário Externo**, em

24/09/2020, às 07:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0274535** e o código CRC **709FCA8E**.

Referência: Processo nº 23072.229928/2020-88 SEI nº 0274535

Wdileia Mendes de Oliveira

ENTRE AS NOVAS ORDENS ALIMENTARES E OS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSUSBAC E COOPERUAÇU NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território. Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Território

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

_____

Prof. Dr. **Daniel Coelho De Oliveira – UNIMONTES**
Orientador

_____

Prof. Dr. **Fausto Makishi – UFMG**

_____

Prof. Dr. **Valdemar João Wesz Junior – UNILA**

Montes Claros-MG
Setembro/2020

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer a todos que contribuíram com esse momento tão especial que é a conclusão dessa etapa de estudo é relevante salientar quão gratificante foi o processo de seleção, aprovação e conclusão do mestrado. Considero essa etapa como o divisor de águas.

Dito isso, quero agradecer e dedicar essa dissertação a Deus, pelo dom da vida, e aos meus pais, Alice e Delvino, pela confiança e apoio incondicional a mim, a minha vida e aos meus estudos. Aos meus irmãos Antônio, Wilson, Meire, Berenice, Delvânia e Maria Stela pela compreensão e pelas ausências nos momentos de estudo e participação nas atividades acadêmicas.

Agradecer ao meu orientador professor Doutor Daniel Coelho de Oliveira pelo apoio, paciência durante a escrita e construção dessa etapa científica que foi sendo lapidada a cada passo e se corporificando nessa dissertação. Pela persistência e confiança em conciliar experiência profissional e escrita cientifica.

Agradecer aos meus colegas do mestrado pela vivência de momentos desafiadores, mas também de alegria em partilhar cada atividade, desde a convivência na hora do almoço no restaurante universitário até os momentos de carona para a universidade.

Vivenciar essa etapa de busca de novos conhecimentos e aperfeiçoamento profissional foi desafiador e motivo de muito orgulho em potencializar e descobrir a oportunidade em validar e descrever as experiências exitosas de cada associado e cooperado que fazem parte da Rede Núcleo do Pequi.

Agradecimento em especial aos participantes das entrevistas na partilha, troca e no compromisso com as atividades coletivas exercidas pelos associados da Assusbac e cooperados da Cooperuaçu. A coordenadora da Emater/MG de Januária pela participação, paciência e contribuição. À diretoria da Associação Regional Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado pela convivência ao longo desses 12 anos de existência, parceria e apoio no momento das atividades acadêmicas. Agradecer aos amigos e amigas do IDENE pela amizade e contribuição no decorrer do mestrado.

Cada disciplina cursada um universo de conhecimentos se abre e motiva na busca de informações no direcionamento da escrita da dissertação.

Enfim, agradecer e dizer a palavra gratidão a cada amigo e amiga que ajudou e incentivou na vivência desses momentos de estudos e em especial aos participantes da banca de defesa da dissertação: ao Professor Doutor Fausto Makishi e ao professor Doutor Valdemar João Wesz Júnior.

RESUMO

A região intermediária de Januária/MG historicamente se destaca pelas atividades agroextrativistas. Na atualidade se observa a presença de agroindústrias familiares que trabalham com produtos artesanais, regionais e agroecológicos. Nesse sentido, optou-se por descrever o histórico e a trajetória da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos- ASSUSBAC e a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu - COOPERUAÇU, por se tratar de duas instituições que atuam no processamento e comercialização de produtos agroextrativistas da Agricultura Familiar, bem como na conservação ambiental e revitalização da bacia do Rio dos Cochos e Peruaçu. Para compreender a dinâmica produtiva e de consumo alimentar das duas instituições, optou-se em buscar referência na metodologia do Sistema Agroalimentar Localizado, a Teoria das Convenções e das Novas Ordens Alimentares com delimitação no mundo doméstico, mundo artesanal como desdobramento da ordem doméstica e mundo cívico a partir da articulação do circuito curto de comercialização na região imediata de Januária/MG. Em especial, torna-se como objeto de estudo os agroextrativistas e lideranças das comunidades tradicionais do Cerrado, mas especificamente aqueles ligados à Assusbac e da Cooperuaçu. Para tanto, utilizou-se como metodologia: revisão bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, e aplicação de roteiro de questionários estruturados para obtenção de informações demográficas, socioeconômicas, da produção familiar e comercialização dos produtos da região estudada. Os resultados da pesquisa apontam que a criação de alternativas sustentáveis de comercialização e ações propositivas de inserção dos produtos agroextrativistas nos circuitos curtos locais e regionais tem impactado e ampliado as transações comerciais na região. A implementação do projeto da comunidade que sustenta a agricultura (CSA) Peruaçu também contribuiu de forma significativa na diversificação da renda dos agroextrativistas, na autonomia dos agricultores familiares e na sua segurança alimentar e nutricional, mas não tem garantido a sua autossuficiência.

Palavras-chave: Novas Ordens Alimentares. Sistemas Agroalimentares Locais. Região Imediata de Januária/MG.

ABSTRACT

The intermediate region of Januária / MG has historically stood out for its agroextractive activities. Currently, the presence of family agroindustries that work with artisanal, regional and agroecological products is observed. In this sense, it was decided to describe the history and trajectory of the Association of Users of the Rio dos Cochos Sub-basin - ASSUSBAC and the Cooperative of Family Farmers and Agroextractivists of Vale do Peruaçu - COOPERUAÇU, as they are two institutions that operate in the processing and marketing of agroextractive products from family farming, as well as in environmental conservation and revitalization of the Rio dos Cochos and Peruaçu basin. In order to understand the production and food consumption dynamics of the two institutions, it was decided to seek reference in the methodology of the Localized Agri-Food System, the Theory of Conventions and New Food Orders with delimitation in the domestic world, artisanal world as an unfolding of the domestic order and world from the articulation of the short commercialization circuit in the immediate region of Januária / MG. In particular, the agroextractivists and leaders of the traditional communities of the Cerrado become the object of study, but specifically those linked to Assusbac and Cooperuaçu. For this, the methodology used was: bibliographic review, documentary research, case study, and application of a structured questionnaire to obtain demographic, socioeconomic information, family production and commercialization of products in the region studied. The results of the research show that the creation of sustainable marketing alternatives and purposeful actions for the insertion of agroextractive products in local and regional short circuits has impacted and expanded commercial transactions in the region. The implementation of the community project that supports agriculture (CSA) Peruaçu has also contributed significantly to the diversification of the income of agroextractivists, the autonomy of family farmers and their food and nutritional security, but it has not guaranteed their self-sufficiency.

Keywords: New Food Orders. Local Agrifood Systems. Immediate Region of Januária/MG.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região Intermediária de Montes Claros e a região Imediata de Januária/MG..... 28
Figura 2 – Mapa de localização das associações e cooperativas na região imediata de Januária/MG..... 32
Figura 3 – Mapa da província de Januária, segundo projeto de divisão político-administrativo do Brasil durante o período imperial, 1873..... 36
Figura 4 – Sede da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos – ASSUSBAC..... 49
Figura 5 – Sede da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos – ASSUSBAC..... 50
Figura 6 – Sede da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu – COOPERUAÇU..... 53
Figura 7 – Esquema representativo das transações econômicas identificadas nas entrevistas para cadeia produtiva dos frutos do Cerrado..... 142

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo que coleta frutos nativos..... 63
Gráfico 2 – Finalidade da coleta dos frutos..... 64

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro síntese das instituições ASSUSBAC e COOPERUAÇU.... 59

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividades econômicas, tipo de práticas agrícolas e grupo por área total..... 29
Tabela 2 – Números de estabelecimentos agropecuários, áreas dos estabelecimentos agropecuários, área territorial total e condição legal das terras..... 30
Tabela 3 – Perfil dos entrevistados da ASSUSBAC e COOPERUAÇU..... 60
Tabela 4 – Calendário dos Frutos do Cerrado – Fonte de Matéria Prima..... 65
Tabela 5 – Acesso as Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar..... 83
Tabela 6 – Frequência de Utilização dos Canais de Comercialização..... 142
Tabela 7 – Razões para Utilizar os Canais de Comercialização..... 144

LISTA DE SIGLAS

AIR - Agroindústria Rural

APA - Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu

APL - Arranjo Produtivo Local

ARAJAN - Associação Rural Apícola de Januária/MG

ASA - Articulação no Semiárido brasileiro

ASSUSBAC - Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos

BPA's - Boas Práticas de Produção Agropecuária

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEIVA - Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPERJAP- Cooperativa de Catadores de Pequi de Japonvar

COOPERATIVA GRANDE SERTÃO - Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda

COOPERUAÇU - Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu

CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura

DHAA - Direito Humano a Alimentação Adequada

EMATER/MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

FUNAM - Fundação Educacional do Alto-Médio São Francisco

GEFEN - Grupo de Estudos em Frutíferas Exóticas Nativas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA/UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Montes Claros

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IFSMG/Inconfidentes - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes.

INCUBATECS - Incubadora de Tecnologia vinculada ao IFNMG - Campus Januária

ISPN - Instituto Sociedade Preservação e Natureza

MEB - Movimento Eclesial de Base

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEA Minas D´Água - Núcleo de Estudos em Produção Orgânica e Agroecológica vinculado ao IFNMG campus Januária/MG

NÚCLEO DO PEQUI - Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado

NPPJ - Núcleo de Pesquisa de Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNCP - Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu

PGPM Bio - Programa de Garantia do Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP-ECOS - Programa de apoio aos Pequenos Projetos Ecossociais

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas Rurais

PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF- Secretaria de Agricultura Familiar

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDA/ MG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIAL - Sistema Agroalimentar Localizado

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFVJM - Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

UNIP - Universidade Paulista

WWF - World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

METODOLOGIA DA PESQUISA 22

CAPÍTULO1 – A REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG: ENTRE O HISTÓRICO DE RESISTÊNCIAS E AS ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS 28

1.1 ÁREA DE ESTUDO: REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA 28

1.2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO E A INFLUÊNCIA DO RIO SÃO FRANCISCO 33

1.3 O PAPEL DO EXTRATIVISMO NO CERRADO DOS GERAIS DO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO 42

1.4 HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA SUB-BACIA DO RIO DOS COCHOS (ASSUSBAC) 45

1.5 UMA ANÁLISE DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROEXTRATIVISTAS DO VALE DO PERUAÇU (COOPERUAÇU) 53

1.6 DADOS EMPÍRICOS DA PESQUISA REFERENTE À ASSUSBAC E COOPERUAÇU 58

1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO 66

CAPÍTULO 2 – DA TEORIA DAS CONVENÇÕES ÀS NOVAS ORDENS ALIMENTARES 69

2.1 TEORIA DA CONVENÇÃO: ENTRE MUNDOS E GRANDEZAS 69

2.2. AS ORDENS ALIMENTARES: APLICAÇÃO DA TEORIA DAS CONVENÇÕES AO SISTEMA AGROALIMENTAR 75

2.3 O MUNDO DOMÉSTICO 77

2.3.1 Dados empíricos dos Programas de Apoio à Agricultura Familiar em Januária/MG *82*

2.4 O MUNDO ARTESANAL E OS CIRCUITOS CURTOS 86

2.4.1. Os circuitos curtos e produtos artesanais: o caso da Cooperuaçu *94*

2.5 O MUNDO CÍVICO E NÚCLEO GESTOR DA CADEIA PRODUTIVA DO PEQUI E OUTROS FRUTOS DO CERRADO 101

2.5.1 Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado *108*
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO 116

CAPÍTULO 3 – O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG E OS PRINCIPAIS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO. 119

3.1 SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO (SIAL) 121
3.2 PESQUISAS E AS AÇÕES PÚBLICAS DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DOS FRUTOS DO CERRADO 130
3.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG 135
3.3.1. Os principais canais de comercialização da Assusbac *136*
3.3.2. Os principais canais de comercialização da Cooperuaçu *137*
3.3.3 Análise das cadeias curtas e canais de comercialização Assusbac e Cooperuaçu *138*

CONSIDERAÇÕES FINAIS 147

ANEXOS 150

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

INTRODUÇÃO

A resistência, a capacidade de resiliência dos agricultores familiares e agroextrativistas pode ser observada na criação de redes alternativas agroalimentares, elas configuram em nichos de mercado e se apresentam cada vez mais como alternativa para o processo de produção e comercialização. Há também novas conexões entre agricultores e consumidores, a luta coletiva em favor das políticas públicas de apoio à agricultura familiar[1] que reconhecem e ressignificam os produtos regionais, agroecológicos, artesanais e domésticos. Deve-se destacar a valorização de cadeias produtivas de frutos nativos dos biomas brasileiros, historicamente utilizados pelas populações que neles vivem, no caso do cerrado, se evidencia a Cadeia Produtiva do Pequi, com significância nos aspectos sociais, políticos, financeiros, ambientais e culturais.

Nesse sentido, o presente trabalho, optou por pesquisar a organização institucional e social dos sujeitos de duas organizações pertencentes ao "Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado [2]", e adentrar na análise das estratégias e canais de comercialização dessas organizações que atuam na região, Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos (ASSUSBAC) e Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu Ltda. (COOPERUAÇU). Para um melhor entendimento do recorte analítico, faz-se necessário caracterizar a região geográfica imediata de Januária/MG, apresentar o

[1] Não será realizado no presente trabalho um aprofundamento teórico sobre o conceito de agricultura, mas é relevante esclarecer que o debate acerca do conceito conta com uma extensa literatura no Brasil, que vão desde definições antropológicas, vide Carneiro (1999) a trabalhos de cunho econômico, vide Buainain; Romeiro (2000). Já o conceito institucional de agricultura familiar leva em consideração: a composição da mão-de-obra e a gestão da unidade produtiva, além do percentual mínimo de renda familiar provindo da propriedade, conforme estabelece o Art.3º da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006): "Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividade econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família".
A discussão teórica é rica e significativa, mas para os termos dessa pesquisa não será objeto de estudo aprofundado nesta dissertação.

[2] Ao referir sobre a cadeia produtiva do pequi e outros frutos do cerrado deve não apenas destacar o pequi, em face desse pressuposto que existe legislação específica de proteção e ser considerado imune ao corte, mas um conjunto de outros frutos do cerrado como: buriti, baru, umbu, jatobá, panã, cajuí, cagaita, mangaba, favela e coquinho azedo.

seu regime de ocupação, as características socioeconômicas, bem como as articulações políticas, econômicas, culturais e sociais. Será dada especial atenção à envoltura dos grupos sociais, governamentais e não governamentais que buscam promover a democracia alimentar e a defesa dos bens comuns existentes na região em estudo.

A atual dissertação busca conhecer os canais de comercialização da Assusbac e a Cooperuaçu, assim como, as novas ordens alimentares e como se constitui o sistema agroalimentar localizado na região imediata de Januária/MG. Nesse contexto, a pesquisa investigou as especificidades de duas organizações e suas articulações com os atores e instituições apoiadoras da rede de empreendimentos pertencentes ao Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, que passo a denominar Núcleo do Pequi[3].

Nesse sentido, essa dissertação tem como objetivo geral: Investigar as estratégias de comercialização e inserção dos produtos artesanais, regionais e agroecológicos oriundas das agroindústrias familiares Assusbac e Cooperuaçu, nos canais curtos de comercialização, localizadas na região imediata de Januária/MG e as formas de aproximação dos consumidores a partir das articulações dos agroextrativistas ao sistema agroalimentar localizado.

E tem como objetivos específicos: 1. Verificar os limites e as potencialidades das políticas públicas de apoio à agricultura familiar nos mercados institucionais a partir da operacionalização pela Emater/MG. 2. Refletir o circuito curto de comercialização dos produtos artesanais, regionais e agroecológico e a criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura- CSA- Peruaçu a partir da visão dos agroextrativistas e lideranças da Assusbac e Cooperuaçu. 3.Verificar em que medida os canais de comercialização da Assusbac e Cooperuaçu aproxima e se constitui um Sistema Agroalimentar Localizado na região imediata de Januária/MG.

O caminho percorrido na dissertação foi trilhado inicialmente com revisão documental e bibliográfica de várias temáticas. No primeiro momento, trabalhos sobre Januária/MG, o histórico de ocupação dessa região e a influência do Rio São

[3] O Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado constitui uma REDE formada por Associações e Cooperativas agroextrativistas e instituições de apoio. Fundada em 2008 por meio do Plano Nacional da Sociobiodiversidade do Governo Federal que promoveu a Oficina de Planejamento Participativo da Cadeia Produtiva do Pequi no Norte de Minas Gerais, em Montes Claros-MG, e que passo a denominar Núcleo do Pequi.

Francisco, a importância do extrativismo do Cerrado nos gerais do Alto-Médio São Francisco. Em seguida, trabalhos referentes à nova divisão geográfica do Brasil em regiões Intermediárias e imediatas proferida pelo IBGE, nesse caso a região imediata de Januária/MG.

Sobre o histórico da Assusbac e da Cooperuaçu foram analisadas as ações da Associação no processo de revitalização da sub-bacia do Rio dos Cochos e suas estratégias de comercialização dos produtos provenientes das agroindustriais familiares. As iniciativas propositivas das duas instituições contaram com o apoio de Organizações governamentais da Holanda, Bélgica, Alemanha e França em defesa da conservação da natureza, valorização de estratégias de produção sustentável, política de abastecimento de alimentos com respeito ético às culturas alimentares e tradições regionais. A diretoria da Assusbac e a Cooperuaçu procuram criar estratégias de transação comercial por meio dos canais de comercialização que reconhecem a necessidade de mudanças no consumo e propõem ações para dinamizar a economia local, de forma mais comprometida com a saúde pública dos grupos sociais articulados e vinculados em seus territórios.

A proposta de pesquisa também analisou as ações do Núcleo do Pequi. A organização se esforçou na busca de representação institucional e inclusão dos agroextrativistas e agricultores familiares na ocupação de espaços de reflexão pela democracia alimentar e acessos aos direitos previstos no “Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado- Pró-pequi”.

Deve-se salientar que existem na literatura muitos estudos sobre a Cadeia Produtiva do leite, da soja, da carne, mas ainda há lacunas em estudos sobre as particularidades do Sistema Agroalimentar Localizado. Enquanto os sistemas agroalimentares localizados buscam compreender as atividades produtivas e de consumo, na tentativa de entender as redes de relacionamentos e a ponta específica dos canais de comercialização que envolvem a associação e a cooperativa com relação as transações comerciais com a indústria, a inserção nos mercados locais e nos mercados institucionais. A discussão de cadeia é baseada em sistemas de commodities. É um tema complexo. Essa visão de cadeia fundamentada em commodities é simplista e focada em poucos produtos e sem diferenciação. E não serve para explicar as diversidades de frutos, de produtos e de práticas que precisam

ser pesquisadas para ressignificar e validar os conhecimentos e as práticas adotadas dos povos e comunidades tradicionais localizados na região imediata de Januária/MG.

Metodologia da Pesquisa

A escolha da região para pesquisa ocorreu em virtude quantidade e proximidade dos empreendimentos da agroindústria familiar na região geográfica imediata de Januária/MG. O objeto de estudo são os agroextrativistas e lideranças pertencente da Assusbac e Cooperuaçu instituições localizadas no munícipio de Januária/MG e inseridas no sistema produtivo local e nos circuitos curtos de comercialização em destaque nesse estudo.

A complexidade do objeto de estudo exigiu a utilização de um conjunto de técnicas de pesquisas. A estratégia adotada começa pela revisão bibliográfica do referencial teórico, pesquisa documental e dados secundários fornecidos pelas instituições de apoio atuante na região imediata de Januária/MG.

A pesquisa utilizou como suporte e referencial teórico, a revisão bibliográfica da literatura sobre a Teoria das Convenções, o Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL), Novas Ordens Alimentares, Redes Alternativas e Canais Curtos de Comercialização. Deve-se ressaltar que boa parte dos estudos, como esse referencial teórico, se concentram nas regiões sul e sudoeste do país. A utilização da literatura na análise dos empreendimentos na região imediata de Januária/MG pode proporcionar distintas abordagens devido às diferenças históricas, geográficas, sociais, regionais e organizacionais da área de estudo.

Não posso deixar de destacar minha atuação como extensionista e pesquisadora no Núcleo do Pequi. Trabalhei durante 12 anos nessa entidade desde a participação na Oficina do Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade realizada em 2008. A Rede Núcleo do Pequi é uma associação regional formada por associações e cooperativas agroextrativistas e de instituições de apoio que busca a articulação, a gestão da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do cerrado. O Núcleo tem como missão fortalecer as iniciativas coletivas, representar politicamente as instituições participantes, propor políticas públicas, estimular a comercialização dos produtos do cerrado e incentivar a capacitação e articulação dos participantes da cadeia do pequi e outros frutos do cerrado.

Destarte, a minha atuação profissional na função de assessora dos grupos e na assistência técnica com cada membro dos segmentos representados na Rede Núcleo do Pequi ajudou na “tradução” e “descrição” das experiências de cada

empreendimento e grupos sociais por meio de cada ata lida, dos relatórios, dos aspectos delicados, o que era comum entre os grupos. Outro elemento de contribuição que deve ser destacado é a aproximação e a facilidade do acesso aos documentos e aos representantes das instituições de apoio.

As atividades profissionais como agente governamental do Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) na representação junto ao Conselho Diretor Pró-pequi o que foi muito positivo, já que a função me permitiu discutir ideias e proposições de ações públicas nos espaços de representação da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado. Por outro lado, existe a dificuldade do “distanciamento” na análise dos grupos estudados, uma vez que eles fizeram parte das atividades cotidianas de trabalho.

A pesquisa documental buscou analisar a trajetória institucional do Núcleo do Pequi, dentre outros materiais de pesquisa referente ao tema proposto, instituições governamentais e não governamentais atuantes no apoio ao Arranjo Produtivo Local e na comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares situadas na região imediata de Januária/MG. Em um segundo momento, foi realizada a análise documental nas duas instituições: Assusbac e Cooperuaçu. Na pesquisa documental foi adotado o enfoque de Marconi; Lakatos (2010, p. 43) que argumenta: “todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica”.

Como já destacado anteriormente, a dissertação realizou um estudo de caso nas duas instituições pertencentes ao Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado: a Assusbac e a Cooperuaçu. O recorte se justifica pelo fato de que há uma grande concentração de agroindústrias na região, e ao optar por essas instituições busquem retratar a realidade e o universo das associações e cooperativas envolvidas na dinâmica produtiva e de consumo das agroindústrias familiares da região imediata de Januária/MG. Elas também estão inseridas nos mercados produtivos locais e regionais, além de atuarem como parceiras na revitalização da bacia do Rio dos Cochos e do Peruaçu. Segundo Goldenberg (2004), o estudo de caso seria:

> O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação de descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de

> caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida na análise estatística (GOLDENBERG, 2004, p.33-34).

A dissertação contou com importante apoio do banco de dados do projeto de pesquisas e extensão “Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar” coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É relevante salientar que as entrevistas foram realizadas com os agroextrativistas e gestores pertencentes da Assusbac e Cooperuaçu, nos meses de julho e agosto de 2019, totalizando 24 entrevistas. O projeto de pesquisa e extensão é fruto da articulação entre a instituição de apoio UFMG e o Núcleo do Pequi. A proposta desse projeto contemplou os empreendimentos agroextrativistas assim relacionados: Assusbac, Cooperuaçu, Associação dos Produtores Rurais de São Domingos I, Panelas, Água Doce e Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros (COOPAE). O projeto visa melhorar o sistema de gestão da produção e da qualidade dos produtos oriundos das agroindústrias familiares.

Conforme mencionado anteriormente, essa dissertação procura descrever e pesquisar a Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos e Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu. Para a realização do levantamento das informações foram agendadas reuniões com dirigentes e agroextrativistas nos horários e locais de realização das entrevistas.

O método empregado foram as entrevistas semiestruturadas com roteiro de questionários envolvendo dados demográficos, caracterização de receita, atividades comunitárias, atividades de empreendedorismo, participação na Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado e abastecimento doméstico. Vale destacar a escolha pelas instituições da Assusbac e a Cooperuaçu se deu em virtude da experiência e busca pela aproximação entre consumidores e agricultores familiares por meio da criação de alternativas de canais de comercialização dos produtos regionais, artesanais e agroecológicos. Nesse contexto, buscou-se recolher e focar nas informações dentro do universo do roteiro dos questionários do projeto de extensão, dados sobre o contexto produtivo e as formas de inserção dos produtos oriundos das agroindústrias familiares, a frequência de uso dos canais de comercialização e as principais razões para utilizarem esses canais de comercialização. Tratou-se, ainda, de traçar o perfil dos agroextrativistas e lideranças

com informações referentes a faixa etária dos entrevistados, a naturalidade, o sexo, o tamanho da propriedade, o sistema de produção por meio do tempo empreendido com as atividades de coleta e extração dos frutos do cerrado, bem como a finalidade da coleta para a fabricação de produtos alimentares a partir dessa matéria-prima. Após o levantamento dessas informações elaborou-se o calendário com os meses de produção de cada fruto do cerrado para se organizar a safra e armazenamento adequado para futuro processamento e comercialização.

Para compreender os canais de comercialização e a estratégia de aproximação entre consumidor e agroextrativistas e a revitalização das redes alimentares alternativas, optou-se por registrar o processo da criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura CSA Peruaçu por meio da realização de entrevista com o presidente da Cooperuaçu e o coordenador técnico da cooperativa, assim sendo, descreveu o processo de mobilização dos agricultores familiares, agroextrativistas e CO-AGRICULTORES, os desafios e as vantagens frente ao processo de implantação da CSA Peruaçu.

Outra fonte importante de levantamento de informações foi a entrevista realizada com a coordenadora do escritório da Emater/MG do município de Januária/MG, enquanto gestora pública das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, de abastecimento alimentar e a segurança alimentar e nutricional, assim sedo tratou-se de conhecer a quantidade de projetos acessados de cada programa, e o volume de recursos operacionalizados no período de 2010 a 2019.

A pesquisa contou ainda com a descrição no mundo cívico das atividades de envolvimento da sociedade civil e as ações governamentais de apoio do Arranjo Produtivo Local dos frutos do cerrado no estado de Minas Gerais e no norte mineiro com destaque para a região imediata de Januária/MG.

Em relação a investigação e a verificação das informações complementares, foram realizadas consultas em teses, dissertações, artigos e informações dos órgãos oficiais de estatística, dados do IBGE/SIDRA, dados dos Programas de Apoio à Agricultura Familiar do Governo Federal e do banco de dados do escritório regional da Emater/MG.

O estudo serviu para analisar as cadeias curtas e canais de comercialização da Assusbac e da Cooperuaçu; descrever e interpretar a frequência de utilização dos canais de comercialização e as principais razões para utilizarem as transações comerciais com esses canais de vendas.

A presente dissertação se estrutura em três capítulos, cada capítulo traz a introdução, a discussão teórica e a discussão metodológica com os dados empíricos e as considerações finais, assim definidos: o capitulo 1, irá discutir aspectos relacionados a descrição da área de estudo abordando as temáticas - a região imediata de Januária/MG, o histórico de ocupação da região e a influência do Rio São Francisco, o papel do extrativismo do Cerrado nos Gerais Alto-Médio São Franciscano, histórico da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, histórico da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu, e o para finalizar o capítulo realizou-se um levantamento dos dados empíricos da pesquisa referente à Assusbac e a Cooperuaçu, assim sendo, traçou-se o perfil dos entrevistados a partir das seguintes categorias: a faixa etária, a naturalidade, sexo e o tamanho da propriedade, bem como o comprometimento e o tempo empreendido com as atividades de coleta e a extração dos frutos nativos, a finalidade e apresentou o calendário dos frutos do cerrado com a sua diversidade de matéria-prima e distribuição da produção em meses para conhecimento e oportunidade de planejamento da safra e armazenamento dos frutos nativos de cerrado, bem como o quadro síntese com informações sobre a Assusbac e Cooperuaçu.

O capitulo 2 discutirá a teoria das convenções, as novas ordens alimentares com reflexão a partir do mundo doméstico, e para melhor compreender inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais e como apoio a segurança alimentar e nutricional nesse universo apresentar-se-á os dados empíricos dos programas de apoio à agricultura familiar e de abastecimento alimentar no município de Januária/MG, o mundo artesanal enquanto desdobramento do mundo doméstico descreveu sobre a interação entre consumidor e agricultores familiares e agroextrativistas por meio da criação dos circuitos curtos ou canais de comercialização com a implantação do CSA Peruaçu, o mundo cívico e atuação do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado como parte importante na articulação e no envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas de apoio ao Arranjo Produtivo Local do Pequi e Outros Frutos do Cerrado..

No capítulo 3 apresentará o Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL), as pesquisas e as ações públicas realizadas no Arranjo Produtivo Local abordando a Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, atividades desenvolvidas pela

Assusbac e Cooperuaçu, e os dados empíricos dos canais de comercialização a partir da pesquisa realizada pelo projeto de extensão.

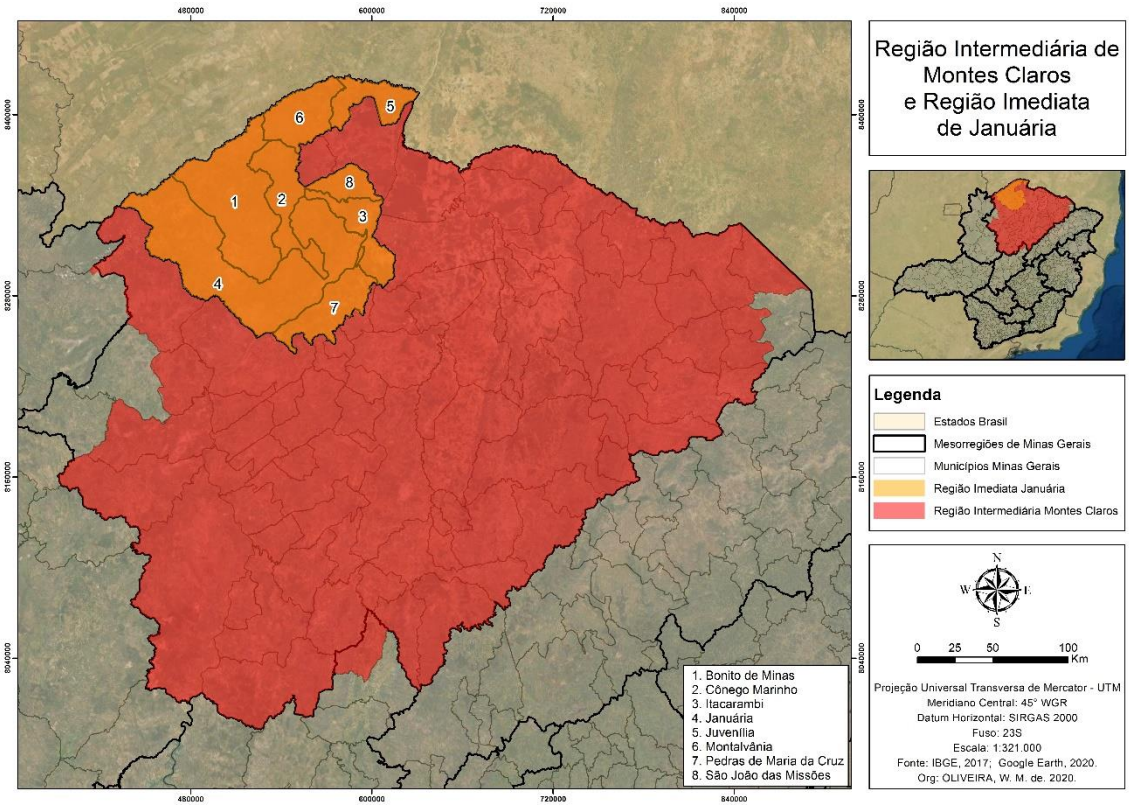
CAPÍTULO1 – A REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG: ENTRE O HISTÓRICO DE RESISTÊNCIAS E AS ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS

1.1 Área de Estudo: Região Imediata de Januária

O município de Januária está localizado no Norte de Minas Gerais, na região intermediária de Montes Claros e na região imediata de Januária/MG. Segundo a nova configuração descrita nos dados do IBGE vigente no ano de 2017, o Brasil passou a ser dividido por 70 novas divisões geográficas imediatas, distribuídas em 13 regiões intermediárias. Assim, essa nova divisão regional do Brasil veio substituir a classificação geográfica regional referendada a partir de 1989, que era circunscrita em 66 mesorregiões e 13 microrregiões.

A seguir o mapa 01 com as novas divisões geográficas da região intermediária de Montes Claros/MG e a região imediata de Januária/MG.

Figura 1 – Mapa da região intermediária de Montes Claros e Imediata de Januária /MG



Fonte: Oliveira (2020)

A região geográfica imediata de Januária é constituída pelos seguintes municípios: Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Juvenília, Montalvânia, Pedra de Maria da Cruz e São João das Missões.

De acordo com o censo agropecuário de 2017, o número de estabelecimento agropecuário total da região imediata de Januária/MG foi de 9975 distribuídos em 9 grupos econômicos assim discriminados: 2067 na produção em lavoura temporária, 89 na horticultura e floricultura, 37 na produção de lavoura permanente, 11 na produção de sementes e mudas certificadas, 6992 na pecuária e criação de outros animais, 71 na produção floresta l - florestas plantadas, 686 na produção florestal - florestas nativas, 7 na pesca e 15 na aquicultura.

Os dados estatísticos do censo agropecuário 2017 retratam a expressividade o município de Januária/MG sendo 442 estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção da lavoura temporária, e 2862 comprometido na pecuária e na criação de animais. Já o município de Juvenília/MG apresenta o menor número de estabelecimentos agropecuários na região imediata de Januária/MG, sendo 160 estabelecimentos envolvidos na produção da lavoura temporária e 326 comprometidos na pecuária e na criação de animais. Outro dado relevante sobre os grupos econômicos diz respeito a produção de sementes e mudas certificadas. O município de Januária/MG apresenta o total de 08 estabelecimentos agropecuários, 01 no município de Juvenília/MG e 02 estabelecimentos agropecuários no município de São João das Missões/MG envolvidos na produção de sementes e mudas certificadas. A seguir a tabela 01 com números de estabelecimentos agropecuários, área de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividades econômicas, tipos de práticas agrícolas e grupos de área total e da agricultura familiar.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos, tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agropecuária na região intermediária de Januária/MG

Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total											
Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)											
Tipo de prática agrícola – Total											
Grupos de área total – Total											
Tipologia	Região Geográfica Imediata e Município	Grupos de atividade econômica									
		Total	Produção de lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Produção de lavouras permanentes	Produção de sementes e mudas certificadas	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura

Total	Januária	9975	2067	89	37	11	6992	71	686	7	15
	Bonito de Minas (MG)	1276	543	6	2	-	395	9	318	-	3
	Cônego Marinho (MG)	838	303	4	2	-	480	6	42	-	1
	Itacarambi (MG)	558	161	12	4	-	377	1	-	-	3
	Januária (MG)	3418	442	36	12	8	2862	20	28	7	3
	Juvenília (MG)	445	95	6	5	1	326	11	1	-	-
	Montalvânia (MG)	1211	160	6	6	-	1021	12	3	-	3
	Pedras de Maria da Cruz (MG)	1024	122	13	4	-	793	12	80	-	-
	São João das Missões (MG)	1205	241	6	2	2	738	-	214	-	2
Agricultura familiar	Januária	7926	1693	67	21	2	5562	41	530	5	5
	Bonito de Minas (MG)	1051	458	6	-	-	332	1	252	-	2
	Cônego Marinho (MG)	717	266	3	2	-	409	5	32	-	-
	Itacarambi (MG)	424	128	8	2	-	285	-	-	-	1
	Januária (MG)	2714	342	25	6	1	2295	14	25	5	1
	Juvenília (MG)	322	77	4	4	-	232	5	-	-	-
	Montalvânia (MG)	1032	140	5	2	-	873	8	3	-	1
	Pedras de Maria da Cruz (MG)	782	81	10	3	-	604	8	76	-	-
	São João das Missões (MG)	884	201	6	2	1	532	-	142	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2017

Para se ter noção do número de estabelecimentos e a área de estabelecimentos agropecuários, bem como a média do tamanho das propriedades na região imediata de Januária/MG apresentar-se-á tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos agropecuários na região intermediária de Januária/MG

Número de estabelecimentos agropecuários, Área dos estabelecimentos agropecuários, Área territorial total e Condição legal das terras			
Ano – 2017			
Município	Variável		
	Nº de estab. agropec.área (Unidades)	Área .de estab. Agropec. (Hectares)	Média tam
Bonito de Minas (MG)	1263	185626	147%
Cônego Marinho (MG)	836	31853	38%
Itacarambi (MG)	558	55390	99%
Januária (MG)	3415	325401	95%
Juvenília (MG)	445	60817	136%
Montalvânia (MG)	1211	81989	68%
Pedras de Maria da Cruz (MG)	1024	122044	119%
São João das Missões (MG)	1205	16929	14%
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017			

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017 .

O município de Januária/MG possui 65.463 habitantes, conforme descrito nos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Desse total, 32.344 são homens e 33.119 são mulheres. A população estimada em 2020 era de 67.852 habitantes, (IBGE, 2020).

A cidade de Januária é um polo urbano que concentra os bens, a prestação de serviços educacionais, de saúde e demais configurações de trabalho que constitui a região geográfica imediata, podendo ser referenciada e com destaque para economia com vocação para a agricultura e a pecuária, assim sendo, proporciona a conexão e relação de dependência e fluxos de deslocamentos com os municípios vizinhos. O município de Januária é considerado uma cidade universitária, dispondo da coexistência das seguintes instituições públicas e privadas na área educacional: O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Paulista (UNIP), Fundação Educacional do Alto-Médio São Francisco (FUNAM) e Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA).

É importante destacar que o novo processo de regionalização do Brasil teve como princípio de referência os conceitos de “Território-Rede e Território-Zona”, assim os geógrafos e demais equipe de participantes do processo de elaboração do IBGE (2017) acreditam que “os recortes regionais ajudam a mostrar a pluralidade das formas de interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais”. Nesse contexto, é relevante ressaltar a definição de Território de Haesbaert (2004) apud IBGE, (2017, p.20-21) que apresenta novas estratégias para esclarecer o método de diferenciações regionais assim descritas:

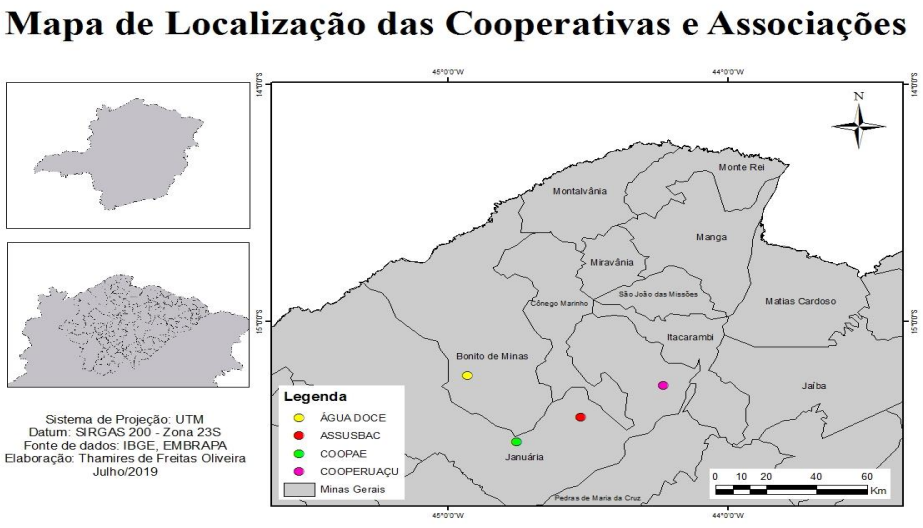
> O Território, enquanto relação de apropriação da sociedade sobre o espaço, não pode ser analisado somente pela fixidez e estabilidade, o conceito de território-rede, incorpora, para além daqueles tributos, o movimento (fluxos) e as diferentes formas de mobilidade. Sendo assim, ele não seria somente um território-zona, mas também território-rede. As combinações dessas duas interpretações do espaço marcam o método de diferenciação regional desse trabalho, ao focar não somente a continuidade espacial (uma leitura horizontal), como também os fluxos (i) material que os atravessam (IBGE, 2017, p.20-21).

Ao utilizar o conceito de território o autor procura compreender a relação de poder socialmente e historicamente construída. Nesse sentido, o recorte histórico e socioespacial de cada região se traduz nas coletividades e nas relações econômicas,

sociais, culturais, políticas e produtivas dos integrantes das diversas localidades distribuídas no Brasil.

No intuito de investigar, registrar e descrever as novas configurações espaciais e regionais descritas pelos dados do IBGE/2017 adentrar-se-á nas especificidades da região geográfica imediata de Januária/MG para melhor descrever o processo histórico de ocupação da região e aprofundar no universo das agroindústrias familiares existentes na região, mais especificamente para conhecer e descrever as atividades Assusbac e da Cooperuaçu e os principais canais de comercialização. Nesse sentido, adentrar-se-á na reflexão da dinâmica produtiva, de consumo, e as relações comerciais, políticas, culturais de aproximação entre produtor e clientes e as suas estratégias e alternativas de comercialização. Assim sendo, demonstrar-se-á por meio de mapa 2 a localização das Cooperativas e Associações localizadas nessa região.

Figura 2 – Mapa de localização das cooperativas e associações na região imediata de Januária/MG



Fonte: Oliveira (2019)

Como destacado anteriormente, a dissertação enfocará dois empreendimentos: a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos (ASSUSBAC) e a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu Ltda. (COOPERUAÇU).

A Assusbac apresenta um histórico de resistência e utilização de estratégias de mobilização das comunidades por meio da criação de grupos de articuladores e multiplicadores para formação da consciência ambiental, política, cultural e social na bacia do Rio dos Cochos. Esse trabalho aconteceu por meio do resgate da cultura popular, com festas de São João, Santos Reis e cavalgadas. As realizações das cavalgadas ecológicas, por exemplo, tinham o propósito de lutar, junto aos órgãos públicos, por melhores condições de vida para os moradores e moradoras da bacia do Rio dos Cochos.

Vale ressaltar ainda, a articulação de parcerias com as Universidades Federal de Lavras - UFLA e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pela atuação de projetos de extensão desde os anos 2000 na região. A ação da Cáritas Diocesana de Januária, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER e de instituições públicas e privadas como o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), no apoio e na transmissão de conhecimentos, reflexão e demais estratégias e metodologias que propiciam a interação dos parceiros e comunidade rurais.

A Cooperuaçu desde a criação apresenta forte característica de inserção comercial e de luta pela articulação dos circuitos curtos de comercialização junto as cooperativas regionais e interestaduais, como é o caso da Central do Cerrado. Vale destacar também a criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA Peruaçu. Assim sendo, a cooperativa tem buscado criar uma rede de produção de alimentos e apresentar uma forma de atuação produtiva diversificada baseada nos princípios da agroecologia e no desenvolvimento sustentável em parceria com consumidor e produtor. A seguir a descrição do histórico de ocupação da região e a influência do Rio São Francisco.

1.2 Histórico de Ocupação da Região e a Influência do Rio São Francisco

A ocupação histórica da região imediata de Januária foi marcada por conflitos entre os índios caiapós e os bandeirantes tais como: “Manuel Pires Maciel e coronel Januário Cardoso de Almeida” que ocuparam e passaram a abranger a região

onde se encontram os municípios de Januária, Cônego Marinho, Bonito de Minas, Pedra de Maria da Cruz, Itacarambi e São João das Missões.

É relevante salientar e posicionar a região com a influência do rio São Francisco, haja vista que, devido à amplitude do rio, a região imediata de Januária está localizada no trecho Alto-Médio São Francisco. Nessa perspectiva, Ribeiro (2010) aponta que:

> As terras do Alto-Médio São Francisco começaram a ser ocupadas por colonos no começo do século XVIII. Foi uma das primeiras regiões de população agricultora, criadora e sedentária de Minas Gerais. Desde então o adensamento populacional só se fez aumentar, animado pela produtividade agrícola e pelas redes de trocas que foram estabelecidas ao longo do rio São Francisco (RIBEIRO, 2010, p.25.).

O processo de ocupação acontece por meio do Rio São Francisco e pelas atividades econômicas, sociais e culturais desenvolvidas a partir da agricultura e pecuária instalada na região. A navegação teve um papel importante para impulsionar o transporte de alimentos para as regiões mineradoras, de estabelecer o comércio com a Bahia e outras regiões do Nordeste, além de proporcionar o acesso dos bandeirantes para parte central do país.

Ao refletir sobre as singularidades do vale do rio São Francisco e ponderar sobre as características de Minas Gerais, em referência à análise de dado dos diferentes ambientes da região, a região fica próxima às margens do rio, que se cria um intenso espaço de troca de mercadorias e as outras áreas que adentram para a produção agropecuária e criam as fazendas e os gerais. Dessa forma, Ribeiro et. al. (2010), apontam para as três vertentes diferentes do rio São Francisco: viajantes, técnicos e memorialistas.

> 1) A literatura das viagens costuma agradar muito ao leitor; seu estilo é leve, e reconstruir histórias, caminhos e acontecimentos, às vezes com gosto do romance. Ela resulta das muitas excursões cientificas pela região, e alguns autores deixaram páginas antológicas. (...)
> 2) os estudos técnicos costumam ser especializados em recursos pesqueiros e florestais, compreendendo as possibilidades de exploração racional da pecuária e o potencial energético. .(..)
> 3) Memorialistas, por fim, apresentam uma visão do lugar muito próxima e combinam suas expectativas de vida com um conhecimento às vezes grande da história e do lugar. Essa costuma ser uma literatura de muito valor: pela qualidade dos testemunhos, pela diversidade de fontes de informação do local (RIBEIRO et.al.; 2010, p.319-320).

O autor retratou a forma como a literatura e a produção científica dessa região realizadas do Alto-Médio São Francisco e sinalizou a pluralidade de perspectivas que autores optaram por retratar as vivências dos habitantes a cada momento histórico. Ao tomar conhecimento da abordagem das pesquisas realizadas na região é importante posicionar e escolher a literatura que melhor represente as ideias e o que se propôs discutir.

Nessa dissertação optou-se por retratar o processo de ocupação pela influência do Rio São Francisco e a visão dos memorialistas que buscou retratar a história e o lugar dos moradores dessa região.

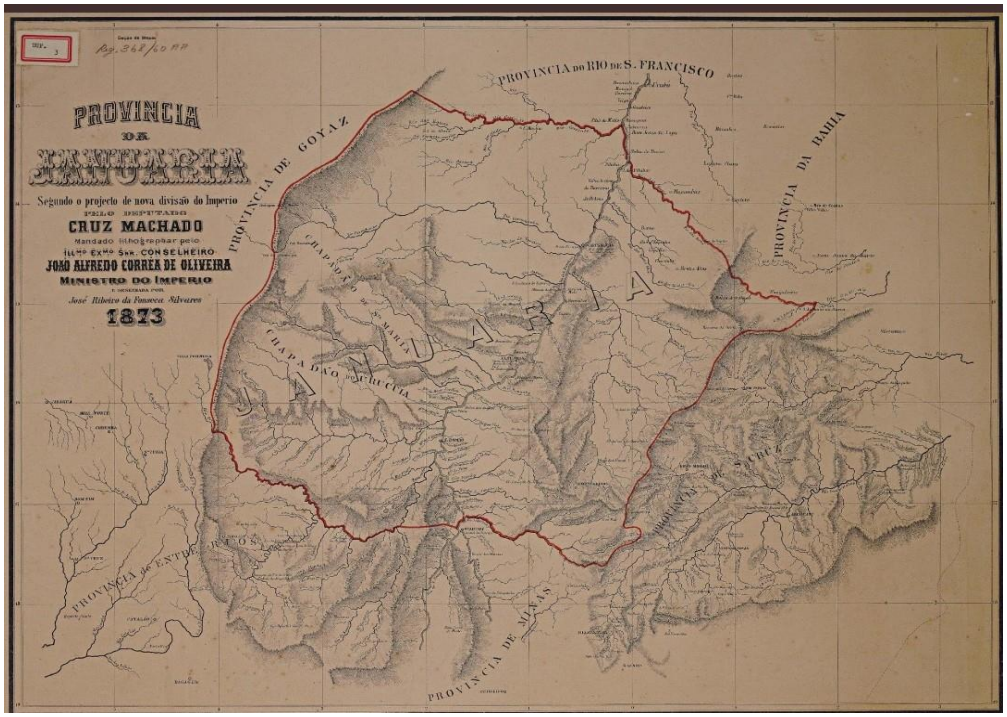
Segundo dados do inventário cultural do Rio São Francisco, realizados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG;2015) afirma a importância e influência desse rio na integração territorial:

> O rio São Francisco foi e é fundamental para a integração dos territórios brasileiro. Ao longo da nossa história, marcada por diversos conflitos, relações de dominância, concessões e assimilações, o rio possibilitou a interação étnica e cultural entre portugueses, indígenas e africanos que formam os povos na região. A importância e a riqueza cultural dessa região estão, sobretudo, na vivência diária desses povos e em sua interação com o ambiente natural (IEPHA/MG, 2015, p.32).

É relevante ressaltar a utilização da navegação do Rio São Francisco durante o processo de ocupação da região e as interações étnica e cultural, com suas influências políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas dos povos e comunidades tradicionais e os bandeirantes.

No intuito de conhecer um pouco sobre o processo de ocupação e ilustrar o destaque dado a província de Januária/MG na divisão político administrativa do Brasil no período imperial, mais especificamente no ano de 1873, pode-se verificar a ênfase dada a essa região, conforme mapa 03 a seguir.

Figura 3 – Mapa histórico da província de Januária/MG, 1873



Fonte: Mapa da província de Januária, segundo projeto de divisão político-administrativo do Brasil durante o período imperial,1873. @Arquivo Nacional. https.//t.co/03ly0ld992.

A ocupação colonizadora dos gerais foi marcada por confrontos duros com indígenas, principalmente caiapós. Depois, já abrasileirados, esses índios formaram as raízes mais fundas de Januária e Brejo do Amparo (RIBEIRO, 2010). O conflito existente entre os índios e o sertanista Manuel Pires Maciel foi resultado do processo de colonização e desapropriação das terras indígenas.

Segundo Ribeiro (2001) e Pereira (2004), no século XVII, à margem esquerda do Alto-Médio São Francisco, se localizava a aldeia Itapiraçaba que concentrava os índios caiapós. Essa etnia empregava práticas agrícolas distintas e culturas diferenciadas como o uso do algodão, a habilidade de cozinhar os alimentos e o trato de animais domésticos, mas boa parte dessas práticas foram destruídas pelos colonizadores.

A ação invasiva aos indígenas caiapós comprometera os hábitos culturais, alimentares, políticos e sociais que foram construídos ao longo da geração indígena e introduziram outros paradigmas hegemônicos dos bandeirantes que ocuparam a região. Após a apropriação agressiva da área, por Manuel Pires Maciel e de sua comitiva, foi se concretizando a ocupação da fazenda Itapiraçaba com o apoio dos índios escravizados para a consolidação da pecuária e agricultura.

É importante destacar que os colonizadores necessitavam dos conhecimentos dos indígenas para sua adaptação na região. Vale lembrar que as comunidades indígenas eram detentoras de conhecimentos relacionados aos ambientes físicos, biológicos e culturais, relevantes para a labuta com o gado e demonstrativos de uma profunda relação com a natureza na utilização das práticas extrativistas dos recursos naturais, no preparo das suas alimentações, no uso de plantas medicinais e na fabricação de utensílios. Nesse sentido, os colonizadores necessitavam da apropriação dos conhecimentos indígenas para adentrarem nas expedições e na sequência de invasão das terras para se concretizarem as atividades voltadas para a pecuária e a agricultura.

Segundo Moreira (2010, p.54) a ocupação da região sanfranciscana contou com a presença e a instalação da população negra e não branco nessa região, nesse contexto afirma que:

> Não como contingente propriamente, mas como parte de um pequeno embrionário campesinato não branco, constituídos livres, libertos e alforriados, caracterizados como posseiros, rendeiros ou lavradores agregados a grande fazenda de gados.

Na região do Alto-Médio São Francisco e mais especificamente na lavoura de cana-de-açúcar contou com a força física e a imensa contribuição da população negra e africanos oriundas dos quilombos instalada nessa região, que com a chegada dos bandeirantes, esses negros foram aprisionados e forçados a trabalhar na fabricação de cachaça artesanal e seus derivados.

Assim sendo, a promoção do desenvolvimento do povoado Brejo do Salgado gradualmente foi sendo instaurada, com o avanço da pecuária e a criação dos currais (RIBEIRO, 2005). Outro destaque foi a fabricação e venda da cachaça artesanal que contribuiu para que a localidade passasse a ser referência de um importante empório comercial.

A ocupação se intensificou em virtude principalmente da pecuária, a fazenda Itapiraçaba, com a criação dos currais de gados, foi se consolidando e tornou-se um dos principais pontos de comércio de gado, de rapadura, de cachaça artesanal e de óleo de pequi para venda direcionada à Bahia e outras cidades de Minas Gerais.

Com relação à agricultura, o plantio da cana-de-açúcar na região propiciou a instalação do engenho para a fabricação da cachaça artesanal e seus subprodutos

como a rapadura, mas acima de tudo, a produção de matéria prima para a criação do rebanho. É preciso ressaltar ainda, a localidade apresentava as condições climáticas que incrementavam e possibilitavam a produção da cana, considerando-se a presença de água salobra e existência de terras férteis com regiões alagadas que favoreciam o crescimento da planta.

Nesse sentido, aos poucos foram se consolidando as comunidades rurais com características socioeconômicas próprias das áreas situadas no Alto-Médio São Francisco e que apresentam especificidades no modo de viver, na cultura e no respeito ao manejo dos recursos naturais. Cruz; Ribeiro; Galizoni (2019) ressaltam que:

> As comunidades rurais dos gerais têm um modo de vida baseado na interação ativa com os ecossistemas. Essas comunidades estão situadas em áreas com agroambientes distintos, demarcados por variações de solo, disponibilidade de água e porte de vegetação. A população rural diferenciou estes agroambientes e estabeleceu classificações próprias da paisagem: áreas de gerais, mata, vazante e veredas, com potenciais, usos e domínios distintos. Essa relação peculiar com o meio originou diferentes regimes agrários, próprios da região (CRUZ; RIBEIRO; GALIZONI, 2019, p.3).

Os conhecimentos tradicionais das populações rurais das áreas dos “gerais” ocorreram por meio de vivências no jeito de cultivar, na relação com a produção de alimento, utilizando o manejo do solo que combina a gestão dos recursos naturais em diferentes espaços e unidades de aproveitamento das áreas de gerais, brejos e terras de culturas com apreço aos ecossistemas regionais.

Segundo Ribeiro (2010), “esse manejo combinado de gerais, vazantes e culturas sustentou por décadas as famílias rurais e sociedade geralista do Alto-Médio São Francisco”. Esses princípios e vínculos coletivos vão formando a consciência ambiental e empoderando as comunidades rurais para tomada de atitudes coletivas futuras de defesa dos bens comuns existentes nessas localidades.

É considerável ressaltar que no período das décadas de 60 e 70, pesquisas nas áreas da química, mecânica e genética foram executadas no bioma cerrado. O Brasil experimentava nessa época histórica o projeto de desenvolvimento denominado de “milagre econômico”, o que implicava ao país avançar em sua política industrial agrícola.

A área compreendida do Alto-Médio São Francisco também foi objeto de pesquisa e surpreendida com a implantação de projetos de desenvolvimento devido a

sua localização no “cerrado” que apresentava características propícias para atender as transformações necessárias para aumentar a produtividade agrícola. Assim sendo, essa região possuía características ideais para a evolução e avanço da modernização da agricultura por apresentar uma imensa área de terras planas, com solos que podiam ser transformados e adaptados aos princípios da revolução verde.

A região dos “gerais” e do Alto-Médio São Francisco passam a participar da trajetória de expansão do capital agrícola. Inicia-se o processo de implantação dos projetos agropecuários com a negociação das terras dos gerais, a aquisição de insumos agrícolas por meio das agências bancárias, que controlavam os incentivos fiscais, e os subsídios ofertados pelo governo às empresas que, por fazerem parte da área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recebiam o recurso uma vez que a região faz parte do semiárido brasileiro.

Segundo Ribeiro (2010), os sistemas de produção foram alterados após a inserção dos arranjos institucionais e modelos de utilização dos projetos agropecuários introduzidos na região assim descritos:

> i) A pecuária extensiva modernizadora, que modificou manejo, pastejo e matrizes genéticas, azebuando o rebanho curraleiro; ii) a agricultura irrigada, que ocupou áreas de mata seca e várzeas úmidas de veredas com grandes plantios de grãos; iii) o reflorestamento de eucaliptos e pinus, que ocupou as chapadas planas e secas; iv) o carvoejamento da mata nativa, quase sempre usado para abrir terras que seriam depois usadas nessas novas atividades ou para satisfazer a demanda por carvão das empresas siderúrgicas do polo guseiro do centro de Minas Gerais, principalmente Sete Lagoas (RIBEIRO, 2010, p.31).

As modificações impostas pelo modelo introduzido pelos ideais da revolução verde trouxeram alterações e causaram consequências diretamente nos aspectos ambientais, culturais e sociais na agricultura convencional das comunidades rurais situadas na região. Houve mudanças no solo, principalmente através de erosões provocadas pelo desmatamento de terras arenosas das chapadas. Estas, por serem frágeis, foram carregadas para os rios, riachos, nascentes e veredas. Práticas que impulsionaram o desaparecimento de veredas e o secamento dos rios, dano e empobrecimento dos solos, a destruição das chapadas e dos gerais. Paralelamente a esse fato, ocorreu também a privatização e a grilagem de terras para as empresas públicas agropecuárias. Diante disso, alguns habitantes dos espaços rurais desapossaram do acesso à grande parte das chapadas comuns.

No intuito de buscar compreender um pouco mais sobre os estudos realizados no vale do São Francisco e as contribuições metodológicas existentes, recorrer-se-á aos autores Ribeiro *et. al.* (2010) que descreveram por fases ou etapas e dividiram por período levando em consideração as transformações ocorridas nas décadas de 1970 a 1990 e as contradições que se apresentam em cada abordagem:

> 1) Quase todos os estudos sobre os gerais e o rio São Francisco, até os anos de 1970, trataram principalmente de um futuro: futuro radioso, futuro de riquezas, que se previa pelo estoque de recursos que existia, ou empenho do governo. (...). Assim, esses autores previam um futuro para o São Francisco que passava exatamente pelo uso econômico e intensivo dos recursos naturais. A exploração destrutiva que veio acontecer nos anos 1970 e 1980 de certo modo concretizou uma profecia sobre o rio, que já vinha sendo escrita desde, pelo menos, o começo do século XIX. A perspectiva modernizante que marca esses estudos cobrava o abandono ou melhoramento da navegação a vapor no rio, o uso mais sistemático das várzeas, uma pecuária mais intensiva e de melhor genética.
> 2). Outra vertente importante sobre a região foi inaugurada a partir dos anos de 1980, e tinha por objetivo analisar e denunciar o processo violento da modernização que atingira a região a partir dessa época. Esses estudos são focados na desruralização da população, na intensificação dos processos migratórios, no empobrecimento da economia barranqueira.
> 3). Por fim, uma nova corrente de estudos foi iniciada a partir dos anos de 1990, procurando compreender em detalhe o que havia ocorrido nas localidades atingidas pela modernização, percebendo afinal que, apesar do impacto destrutivo das políticas públicas e das ações de empresas sobre estoques de recursos e populações tradicionais, estas conseguiram criar estratégias que garantiram condições de sobreviver a esses embates (RIBEIRO, et. al., 2010, p.320-321).

As abordagens teóricas sobre a região imediata de Januária destacam alterações importantes. Inicialmente a privatização das chapadas dos gerais por empresas de pecuária. Em seguida, o reflorestamento e carvoejamento que ocorreram na esfera estadual repercutiram no âmbito local principalmente no desmatamento para grandes plantações de eucaliptos. O carvoejamento nas chapadas, que retira a mata nativa, trouxe consequências para a população gerando os conflitos ambientais, expandindo as desigualdades sociais e intensificando a pobreza rural.

Outro aspecto relacionado ao desastre ambiental e hídrico gerado na região dos gerais foi o abandono das terras ocupadas pelas firmas e empresas públicas que, após adquirirem as dívidas, não mais se interessaram pela região. O processo de ocupação e, posteriormente, abandono das terras consideradas devolutas, no período de 1980 e 1990, durou aproximadamente 10 anos. Essa

desapropriação e privação de terras das populações e dos povos tradicionais tiveram consequências na vida e na sobrevivência desses habitantes.

Diante desse cenário, é relevante salientar as ações de resistência e de luta em defesa das ações públicas realizadas pelas populações tradicionais da região. Uma das ações aconteceu na bacia do Rio dos Cochos, frente ao secamento do Rio, a escassez da água, o assoreamento provocou o desastre ambiental e hídrico, alterando as práticas produtivas. Posto isso, o grupo de articuladores com apoio de órgão governamental propuseram e criaram o Programa de Recuperação e Revitalização da Sub-Bacia do Rio dos Cochos.

Essa proposta foi iniciada por meio da mobilização dos movimentos sociais da região em conjunto com uma rede de parceiros tais como: Universidades públicas, Cáritas Diocesana de Januária, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e com o apoio da agência Misereor[4]. Juntos, tais organismos propuseram o Programa de Recuperação e Revitalização da Sub-bacia do Rio dos Cochos que procurava acolher as demandas locais de melhorar o modo de produção de alimentos, a coleta de frutos e aprovisionar as carências no sistema produtivo no território.

É importante destacar a resiliência das comunidades rurais que após 20 anos de ocupação da chapada pela firma HPIchioni retornaram o direito à solta do gado e animais. Também foi possível realizar novamente a coleta de lenha e frutos do cerrado, tais como pequi, coquinho azedo, cajuzinho do campo, mangaba, cagaita, entre outros. Neste sentido, o acesso e a possibilidade de beneficiamento e processamento dos frutos do cerrado pelas populações rurais da região bacia do Rio dos Cochos e no território do Vale do Peruaçu têm propiciado experiências exitosas e estimulado a parceria com as universidades, no âmbito das pesquisas na valorização do extrativismo e das atividades agroextrativistas.

Nesse sentido, Ribeiro (2010) afirma que “no início da década de 2000, as universidades (UFLA, UFMG, IFSMG/Inconfidentes, UFU e UFVJM) começaram a acompanhar as iniciativas de conservação do Rio dos Cochos”. A aproximação teve o propósito de conviver e estreitar as relações entre as universidades e o cenário significativo vivenciado pelos agricultores geralistas. É importante destacar a atuação

[4] Misereor é uma obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação e desenvolvimento. Desde a mais de 50 anos, a Misereor está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. Financiou o Programa de Recuperação e Revitalização da Sub-bacia do Rio dos Cochos de grande relevância social. Disponível em: https://www.misereor.org/pt/. Acesso em: 03 ago. 2020.

das universidades pela prática eventual de extensão com os mobilizadores, articuladores e agrupamentos dos lugares, professores e diferentes equipes de trabalho fizeram o propósito de conhecer e refletir sobre a realidade tão desafiante que é encarada perante as tragédias ambientais e hídricas vivenciadas pelos moradores da bacia do rio dos cochos.

No intuito de buscar a ampliação da cooperação entre as universidades e a população rural da bacia do Rio dos Cochos e a evolução na efetivação das atividades e ações do Programa de Recuperação e Revitalização do Rio, com foco na agregação de valor, no aumento de renda e desenvolvimento rural, surge a pesquisa sobre o extrativismo dos frutos do cerrado. No período de 2007 a 2009, Lopes et al. (2010) retratam o retorno das atividades do projeto de extensão nas comunidades da bacia do Rio dos Cochos com as seguintes ações:

> O projeto envolveu pesquisa e extensão universitária e teve como objetivo estudar a propagação de plantas, a formação de pomares experimentais, explorar a diversidade genética e a produção de frutos, avançar no processo de domesticação do pequizeiro, cajuzinho do campo e coquinho azedo (LOPES, et. al., 2010, p.261-262).

O projeto foi desenvolvido em seis comunidades: Sambaíba, São Bento, Mamede, Cabeceira dos Cochos, Sumidouro e Roda d'Água da bacia do Rio dos Cochos, as pesquisas propiciaram a aproximação da Universidade Federal de Lavras, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFMG) e das comunidades locais. As ações também contribuíram para uma maior aproximação das escolas rurais no intuito de fortalecer e valorizar as potencialidades locais, proporcionar a formação continuada aos docentes na busca de incentivar e promover práticas e ações de conservação da água e proteção da natureza.

1.3 O Papel do Extrativismo no Cerrado dos Gerais do Alto-médio São Francisco

A preservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, sobretudo do cerrado, está fortemente relacionada à criação de alternativas de rendas sustentáveis para as populações que neles vivem, um exemplo disso são as atividades agroextrativistas. Nesse sentido, faz-se necessário fortalecer as cadeias produtivas

desses produtos em suas múltiplas etapas, a contar da coleta, o processamento, o beneficiamento e as transações comerciais (OLIVEIRA; SILVA, 2019).

O uso da biodiversidade nativa tem grande importância para populações rurais de todo mundo e seu manejo sustentável possui potencial para se tornar um elemento estratégico à conservação dos ecossistemas, à qualidade de vida e a geração de renda para as comunidades do meio rural (CARVALH0; 2007).

O extrativismo conforme apresenta Suarez (2007), pode ser compreendido como uma expressão aplicada para se mencionar todas as atividades de extração, do meio ambiente, de produto de origem animal, vegetal ou mineral. Entretanto, esse termo está associado frequentemente a produtos vegetais provindos de sistema de exploração florestal com destino a comercialização regional, nacional e internacional. É relevante ressaltar um conceito importante para compreender a prática dos agroextrativistas, dessa forma, Dutra; Souza (2017) definem:

> O agroextrativismo é também parte da proposta agroecológica de produção e de vida e, ao mesmo tempo, deve ser pensado conceitualmente a partir da perspectiva dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, relacionando-o aos conhecimentos tradicionais populares e os resultados de estudos científicos (DUTRA; SOUZA, 2017, p.112).

Essa proposta possibilita a interação das populações rurais ao sistema agroecológico, buscando atender e planejar as atividades dos agroextrativistas aliado a novas estratégias de conciliar a produção a partir de técnicas e manejo dos ecológicos, implementação, gestão em defesa a conservação ambiental e respeito aos ecossistemas. Nessa perspectiva, Carrazza (2009, p.270) afirma que “o agroextrativismo é um modelo de produção familiar que combina a coleta e o aproveitamento da biodiversidade nativa com a produção agrícola e pecuária”.

Quanto ao crescimento sustentável, conforme Cavalcanti (2012) este se dá mediante um processo socioeconômico, onde é minimizado o uso de energia, matéria e de impactos ambientais; e tem se a maximização do bem-estar sem retrocessos. Para que haja um cenário de desenvolvimento sustentável, deve-se dar atenção a dimensão política e cultural, além de considerar a perspectiva social, econômica e ambiental (NASCIMENTO, 2012).

As atividades produtivas oriundas das agroindústrias familiares traduzem a interação das comunidades tradicionais na elaboração de produtos para o

autoconsumo a partir do respeito à transmissão do conhecimento de seus ancestrais e para as transações comerciais do excedente. Elas protegem e recuperam os hábitos alimentares e culturais, ressaltando a qualidade, ao observar e cuidar da preservação da natureza e do bem comum de todos. Contribuem para a soberania alimentar por meio da verticalização do processo produtivo na prática e para a autonomia das unidades familiares.

Nesse contexto, aprofundar-se-á na esfera das agroindústrias familiares da região imediata de Januária/MG no intuito de conhecer o universo administrativo, comercial e gerencial das associações e cooperativas na busca de alternativas por sistemas produtivos locais que combinem a produção da natureza e práticas agrícolas no entorno da comunidade, na inclusão dos agroextrativistas e na diversificação de renda para os associados e cooperados. Nesse contexto vem buscando aliar a conservação da biodiversidade e a invenção de canais curtos alternativos de comercialização dos artefatos procedentes da sociobiodiversidade.

Vale ressaltar que o recorte epistemológico para a Assusbac e a Cooperuaçu pretende conhecer a história, os desafios e avanços das iniciativas das agroindústrias familiares. Descrever as vivências de luta por representação política de busca por direitos e assistência técnica diferenciada na evolução das alternativas e mobilização das ações coletivas previstas no Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos.

E por fim, conhecer e ressaltar as alternativas propostas pela Cooperuaçu com relação ao acesso de canais de comercialização a partir da aproximação entre os consumidores e produtores por meio da criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Peruaçu.

A relevância do extrativismo na região imediata de Januária/ MG foi descrita no perfil dos agroextrativistas e lideranças da Assusbac e Cooperuaçu por meio dos gráficos que retrataram suas realidades para a compreensão do tempo desprendido com a coleta e sua finalidade para o processamento e armazenamento dos frutos do cerrado nas agroindústrias familiares. Outra importante contribuição foi a descrição e elaboração do calendário com a diversidade de frutos do cerrado disponíveis na região imediata de Januária/ MG distribuídos em meses de produção dos frutos do cerrado discutido no final desse capítulo.

Para adentrar no estudo de caso da Assusbac e da Cooperuaçu, far-se-á necessário descrever o processo histórico e dessas instituições. Assim sendo,

inicialmente descreveu o histórico da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos- Assusbac.

1.4 Histórico da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos (Assusbac)

A mobilização e articulação dos agricultores familiares e agroextrativistas da sub-bacia do Rio dos Cochos em favor de ações propositivas no manejo de recursos naturais com destaque para o cuidado com a água, o sistema produtivo local e a conservação dos recursos naturais tornaram-se efetivos, na região, durante a década de 1990 e se fortaleceram nos anos 2000, após o desmatamento das chapadas que ocasionaram o assoreamento do Rio dos Cochos provocando a escassez de água.

O movimento de articulação dos membros das associações, com o movimento sindical e popular atuando juntos na recuperação do rio buscaram a parceria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Januária a fim de realizar um diagnóstico diante da redução da quantidade de água corrente no rio e a queda na produção de alimentos. Tais fatos motivaram a luta e atitude propositiva dos moradores em defesa do rio e empreenderam ações públicas com apoio de instituições internacionais para reparar as privações causadas pela ausência de água e pelo desastre ambiental e hídrico da região.

As ações da Emater/MG junto às comunidades rurais aconteceram ao longo dos anos 2001 e 2002 e resultaram na elaboração do Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos. Diante da impossibilidade da Emater/MG em apresentar o projeto para receber financiamento externo, por se tratar de empresa pública, as ações propositivas ancoradas nas lutas populares em favor do Rio dos Cochos buscaram parceria com a Cáritas Diocesana de Januária (organização não governamental da Igreja Católica) que passou a gerir o Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos. O apoio e o financiamento de recursos ocorriam por meio da entidade Misereor da Alemanha, sendo a administração do projeto compartilhada com o grupo de articuladores das comunidades pertencentes à bacia do Rio dos Cochos

No ano de 2003, a Cáritas incentivou a criação da Assusbac. Essa deliberação resultou na formalização jurídica e é constituída pelos agricultores familiares das comunidades rurais de Sambaíba, São Bento, Mamede, Cabeceira dos Cochos, Sumidouro e Roda d'Água, todas pertencentes à bacia do Rio dos Cochos. Sendo assim, a associação passou a representar outras associações já constituídas em cada comunidade participante do Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos.

Santos et. al. (2010), retrataram a importância e o objetivo do programa:

> É incentivar a gestão de parceria dos recursos naturais, especialmente recursos hídricos. Essa água é nossa vida, e passa de comunidade em comunidade distribuindo vida. Mas essa água está morrendo. Temos que aliar ao desenvolvimento econômico a recuperação ambiental do Rio dos Cochos, observando e dialogando, analisando as práticas e experiências dos agricultores ribeirinhos. Não adianta chegar aqui e criticar as nossas práticas, multar, querer mudar à força a nossa realidade. (SANTOS et. al., 2010, p.221).

Os autores destacam a consciência ambiental, política, cívica e comunitária que os moradores do entorno do Rio dos Cochos têm em virtude da familiaridade de práticas produtivas realizadas em conjunto frente as dificuldades e escassez de água, mas que encontram forças e perspectivas para a valorização cultural das tradições no manejo agroecológico de cuidado com a natureza e sobrevivência dos seres humanos habitantes da região.

Ao descrever sobre a ancestralidade das famílias que compõe o núcleo familiar nas localidades do Rio dos Cochos, Galizoni (2005, p.34) afirma: "Existem fortes laços de parentesco entre os moradores das comunidades rurais participantes do programa de revitalização do rio dos cochos". Nessa perspectiva, os hábitos e forma de cultivo com a terra e o contato com natureza revelam aspectos relacionados a ancestralidade com a população indígena habitante da região e convivência das famílias que foram se constituindo na extensão e formação histórica da bacia do Rio dos Cochos.

Outro aspecto importante são os vínculos das comunidades rurais com o Movimento Eclesial de Base (MEB) vinculada aos princípios da Igreja Católica, com forte influência da atuação dos jesuítas na região. Nos anos de 1990, por exemplo, algumas comunidades dos municípios de Januária e Cônego Marinho, no Norte de Minas Gerais com o apoio da Cáritas Diocesana de Januária e a articulação dos

sindicatos dos trabalhadores, iniciaram o processo de formação e agrupamentos coletivos, a partir das afinidades entre as pessoas com o movimento de grupo de jovens e grupos de casais todos vinculados pela Igreja Católica que se apoiam na formação da educação democrática, por meio da metodologia, denominada: “Ver, Julgar e Agir”.

Ao aplicar a reflexão sobre a realidade que se encontravam as comunidades, com referência à escassez de água, diminuição do volume de água corrente no Rio dos Cochos e as adversidades ambientais, buscaram fomentar e organizar as pessoas na interação e envolvimentos de todos na busca de alternativas para os problemas existentes nas comunidades. Essas populações tinham a tradição e preocupação com a geração futura na aliança aos fundamentos da ecológica integral que estava prevista na teoria da teologia da libertação e sentiram a necessidade de buscar estratégias para atenuar a escassez de água e a seca repentina do rio.

Em 1993, a comunidade começou a procurar ajuda na Emater/MG com o respaldo da Cáritas Diocesana de Januária. Foi iniciado um diagnóstico socioambiental e institucional na bacia do Rio dos Cochos, com o propósito de instituir estratégias para a instalação de ações na área de revitalização e debater a diretriz da administração local dos envolvidos na disposição prevista para a bacia do Rio dos Cochos. Vale ressaltar que o processo de mobilização dos articuladores pertencentes às comunidades locais e conexão de construção coletiva na forma de administrar junto aos técnicos das instituições de apoio, possibilitou vivenciar novas maneiras de efetivar ações públicas com o envolvimento e o auxílio dos usuários da sub-bacia do Rio dos Cochos.

Em 2004, o programa propôs como meta ações para capacitação dos agricultores e agroextrativistas do entorno da bacia do Rio dos Cochos pensado para o fortalecimento das atividades produtivas de alimentos, agregação de valor e cidadania, assim surgiu a construção da Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado. A Assusbac começou com ações voltadas para o extrativismo dos frutos do cerrado com a fabricação de polpas de pequi, haja vista que na época desejava desenvolver atividades de aproveitamento dos frutos do Cerrado.

Vale destacar que é costume da região a fabricação de alimentos a partir da matéria prima oriunda dos frutos do cerrado para a complementação da geração de renda, dessa forma, a diretoria da Assusbac buscou estratégias para planejar a comercialização dos produtos de maneira mais organizada e estruturada. As primeiras

iniciativas de comercialização da Assusbac e a Cooperativa de Catadores de Pequi de Japonvar (COOPERJAP) aconteceu a partir de parcerias através da capacitação e aquisição dos produtos processados.

De modo geral, os agricultores estimam que possua na região mais de 500 hectares de área preservada nas quatro comunidades circunvizinhas, com cerca de 50 variedades diferentes de espécies nativas preservadas e vários frutos nativos do Cerrado, são eles: pitomba, cagaita, coquinho azedo, buriti, araticum, pequi, entre outros que possuem forte potencial produtivo e comercial.

A Assusbac é reconhecida como organização de proteção, conservação hídrica, ambiental e de sustentabilidade. A partir daí, criou-se grupos de apicultores, agroextrativistas e artesanato e avançou-se nas formas de agregação de valor aos produtos regionais, na defesa do acesso aos direitos coletivos de preservação do Cerrado contra as carvoarias. A Associação contava com a articulação de grupos produtivos que separavam as atividades de acordo com a aptidão dos membros, como criação de animais (caprinocultura, por exemplo), apicultura e plantio de oleaginosas. A maior parte das atividades se baseia na produção do mel de abelha, que é comercializado mediante parceria da associação com outras entidades associativas.

É importante destacar a comercialização da produção de mel dos grupos de articulação da Assusbac em parceria com a Associação Rural Apícola de Januária (ARAJAN), para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio da chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse canal alternativo da Assusbac com a ARAJAN contribuiu com a distribuição do mel produzido, tornando-se mais um meio de geração de renda aos apicultores e, consequentemente, aproximação aos mercados institucionais.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF) em parceria com ARAJAN e apicultores independentes tem propiciado e aprimorado as atividades apícolas na região através de consultoria. Essa estratégia de capacitação e planejamento na área da apicultura tem propiciado um salto quantitativo na produção de mel. O que pode se verificar na coleta de mel da Associação, pois a média de produção era de 200 kg, em agosto de 2016. Após a aplicação das técnicas e manejo adequado as colmeias, abastecimento de água e alimentação adequada à produção subiu para 1520 kg no montante de todos os apicultores e em 2017 produziram 1.300 kg.

A associação não possui sede própria, contudo construiu entreposto para beneficiamento de frutos cuja edificação encontra-se em processo de reforma, com possibilidade de receber habilitação sanitária do município para a manipulação e comercialização dos produtos. Essa unidade possui área aproximada de 40m² comportando uma unidade de processamento de polpa de frutas, geleias e compotas, com utensílios e equipamentos para fabricação e armazenamento destes produtos. Pode-se considerar uma conquista significativa para os associados da Assusbac.

Figura 4 – Sede da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos (Assusbac)

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2020.

Figura 5 – Sede da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos (Assusbac)

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2020.

Em 2008, firmaram parceria com o Grupo de Estudos em Frutíferas Exóticas Nativas (GEFEN) vinculado à UFMG, com o Núcleo de Pesquisa de Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (NPPJ) ligada à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e com o Instituto de Ciências Agrária (ICA/UFMG). Nesse contexto, de apoio e parceria, nasceu a formação do horto para fornecer plantas nativas aos agricultores familiares que aos poucos foram agregando novos parceiros e outras instituições (sendo capacitados por instituições do Estado da Bahia, onde fizeram estágio de como plantar e cultivar plantas nativas).

Para Lopes et. al. (2010), as trocas dos conhecimentos dessas pesquisas foram baseadas nas demandas dos agricultores e ressaltou a importância das metodologias propostas a seguir:

> Foram realizadas cursos, oficinas e seminários, abordando as temáticas de produção de mudas frutíferas, manejo e implantação de pomares domésticos, conservação da água e do solo, segurança alimentar, produção alternativa de alimentos, reciclagem de produtos e produção de compostos orgânicos (LOPES, et. al., 2010, p. 284).

Foi através da articulação dos parceiros que surgiu nas comunidades assistidas pela Assusbac uma dinâmica interessante de troca de conhecimentos dos

agricultores familiares para os estudantes das universidades que visitavam as comunidades rurais da bacia do Rio dos Cochos.

Havia nas seis comunidades uma lista com os temas vivenciados e propostos pelos grupos de articulados previstos no Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos envolvendo as seguintes temáticas: Agricultura Familiar, Convivência com o Semiárido, Apicultura, Meliponicultura, Extrativismo, Associativismo, Políticas Públicas, Adequação de estradas, Conservação de nascentes e matas ciliares, Organização de Mulheres, Alimentação Alternativa, Plantas Medicinais e Laticínio. As oficinas eram ministradas pelos agricultores que ficavam responsáveis pelos temas, os visitantes eram divididos em grupos e cada grupo era acompanhado por um agricultor.

Na dinâmica de interação, por meio dos projetos de extensão das universidades UFMG e UFLA, foram desenvolvidas atividades de oficina de receitas e fabricação de alimentos com grupo de mulheres pertencentes às localidades rurais do entorno a bacia do Rio dos Cochos. Essa iniciativa gerou no ano de 2010 o livro de receitas: “Receitas das Gerais delícias das comunidades rurais do rio dos cochos”.

A publicação do livro é uma estratégia importante de resgate dos hábitos e cultivos alimentares a partir de receitas herdadas dos antepassados. Ao descrever as atividades domésticas e o jeito artesanal da produção de bolos, geleias, quitandas e biscoitos diversificados foram propiciando o resgate cultural relacionada a alimentação e a segurança alimentar e nutricional das famílias. Essa estratégia contribuiu na transmissão das heranças dos antepassados e promoveu o resgate ao patrimônio cultural, histórico e imaterial das comunidades tradicionais da região.

A Assusbac, em 2011, filiou-se à Associação Regional do Núcleo do Pequi diante da importância do processo histórico vivenciado por aquela nas áreas de conservação da natureza, da experiência na proposição de ação pública na luta pelos direitos pela revitalização da bacia do Rio dos Cochos e na investida na dinâmica produtiva com os frutos do cerrado.

Os projetos executados pelo Núcleo do Pequi, por meio do Instituto Sociedade Preservação e Natureza (ISPN), apoiados pelo Programa de Apoio Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), contribuíram com o levantamento e registro de dados da associação, bem como a condução de discussões e formação continuada acerca das políticas públicas de comercialização aos mercados institucionais tais

como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO).

Ao longo do período, foi possível observar que há uma grande troca de saberes e contribuições entre as diversas parceiras realizadas na região, com destaque para ação da Cooperativa Grande Sertão; do Centro de Agricultura Alternativa em Montes Claros (CAA); da Cáritas Diocesana de Januária; da UFMG; da Incubadora Tecnológica Social (INCUBATECS-IFNMG); do ISPN; da CODEVASF; do Núcleo do Pequi; do IDENE, entre outros.

Parceiros como a Incubatecs tem oferecido suporte técnico na gestão administrativa, tecnológica, financeira e produtiva junto a associação, com foco nas demandas apresentadas em dificuldades de produção. Nessa lógica, a Assusbac recebe constantes convites para participações em seminários, congresso, palestras envolvendo os diversos temas atinentes à Economia Solidária, às políticas de desenvolvimento do cerrado, à apicultura, entre outros. As participações têm como resultado o desenvolvimento de cidadãos politizados e articulados para o enfrentamento dos desafios impostos no desenvolvimento de ações no meio rural.

Ao tentar sistematizar as estratégias utilizadas no cotidiano das comunidades rurais pertencentes à bacia do Rio dos Cochos, a ideia é enfatizar o papel fundamental de validação e recomposição das experiências e estratégias construídas e concentradas nessa região da bacia do rio dos cochos sobre as tentativas de enfrentamento da escassez da chuva, a diminuição do volume de água no rio e a busca por ações públicas de defesa de melhoria de condições de vida para os envolvidos no programa executado nas comunidades em estudo.

As experiências acumuladas pela mobilização das comunidades rurais na conservação da natureza, no decorrer das ações propostas do Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos irá auxiliar e incentivar a luta pelo bem comum, a preservação da biodiversidade, a criação dos quintais agroecológicos e valorização da agricultura familiar. As atividades produtivas e as redes agroalimentares alternativas de transações comerciais dos itens oriundos das agroindústrias familiares são alternativas de inserção e geração de processo inclusivo, além de vivências de educação alimentar baseada em princípios da soberania alimentar, será apresentado a seguir o histórico da Cooperuaçu.

1.5 Uma Análise da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu)

A região de Januária, onde se encontra localizada a Cooperuaçu, possui grande extensão territorial rural e forte atividade extrativista. Os dados apresentados nesse histórico da Cooperuaçu são resultados de entrevistas com membros da diretoria e acesso aos documentos da instituição. Assim sendo, os relatos dos entrevistados afirmam que o território conta com áreas imensas alagadas, ricas em beleza natural possuindo um parque geológico e arqueológico: as famosas cavernas do Peruaçu, que compõem o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, e uma Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu. Essa é a região em que estão situados os agricultores familiares que compõem as associações e formam a cooperativa.

A Cooperuaçu possui sede administrativa na Comunidade Rural de Areião e foi constituída no dia 03 de março de 2016. A área de admissão de cooperados prioritariamente abrangem os municípios de Januária, Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho, Bonito de Minas e Miravânia. Os agricultores familiares e agroextrativistas pertencentes à cooperativa possuem atividades extrativistas vinculadas com safras em determinadas épocas do ano. De modo geral, os agricultores estimam que possuam na região mais de 181 mil hectares de área conservada, incluindo 14 comunidades circunvizinhas que formam as 10 associações pertencentes à Cooperuaçu.

Figura 6 – Sede da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu)

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2020.

A área de abrangência da Cooperuaçu é aproveitada para uso sustentável, tendo em média 20 hectares destinados exclusivamente para produção de sementes crioulas, 403 hectares para manejo agroecológico, sendo 332 hectares para quintais produtivos e 71 hectares para hortas, gerando renda para aproximadamente 624 famílias.

Deve-se ressaltar a parceria do Núcleo de Estudos em Produção Orgânica e Agroecológica (NEA Minas d'Água) vinculado ao IFNMG campus Januária, bem como, o da Cáritas Diocesana de Januária, da *World Wide Fund for Nature (WWF),* da Fundação Pró-natureza (Funatura), da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que, no período de 2013 a 2017, realizaram dois importantes projetos relacionados à agroecologia, extrativismo e promoção de práticas sustentáveis no Vale do Peruaçu. Entre os anos de 2013 a 2015, foi realizado o diagnóstico para atuação junto às ações de implantação das tecnologias sociais de unidades demonstrativas de hortas e criação de animais em parceria com os Projetos: "Implementando tecnologias sociais em favor da sua gente e rio" e "Água Brasil", operacionalizado pela Articulação do Semiárido e demais parceiros.

No intervalo de 2015 a 2017, a execução do NEA Minas d'Água centrou suas ações sobre a temática: Extrativismo Sustentável no Peruaçu. Nesse sentido, o apoio ocorreu por meio de projetos de extensão no acompanhamento das famílias campesinas que lidam com o extrativismo. Entre as estratégias fomentadas, houve o incentivo à criação de quintais agroecológicos como forma de produzir usando áreas disponíveis nos arredores da residência, saindo das margens do rio, sem utilizar agrotóxico, mantendo a produção diversificada e a proximidade com as residências para facilitar o trabalho e reduzir os custos de produção.

As ações do NEA Minas d'Água contribuíram na articulação e criação da Cooperativa de Extrativismo no Peruaçu principalmente em ações voltadas para o beneficiamento das frutíferas. Ressalta-se uma elevada produção por parte de beneficiários diretamente ligados à cooperativa e reduzida produção de outras famílias ligadas indiretamente à cooperativa. As atividades produtivas e o processamento dos frutos do Cerrado estão concentrados na produção de polpa de pequi em conserva, doces, geleias, molhos, licores, cremes, castanhas, entre outros. Os produtos da sociobiodiversidade ofertados se destacam como frutos do cerrado tais como pequi, buriti, coquinho azedo, jatobá, umbu, cagaita, panã, jenipapo, cajuí, além dos frutos

dos quintais agroecológico como: acerola, goiaba, manga, tamarindo, manga rosa e outras.

Nesse contexto, os frutos cultivados oriundos dos quintais agroecológicos têm boa aceitação na produção dos produtos regionais, bem como os frutos encontrados em plena mata do Cerrado. Na atividade extrativista os agricultores buscam estocar seus produtos durante a safra para que possam tê-los disponíveis na entressafra, tanto para garantir sustento posterior das famílias, quanto para fornecer ao mercado consumidor. Dessa forma, os associados constroem estratégias para garantir alimento sadio e nutritivo durante todo o ano, fortalecendo as iniciativas coletivas e contornando a aquisição das frutas em supermercados.

A cooperativa segue as orientações do Estatuto Social para a admissão de novos cooperados no empreendimento e os orienta sobre as atribuições referentes à industrialização, a comercialização de produtos agroextrativistas, o beneficiamento e envasamento de polpas de frutas, a produção de conservas vegetais, sucos, sorvetes, picolés, geleias e licores de frutas. Também são processados farinha e derivados da mandioca, farofa e derivados do pequi, açúcar mascavo e rapadura, mel de abelha, produtos hortigranjeiro, carne suína, bovina, caprinos, ovos, aves, peixes, embutidos e defumados, leite e derivados.

A Cooperativa destaca no seu Estatuto Social a importância do desenvolvimento regional, do desenvolvimento de produtos com identidade que representem a valorização e inovação dos produtos agroextrativistas, da promoção da cultura sertaneja e a consideração aos princípios da economia popular solidária. A cooperativa é constituída por 10 associações comunitárias que compõem o núcleo do Peruaçu. O trabalho desenvolvido pela conservação/Brasil traz como objetivo a consolidação da base do extrativismo sustentável e da administração integrando unidades de conservação e ajudando na manutenção da biodiversidade de serviços ambientais. A área de abrangência da cooperativa contempla as associações comunitárias e outras comunidades das regiões de Miravânia, Januária, Chapada e Arinos, até mesmo Côcos-BA, quando ainda eram apenas um grupo informal chamado Grupo Gestor do Extrativismo do Peruaçu.

Em relação à infraestrutura, a cooperativa possui sede própria com estrutura física para beneficiamento dos frutos. A edificação encontra-se em processo de ampliação, embora já funcione adequadamente na maioria dos aspectos, e recebeu habilitação sanitária do município para a manipulação e comercialização dos

produtos. Essa unidade possui aproximadamente 176 m² de área construída e 270 m² área total, comportando uma unidade de processamento de frutos com a aquisição de equipamentos e insumos essenciais nas atividades produtivas.

Em 2016, a Cooperuaçu tornou-se filiada ao Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado para ampliar e participar dos espaços de representação, fortalecendo os relacionamentos e parcerias junto à rede Núcleo do Pequi, considerando que é uma associação regional que busca a melhoria das associações e cooperativas agroextrativistas, e por constituir um importante espaço de formação e participação coletiva.

Existem desafios que perpassam o processo de funcionamento da cooperativa tais como as dificuldades em: agregar lideranças para gerir a cooperativa, incentivar a participação de jovens, promover a comunicação e mobilização da comunidade para a participação coletiva, adequar a infraestrutura total de produção, atender aos critérios burocráticos dos editais e chamamentos públicos, aquisição de embalagens e insumos (vidros, rótulos etc.), logística para repasse dos produtos, capital de giro para formação de estoque, entre outros. Além disso, desafios ambientais como o desmatamento na nascente, a monocultura de eucalipto, a diminuição do fruto do pequi nos últimos anos devidos a estiagem prolongada, o ataque de pragas, bem como o êxodo dos jovens na zona rural, a falta de conhecimento para acessar as políticas públicas de apoio ao meio rural também são fatores que influenciam negativamente a atuação da Cooperativa.

Em meio a tantos desafios se destacam como diferencial competitivo da Cooperativa Cooperuaçu a abundância de frutos do Cerrado e quintais agroecológicos, a ampla rede de contatos e parcerias, a disponibilidade de matéria prima e de prestação de serviços dos agroextrativistas e agricultores familiares, o número de fregueses para aquisição dos produtos e a divulgação via redes sociais e parceiros. Entre os resultados da mobilização dos dirigentes da cooperativa, deve-se destacar a ação coletiva durante a construção conjunta da Cooperuaçu e movimento *Slow Food* no Brasil na criação do Protocolo de Produção da Fortaleza do Pequi no Norte de Minas Gerais – Fruto in natura e derivados.

A zona geográfica de produção ressalta a localização das comunidades que participam atualmente desse protocolo, se encontra na área administrativa de Januária território do Norte de Minas Gerais. De acordo ao documento, no anexo 1 e

2, do Protocolo de Produção da Fortaleza do Pequi elaborado em 20 de abril de 2018 aborda referência histórica assim descrita:

> O pequi é um recurso de grande importância para as comunidades de agricultores e extrativistas do Norte de Minas Gerais. A utilização e consumo do fruto remetem aos povos originários deste território, que desenvolveram as primeiras técnicas de extração artesanal do óleo e que faziam uso frequente do fruto na estação. As populações que se instalaram posteriormente na região adotaram estas práticas e organizaram sua subsistência com base nos recursos naturais da fauna e flora local. O pequi fornece alimento nutritivo em abundância, além do óleo para cozinhar. É hoje, definitivamente, o mais consumido dentre os frutos do Cerrado, presente na alimentação cotidiana das comunidades do norte mineiro. Além disso, representa uma fonte de renda básica para vários núcleos de produtores familiares extrativistas, chegando a superar a metade da renda anual destas famílias. A qualidade do pequi do Norte de Minas é reconhecida em outras regiões do Brasil e a demanda crescente é influenciada pela difusão de informações sobre os seus benefícios para a saúde e o interesse pelos frutos nativos na gastronomia. O pequi ainda hoje provém quase em maioria da atividade extrativista e seu consumo e comércio é sobretudo local, sendo distribuído para as capitais e outras regiões por atravessadores e comerciantes (*SLOW FOOD*, FORTALEZA DO PEQUI, 2018).

A Cooperuaçu contribui para validar as atividades produtivas transmitidas de geração em geração, também para resgatar as tradições culturais e alimentares na elaboração dos produtos que transmitem o sabor e saber das populações tradicionais. Ao participar e contribuir na elaboração do Protocolo de Produção da Fortaleza do Pequi no norte de Minas Gerais em parceria com *Slow Food* Brasil, a cooperativa fortalece o compromisso com a produção de alimentos com os princípios da instituição ao fornecer um alimento bom, limpo e justo.

A Cooperuaçu é uma organização que procura estabelecer parceria para inserção da produção dos cooperados nos canais alternativos de comercialização, por meio da feira agroecológica organizada pela Emater que acontece todas as terças-feiras na Praça Tiradentes, no município de Januária. Com objetivo de adicionar e incluir as transações comerciais a cooperativa filiou-se a Cooperativa Central do Cerrado [5]como cooperado e membro da diretoria. A Cooperuaçu também estabeleceu parceria comercial com a Cooperativa Grande Sertão na transação comercial de 15 toneladas de coquinho azedo em 2018, e de 05 toneladas no ano de 2019.

[5] A Central é uma instituição e considera como uma organização de base comunitária, com sede própria em Brasília/DF, composta e coordenada por associações e cooperativas de agricultores familiares e comunidades tradicionais agroextrativistas atuante em nove estados brasileiros dos biomas cerrado e caatinga.

Na linha de ampliação dos canais de comercialização, vale destacar a formação da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Peruaçu no ano de 2019. A parceria da Cooperuaçu e CSA Brasília/DF aconteceu devido à articulação do Técnico da WWF responsável por acompanhar as atividades da Cooperuaçu. Na relação estabelecida pela CSA, à mensuração das transações comerciais não leva em conta o valor, não é uma questão monetária, mas a criação de laço forte de confiança e estabelecimento de relacionamento entre produtor e consumidor de forma positiva. É importante destacar que existe benefício não só econômico, mas espaço de sensibilização e reflexão com os consumidores, inclusão, interação e cofinanciamento da produção. O CSA Peruaçu aproxima do consumidor que passa a comprar o que é produzido. É um segmento que vai valorizar a matéria-prima ao comprar o produto orgânico – não é uma preocupação assistencialista. O centro das atenções é transferido do produto e para a interação e estabelecimento dos relacionamentos, rastreabilidade, as pessoas estão interessadas em comprar e estabelecer relação com as pessoas “gente”. Engrandece o agricultor, reconhece o modo de vida, a forma multifuncional, e o evidencia. A agricultura familiar encontra o reconhecimento quando encontra espaço de venda do valor produto do contexto.

1.6 Dados empíricos da pesquisa referente à Assusbac e Cooperuaçu

Para complementar a estratégia de descrever a dinâmica produtiva dos agroextrativistas pertencentes a Assusbac e Cooperuaçu, este último tópico abordou inicialmente a apresentação do quadro síntese dos históricos das duas instituições em estudo, e aprofundou na análise dos dados empíricos a partir da elaboração do perfil dos agroextrativistas e gestores participantes das entrevistas. Ou seja, detalhará o estudo de caso de dois empreendimentos pertencentes à Rede do Núcleo do Pequi e propõe estabelecer comparação dos dados da região imediata de Januária/MG com o recorte para os empreendimentos do sistema produtivo local localizados no município de Januária/MG.

A seguir apresentar-se-á o quadro 1 apresenta o perfil das instituições Assusbac e Cooperuaçu. O quadro apresenta dados sobre o ano de fundação das

instituições, número de associados, a área de atuação, os produtos e o foco de cada de cada instituição.

Quadro 1 - Perfil das instituições Assusbac e Cooperuaçu

Síntese com informações das instituições Assusbac e Cooperuaçu.	
Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos - Assusbac	**Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale Do Peruaçu – Cooperuaçu**
Ano de Fundação: 2003	**Ano de Fundação** 2016
Nº de Associados: 300	**Nº de Associados**: 60
Área de Atuação: São as comunidades rurais da sub-bacia do Rio dos Cochos que são: Sambaíba, São Bento, Roda d'água, Mamede, Cabeceiras dos Cochos e sumidouro	**Área de Atuação**: Contemplam os municípios de Januária, Cônego Marinho, Bonito de Minas, Itacarambi, São João das Missões e Miravânia que formam as 10 associações que compõem a cooperativa
Produtos: Pequi congelado, polpa de pequi em conserva, Mel de abelha, doces e geleias	**Produtos**: Creme de Pequi, Polpa de Pequi em Conserva, óleo de Pequi, Molho de pequi com pimenta, farofa de pequi, castanha de pequi embalada à vácuo, geleia de frutos do Cerrado, polpa de frutas do cerrado.
Foco: As discussões da conservação ambiental com foco em ações propositivas no manejo de recursos naturais com destaque para o cuidado com água, o sistema produtivo local e a conservação dos recursos naturais. Destaque foi a criação do Programa de Recuperação e Revitalização da sub=bacia do Rio dos Cochos em parceria com a Cáritas Diocesana de Januária, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as Universidades Públicas, os articuladores, agricultores Familiares e agroextrativistas e mobilizadores das comunidades atendidas pelo programa.	**Foco**: orientações sobre as atribuições referentes à industrialização, a comercialização de produtos agroextrativistas, o beneficiamento e envasamento de polpas de frutas, a produção de conservas vegetais, sucos, sorvetes, picolés, geleias e licores de frutas. O processamento de farinha e derivados da mandioca, farofa e derivados do pequi, açúcar mascavo e rapadura, mel de abelha, produtos hortigranjeiro, carne suína, bovina, caprinos, ovos, aves, peixes, embutidos e defumados, leite e derivados. Possuem como diferencial competitivo da Cooperativa a abundância de frutos do Cerrado e os quintais agroecológicos, a ampla rede de contatos e parcerias, a disponibilidade de matéria prima e de prestação de serviços dos agroextrativistas e agricultores familiares, o número de fregueses para aquisição dos produtos e a divulgação via redes sociais e parceiros

Fonte: Elaboração da autora, a partir da pesquisa de campo.

Após a apresentação do quadro síntese das duas instituições pesquisadas é relevantes destacar a escolha da metodologia a partir dos dados do projeto de extensão por meio do roteiro de questionários no esforço comum e coletivo para a realização da investigação cientifica.

Os dados são oriundos da pesquisa realizada conjuntamente com o projeto “Melhoria no Sistema de Gestão da Produção e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar”. Eles permitirão compreender o perfil dos extrativistas e gestores, através de dados da faixa etária, o local de nascimento dos entrevistados, os laços de pertencimento dos entrevistados com a região imediata de Januária, o sexo dos entrevistados e o tamanho da propriedade.

Para a investigação e operacionalização da pesquisa empírica foram realizadas 24 entrevistas sendo: 09 com os associados da Associação dos Usuários da Sub-Bacia do Rio dos Cochos, e 15 entrevistas com cooperados da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu localizados no município de Januária/MG. A definição dos entrevistados foi feita de forma aleatória e de acordo com a disponibilidade de participação dos agroextrativistas e lideranças pertencentes as instituições. A seguir a apresentação da Tabela 3 com os dados referentes ao perfil dos entrevistados da Assusbac e Cooperuaçu.

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados da Assusbac e Cooperuaçu

Faixa Etária					
	0 a 40 anos		41 a 60 anos		61 a 80 anos
Assusbac	23%		44%		33%
Cooperuaçu	7%		80%		13%
Naturalidade					
	Januária	Cônego Marinho	São Paulo	Itacarambi	S.J. Das Missões
Assusbac	89%	11%	-	-	-
Cooperuaçu	80%	-	7%	7%	7%
Sexo					
	Mulheres			Homens	
Assusbac	44%			56%	
Cooperuaçu	73%			27%	
Tamanho da Propriedade					
	0 a 20 há	21 a 40 há	41 a 60 ha	61 a 100 há	
Assusbac	33%	22%	23%	22%	
Cooperuaçu	67%	20%	7%	6%	

Fonte: Pesquisa Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar, 2019.

A Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos possui uma faixa etária dos entrevistados que varia de 35 a 67 anos. Os resultados apontaram

que há uma concentração de adultos na faixa etária de 41 a 60 anos com o percentual de 44%. Assim sendo, ao somar os dados entre a faixa etária de 41 a 80 anos resulta-se o percentual de 78% dos entrevistados. A concentração de pessoas residentes nessa faixa etária da população rural da região se justifica pela migração da população jovem para as cidades na busca pelo processo de escolarização e na tentativa de procurar ocupação nas atividades industriais e fabril dos grandes centros urbanos.

É relevante salientar que as atividades produtivas dos agroextrativistas da Assusbac centram-se no processamento dos frutos do cerrado e na apicultura. Nessas atividades nota-se maior percentual de pessoas entre 43 a 65 anos. O grupo possui conhecimento e treinamento na área de processamento, beneficiamento e produção de geleias, polpa de polpa de pequi e frutas, óleo de pequi. Essas práticas produtivas foram elaboradas, referendadas no cotidiano das pessoas, ou seja, foram construídas a partir do desenvolvimento das atividades enquanto multiplicadores das ações do Programa de Revitalização da Sub-bacia do Rio dos Cochos. Verifica-se uma formação de capital social mais consolidada principalmente na noção de boas práticas de processamento dos frutos do cerrado, pelo aprimoramento na condução de manejo agroecológico e pomar experimental. A resiliência dos envolvidos acontece pela persistência do grupo de mobilizadores no decorrer das atividades e a governança partilhada nas experiências de distribuição de tarefas entre comunidade, técnicos e apoiadores na execução do referido programa.

A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu situa-se a 68 km da cidade de Januária/MG. O universo pesquisado concentrou o maior número na faixa etária de 0 a 40 anos em 7%, e de 41 a 60 anos em 80%. Se somarem essas duas faixas etárias resultarão em 87%. Esses resultados sugerem que a cooperativa apresenta forte potencial de inclusão das pessoas na dinâmica produtiva e com boas perspectivas de inovação e efetivação de diversificação de renda para seus cooperados oriundos das 09 associações participantes dessa cooperativa.

A região do Vale do Peruaçu foi impactada pelos grandes projetos de atualização e inovação na agricultura por meio da reestruturação e tecnificação dos processos produtivos. O desmatamento e o carvoejamento avançaram na vegetação nativa gerando desastre ambiental e hídrico para as populações rurais, ao provocar escassez hídrica e falta de acesso à água. Esses fatores comprometeram as atividades produtivas e contribuíram com a expulsão da população jovem das

comunidades pertencentes ao vale do Peruaçu para os centros urbanos. Apesar disso, o grupo tem uma dinâmica comercial mais apurada e com boa mobilização e busca de alternativas para as transações comerciais dos produtos.

Com relação à naturalidade dos entrevistados os dados revelam que dos entrevistados da Assusbac, 89% nasceram em Januária e 11% nasceram em Cônego Marinho. Enquanto os entrevistados da Cooperuaçu apontaram para concentração de entrevistados nascidos na área de abrangência da cidade de Januária com o percentual de 80%. Nascidos em São Paulo, Itacarambi e São João das Missões correspondem a 7%, respectivamente, dos entrevistados. Os resultados validam a referência da região imediata de Januária, haja vista a forte concentração de entrevistados do município de Januária/MG sendo sede e prestadora de bens e serviços aos outros municípios.

Para identificar a questão de gênero na dinâmica produtiva nas unidades de beneficiamento de frutos do cerrado, verificou-se que, na Assusbac, 44% dos entrevistados são mulheres e 56% são homens, enquanto na Cooperuaçu 73% são mulheres e 27% são homens.

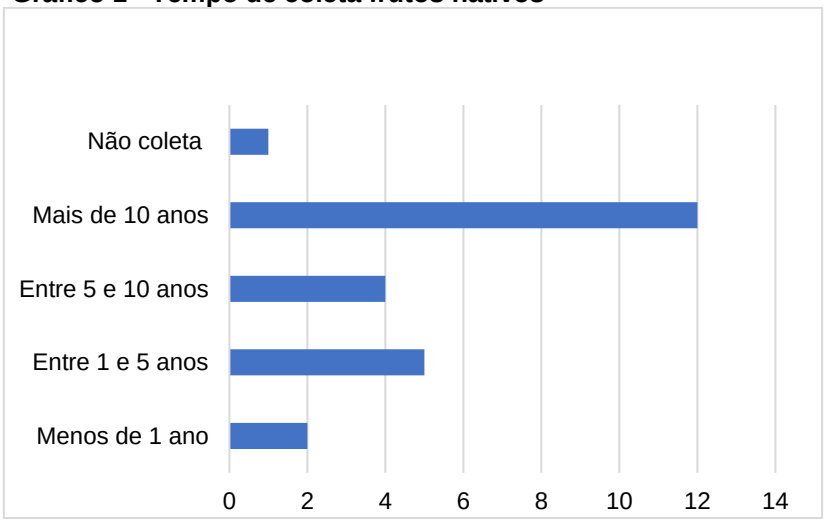
Outra categoria analisada é o tamanho da propriedade dos entrevistados, haja vista que se trata de pequenas propriedades, esse fato releva a realidade rural da região imediata de Januária/MG e o papel que os agricultores familiares representam na produção de alimentos e na diversificação das atividades produtivas. Em relação ao tamanho da propriedade, pode-se observar pela tabela 03 que os agricultores familiares pertencentes à Assusbac apresentam: 33% possuem propriedade de 0 a 20 hectares, 22% concentram a sua área em 21 a 40 hectares, 23% dispõe de 41 a 60 hectares e 22% englobam de 60 a 100 hectares. Isso demonstra que são bem pequenas e distribuídas o tamanho das propriedades dos entrevistados.

Na Cooperuaçu, 67% possuem propriedade de 0 a 20 hectares, 20% apresentam o tamanho de 21 a 40 hectares, 7% compreendem de 41 a 60 hectares e 6% abrangem o tamanho de 60 a 100 hectares. Pode-se afirmar que na Cooperuaçu há uma concentração de pequenas propriedades em até 20 hectares. Essas informações referentes ao tamanho da propriedade dos agricultores familiares e agroextrativistas pertencentes a Assusbac e Cooperuaçu são relevantes para o planejamento das atividades produtivas dos produtores em conjunto com os órgãos

de assistências técnicas e demais rede sociotécnica atuante na região imediata de Januária/MG.

Na perspectiva de compreender o comprometimento e o tempo empreendido com as atividades de coleta e a extração dos frutos da natureza, os entrevistados foram questionados a respeito do tempo, em anos, dedicados à coleta e ao processamento dos frutos do cerrado. A investigação revelou que a maioria dos entrevistados da Assusbac e Cooperuaçu há mais de 10 anos exercem as atividades de beneficiamento de frutos do Cerrado. O dado sugere e retrata que as práticas extrativistas e o aproveitamento dos frutos nativos na região imediata de Januária/MG têm tradição nos hábitos alimentares regionais e culturais das comunidades tradicionais, da ancestralidade dos indígenas no trato com a natureza, no uso medicinal diário e na inserção agroextrativistas das atividades produtivas nas agroindústrias familiares, transmitido de geração em geração. A seguir o gráfico 1 com os dados referente ao tempo de Coleta dos frutos nativos.

Gráfico 1 - Tempo de coleta frutos nativos

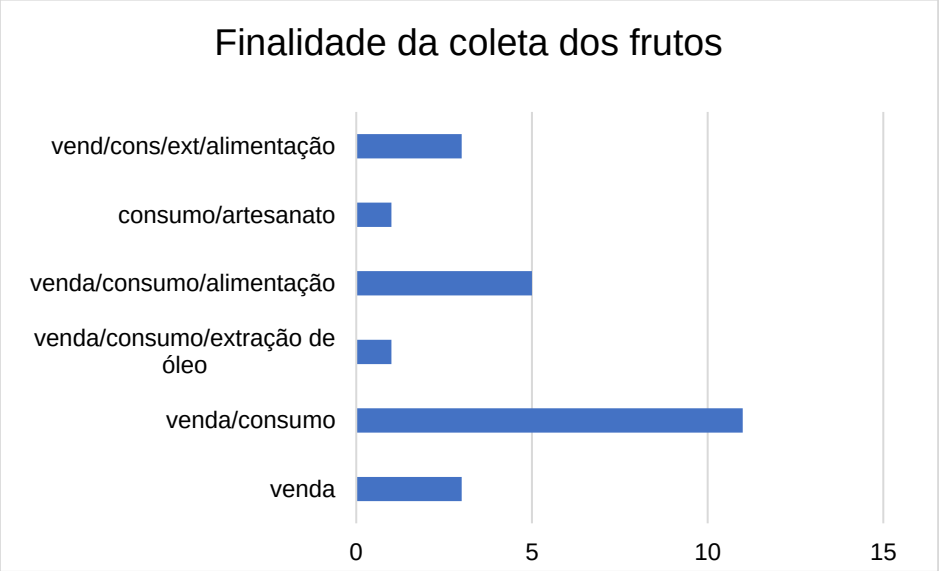


Fonte: Pesquisa Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar, 2019.

Deve-se destacar a resiliência dos extrativistas na atividade de processamento e utilização de frutos do Cerrado, bem como a finalidade da coleta desses frutos para a fabricação de produtos alimentares a partir dessa matéria prima. Os dados demonstram que, na região imediata de Januária/MG, a coleta e o processamento dos frutos do cerrado nas unidades produtivas, tem proporcionado a diversificação de hábitos alimentares, a diversificação com relação à biodiversidade e utilização das práticas agroecológicas e a proposição e a criação de alternativas

diversificadas de renda a partir do apreço e valorização no trato cultural e alimentar das gerações passadas, traduzindo inovações e criando identidade regional e territorial. A seguir o gráfico 2 irá demonstrar a distribuição e a finalidade da coleta dos frutos.

Gráfico 2 - Finalidade da Coleta dos Frutos



Fonte: Pesquisa Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar, 2019.

Os resultados da pesquisa apontaram a tradição dos extrativistas com as diferentes finalidades das atividades de coleta e manipulação dos frutos do cerrado. A produção para o autoconsumo é considerada primordial para as famílias, mas se percebe um planejamento das atividades produtivas para o consumo e a venda como forma de buscar a sobrevivência e efetivar as trocas comerciais para a aquisição de outros bens importantes e não produzidos na localidade.

Os dados mostram a concentração das atividades e finalidade da coleta dos frutos para venda e consumo, para mais, oportunizam aos agroextrativistas ou agricultores familiares maior autonomia e confiança. Dessa maneira, à proporção que acontece a prática da coleta dos frutos do cerrado e organização da manipulação dos alimentos sazonais irá garantir o armazenamento e a condição de consumo de suas famílias com respeito e procedimentos que asseguram os princípios essenciais alimentares e nutricionais.

Outro ponto importante na tentativa de conhecer a dinâmica produtiva dos extrativistas da região imediata de Januária/MG, é a diversidade de frutos nativos do Cerrado existentes nas propriedades dos agroextrativistas da Assusbac e Cooperuaçu. A prática de manejo agroecológico e o plantio dos quintais agroecológicos são fontes de matéria prima que abastecem de frutos do cerrado as agroindústrias familiares em que os extrativistas processam, beneficiam e transformam em produtos com qualidade para os consumidores. A seguir, a tabela 04 apresenta o calendário dos frutos do cerrado com a sua diversidade de matéria prima.

Tabela 04 - Calendário de disponibilidade de frutos do cerrado

FRUTAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	set	Out	Nov	Dez
Pequi	■									■	■	■
Buriti									■	■	■	■
Umbu	■										■	■
Baru									■	■		
Cagaita									■	■	■	
Cajuzinho									■	■		
Fava d'anta			■	■	■	■						
Mangaba											■	■
Jatobá							■	■	■	■		
Coquinho Azedo	■									■	■	■
Sucupira						■	■					
Jenipapo							■	■				
Panã			■	■	■	■						
Plantas medic.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: Pesquisa Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar, 2019.

Os resultados da pesquisa empírica na região imediata de Januária/MG revelaram a diversidade de frutos nativos e a oportunidade que essas agroindústrias familiares têm em poder planejar suas atividades produtivas a partir da matéria prima disponível nas proximidades da Assusbac e da Cooperuaçu. É importante conhecer e estabelecer o planejamento da safra dos frutos, bem como distribuir as atividades produtivas nas agroindústrias familiares de forma que essas unidades não fiquem ociosas durante o ano.

Ao organizar e beneficiar os frutos do cerrado terá a oportunidade de incluir os agricultores familiares, as mulheres e os jovens no processo produtivo, diversificando a sua renda ao longo do ano, a partir de cada coleta de frutos, sem contar que poderá usufruir dos ingredientes saudáveis e nutritivos que são relevantes

nos procedimentos e técnicas de fabricação dos produtos que retratem os sabores e saberes provenientes da tradição familiar.

Essas alternativas de processamento e manipulação de alimentos têm trazido importantes aspectos de reconhecimento dos costumes e hábitos culturais para validação do que eles fazem na prática, podem divulgar e usufruir dos benefícios nutricionais e farmacológicos que os frutos nativos oferecem e podem ajudar na criação de identidade das especificidades locais. Assim sendo, as atividades de produção agroalimentar estão relacionadas a gastronomia típica da região e das famílias inseridas no contexto local familiar. Essas ações propositivas de produção e mudança no consumo de alimentos que retratam as identidades locais objetivam revigorar o enraizamento e a valorização dos atributos mais regionalizados, favorecendo a conexão entre o produtor e os clientes. É relevante salientar que poderá agregar atributos que servirão de apoio ao turismo regional e a divulgação do potencial cultural que a região possui. Servirá de atrativo e ponto de comercialização dos produtos locais e diversificação de hábitos alimentares.

Os representantes das agroindústrias familiares têm procurado diversificar, acrescentar e complementar a renda dos cooperados comprometidos na manipulação dos frutos do cerrado, na tentativa de diminuir a vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, diversificar e fomentar as economias locais, valorizar e preservar os hábitos culturais, aproximar socialmente o consumidor ao agricultor e promover a inserção dos jovens e das mulheres nas ocupações produtivas, na autonomia e gestão dos empreendimentos. Os resultados da investigação científica têm apontado que as criações de alternativas sustentáveis de comercialização e ações propositivas têm impactado de forma positiva nas diversificações de rendas para os associados e cooperados, contudo, não têm garantido a sua autossuficiência.

1.7 Considerações Finais do Capítulo

Conhecer os agentes locais, a estrutura produtiva, favorecem o conhecimento do arranjo produtivo local. As instituições Assusbac e Cooperuaçu têm buscado parcerias intergovernamentais e têm propiciado a formação dos sistemas agroflorestais e agropastoris na diversificação e utilização da biodiversidade para

referendar as agroindústrias familiares. As duas organizações são responsáveis pelo processamento dos frutos nativos e cultivado, além de agregar valor aos produtos e promover diversificação de renda por meio da inclusão dos agroextrativistas nessas unidades produtivas.

Ao descrever a experiência de mobilização dos parceiros e da Assusbac durante a execução do Programa de Revitalização da Sub-Bacia do Rio dos Cochos pretendeu-se conhecer a importância das ações públicas de preservação ambiental para o desenvolvimento da região. O modelo do Programa de Recuperação e Revitalização da Sub-Bacia do Rio dos Cochos desenvolvido com mobilização social dos articuladores da Assusbac permitiu compreender a relação entre os conhecimentos científicos e o conhecimento tradicional empírico.

As estratégias de extensão das universidades, com forte vínculo ao agroextrativismo e comunidade tradicional, têm contribuído para a busca, reflexão, e mediação no direcionamento e na possibilidade de diversificação com relação à biodiversidade e agroecologia. A ações das universidades são importantes através do apoio a criação de alternativa de geração de renda, por meio do aproveitamento de frutos do Cerrado, na implantação dos quintais agroecológicos e na inovação de práticas agroecológicas sempre na perspectiva de diversificação de hábitos, das práticas e costumes alimentares.

Nesse sentido, a contribuição dos parceiros para incentivar, promover a reflexão a partir de cursos de melhoria da produção, acesso às políticas púbicas de mercados, diálogo e participação das instâncias intergovernamentais sobre segurança alimentar e nutricional. Já a sustentabilidade ambiental direcionada para a produção agroextrativista alimentar e politização dos consumidores pela defesa da comida de verdade poderão contribuir para o entendimento da dinâmica produtiva e o consumo desses produtos oriundos das associações e cooperativas.

A investigação sobre o processo de ocupação da região imediata de Januária/MG, o levantamento de dados dos estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologias, grupos de atividades econômicas, os tipos de práticas agrícolas e tamanho da área territorial e condições legal da terra foram fundamentais para se conhecer a área de estudo. Esses dados poderão servir para subsidiar os planejadores de política pública e gestores sobre a importância do extrativismo na região imediata de Januária/MG, o processo e a dinâmica produtiva dos agroextrativistas e lideranças pertencentes a Assusbac e a

Cooperuaçu. No próximo capítulo discutir-se-á sobre as novas ordens alimentares com o foco no mundo doméstico, mundo artesanal integrado ao mundo doméstico e o mundo cívico.

CAPÍTULO 2 – DA TEORIA DAS CONVENÇÕES ÀS NOVAS ORDENS ALIMENTARES

O presente capítulo utilizará como referencial teórico a Teoria das Convenções, com especial destaque para abordagem de Boltanski; Chiapello (2009), bem como as reflexões das Novas Ordens Alimentares, proposta por Niederle; Wesz Jr (2018). De forma geral, as teorias propostas ajudam a entender o processo de reestruturação do capitalismo, a dinâmica do sistema agroalimentar, a construção das políticas públicas com foco na agricultura familiar.

As estratégias presentes nos “mundos: doméstico, cívico e artesanal” podem ser observadas nas unidades produtivas e no consumo alimentar das agroindústrias familiares pertencentes à Rede da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado na região intermediária de Januária/MG.

2.1 Teoria da convenção: entre mundos e grandezas

Para a compreensão das atividades produtivas alimentares, o crescimento do consumo e a análise dos fatos econômicos no século XXI, optou-se por utilizar a Teoria das Convenções. A teoria ajudará na reflexão sobre as relações econômicas que aconteceram a partir da consolidação do capitalismo, que proporcionou um olhar crítico e deu origem ao novo espirito a contar das transformações ocorridas nesse sistema.

A contribuição de Boltanski; Chiapello (2009) para a compreensão a partir das ideias apresentadas na reestruturação do capitalismo foram assim descritas:

> A reestruturação do capitalismo ao longo das duas últimas décadas, que, como vimos, ocorre em torno dos mercados financeiros e dos movimentos de fusão-aquisição das multinacionais num contexto de políticas governamentais favoráveis em matéria fiscal, social e salarial, também acompanhada por fortes incentivos ao aumento da flexibilização do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.22).

O entendimento sobre as transformações econômicas e as mudanças nas políticas governamentais nortearam as ações no âmbito dos desdobramentos do

capitalismo gerando novas reflexões, novas críticas, e para os autores, um “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). É importante destacar que os princípios nortearam as mudanças das atividades econômicas em torno dos mercados financeiros e do movimento de fusão-aquisição referendadas pelos autores que foram acatados pelo processo de financeirização do Sistema Agroalimentar Mundial.

Diante das críticas as alterações das atividades econômicas, de gestão e os impactos da miserabilidade da classe operária propuseram discutir em seu livro o “Novo Espirito do Capitalismo[6]”, escrito em 1995, sobre transformações ideológicas que reconduziram as alterações que ocorreram no capitalismo a época. Vale destacar a degradação com a questão econômica e social de uma parcela significativa da população, em contrapartida a um capitalismo forte em expansão e profundamente transformador (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao propor a reflexão sobre o novo espírito do capitalismo, os autores buscaram compreender as nuances que permearam a vida econômica e social dos homens no percurso de escolhas e definições que nortearam a ideologia que defende o envolvimento no capitalismo. É justamente o conjunto de crença associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com elas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Para compreendermos as origens do espírito do capitalismo e a força da crítica os autores Boltanski; Chiapello (2009, p.52-53) dividem em três mudanças o período em estudo:

> O "primeiro" espírito do capitalismo, associado, como se viu, à figura do burguês, estava sintonizado com as formas do capitalismo essencialmente familiar de uma época em que o gigantismo ainda não era buscado, salvo em raríssimos casos (...) Por sua vez, o "segundo” espírito, que se organiza em torno da figura central do diretor (ou dirigente assalariado) e dos executivos, está ligado a um capitalismo de empresas já bastante considerável para que seu elemento central seja a burocratização e a utilização de um quadro de supervisores cada vez mais qualificados por diploma universitário, O "terceiro" espírito deverá ser isomorfo a um capitalismo "globalizado", que põe em prática novas tecnologias, apenas para citar os dois aspectos mais

[6] As ideias apresentadas no livro “o novo espirito do capitalismo” nos faz refletir a história e os fatos que ocorreram na França, no período de 1968 até os meados da década de 90. Os autores Boltanski; Chiapello (2009) fizeram a discussão a partir do âmbito local da França, mas a ideia apresentada à época servirá de base para a compreensão das mudanças ideológicas que acompanharam a reestruturação do capitalismo, o funcionamento da sociedade e suas estruturas econômicas.

> frequentemente mencionados na qualificação do capitalismo de hoje. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.52-53).

Ao fazer opção por três momentos da crítica os autores procuraram compreender as "justificações" que nortearam as atividades econômicas e recomendaram as perspectivas teóricas e referências para entender as escolhas das pessoas e suas formas, o envolvimento nas ações e o sentimento de pertencimento que durante o processo de reestruturação do capitalismo sofreu modificações a partir das ideologias[7] associadas aos fenômenos econômicos.

A importância da compreensão sobre "novo espírito do capitalismo", bem como a sua reestruturação, a partir das críticas dos autores Boltanski; Chiapello (2009), se explica na necessidade de justificações dos atores econômicos e sociais atrelados a gestão empresarial que irá nortear as instituições produtivas experimentadas na contemporaneidade. Nessa perspectiva, os autores Boltanski; Chiapello (2009) trazem grandes contribuições para a compreensão dos mundos ou cidades como pontos de apoio para normativos para construir justificações.

É importante destacar que a ligação que se fará entre as cidades ou as ordens de grandezas ou mundos serão as bases para a reflexão sobre as ordens alimentares a partir do recorte feito para mundo doméstico, mundo artesanal (desdobramento do mundo doméstico) e mundo cívico nessa dissertação. Nesse sentido, esse estudo trará como reflexão o conceito de cidade que será orientado para questão da justiça e/ou ordens de grandezas. Essas são manifestações e palavras que fornecerão suporte para a compreensão dos desdobramentos e as transformações do capitalismo. São reconhecidas na contemporaneidade seis lógicas de justificação, seis cidades ou seis mundos.

Wilkinson (2008, p.109), afirma e sustenta suas reflexões com base na filosofia política a partir de seis mundos assim identificados: "o inspirado (Santo Agostinho), o da opinião (o Leviatã de Hobbes), o doméstico (vários), o industrial (Saint-Simon), o do mercado (Smith) e o cívico (Contrato Social de Rousseau) ".

Torna-se importante enfatizar que esses mundos devem ser vistos de forma não- hierárquico, representando formas igualmente legitimas de justificação e

[7] Vale ressaltar que o sentido da ideologia não deve ser tratado como forma vulgar, mas recorrer o sentido na obra de Louis Dumont – de conjunto de crenças partilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 33).

valorização. De tal maneira que se rompe com o determinismo econômico e tecnológico que marca grande parte dos estudos sobre mercado agroalimentares (NIEDERLE, 2009).

A contribuição da filosofia política partiu de dois tipos de fontes para explicar as grandezas: dados empíricos, extraídos do trabalho de campo que forneceu um corpus de argumentos, e os construtos da filosofia política, que possuem um nível elevado de coerência lógica. Assim sendo, os autores descreveram as divisões das cidades:

> Na cidade inspirada, a grandeza se encontra na distinção do santo que ascende a um estado de graça ou mesmo um artista que recebe inspiração. As manifestações inspiradas são: a santidade, criatividade, senso artístico, autenticidade. Elas constituem a forma privilegiada de expressão. Já na cidade doméstica, a grandeza das pessoas depende de sua posição hierárquica numa cadeia de dependências pessoais. O grande, nesse caso, é o ancestral, o pai, a quem todos devem respeito e fidelidade". "A grandeza só depende da opinião alheia na cidade da fama, ou seja, da quantidade de pessoas que concedem crédito e estima. Na cidade cívica, o grande é o representante de um coletivo cuja vontade geral ele exprime". "Na cidade mercantil, o grande é aquele que enriquece colocando no mercado concorrencial mercadorias muito desejadas, ou seja, ele fica rico com o sucesso na prova do mercado". E na "cidade industrial a grandeza se fundamenta na eficácia e determina uma grandeza de capacidades profissionais. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.56-57).

Ao organizar em categorias denominadas de cidades ou as ordens de grandezas pretende-se estabelecer as conexões por cidades ou mundos a partir de modelos analíticos, lógicas de argumentação, que permitem identificar os diferentes regimes de justificação dos desdobramentos, dos desacordos e no espírito do capitalismo (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009).

Segundo Wilkinson (2008, p.109) "Cada cidade ou cada um desses mundos, contudo, é organizado em torno de diferente qualificação e sujeito a forma igualmente diferentes de justificação e desafio". Cada grandeza traz a sua contribuição para a compreensão dos desdobramentos do capitalismo e utilizam dos procedimentos da gestão da administração de empresas para compreender que cada indivíduo, em situação de concorrência é subordinado aos mundos, aos ditames da justificação. A abordagem convencionalista direciona as reflexões para a compreensão das atividades econômicas do âmbito micro ou para as análises setoriais que se estabelece na tradição das convenções na relação salarial. A atenção

é direcionada às atividades por meio dos quais o trabalho era qualificado, assim sendo, direcionou o foco para conhecer como se estabeleceu as regras, os princípios e as convenções que governam a distribuição da lei de oferta e demanda no mundo do trabalho.

Para Wilkinson (2008, p. 108) “a contribuição da teoria das convenções reside em sua elaboração original da noção de regras e das bases de coordenação dos atores, desenvolvida inicialmente como crítica a aplicação arbitrária desses conceitos pela teoria dos jogos”. Ao priorizar a análise na peculiaridade da relação salarial para a teoria geral da organização econômica modifica-se a forma de criar e estabelecer elos entre o micro e macro e passa a valorizar a forma interdisciplinar e interpretativa do aprendizado coletivo e a organização de redes sociais.

Mais adiante Wilkinson (2008, p.108) afirma que essas análises oriundas da teoria das convenções contribuem para o entendimento que “as regras não são anteriores à ação e tão pouco são elaboradas de fora da ação, mas na interação e no interior dos processos de coordenação de atores”, a contar do surgimento dos problemas na relação de representações e na negociação de acordos entre atores econômicos que devem ter em mente a existência e a garantia de pontos comuns entre os atores e envolvidos.

O novo espírito do capitalismo, escrito pelos autores Boltanski; Chiapello (2009), traz elementos importantes e contribui para o entendimento das origens das convenções que permearam o espírito do capitalismo e suas críticas. As ideias apresentadas servem de base referencial da teoria das convenções e da mesma forma poderá respaldar as análises das dinâmicas do sistema agroalimentar.

É importante destacar que a teoria das convenções constitui uma influente ferramenta analítica e contribui por meio da noção da qualidade baseada na perspectiva institucional de transitar e interagir para a análise da econômica de forma original buscando estabelecer a sua base conceitual para o melhor entendimento a partir da dinâmica interdisciplinar. Na visão de Wilkinson (2008, p.113), “a teoria das convenções presta mais atenção as matizes do setor agroalimentar, particularmente em sua análise da qualidade, ela também é uma teoria geral que pode esclarecer aspectos do sistema agroalimentar”.

A abordagem da teoria das convenções na visão de Wilkinson (2008, p.113) apresenta “a construção social da qualidade, a começar pela forma de qualificar produtos, de técnicas, trabalho e mecanismos setoriais”. Nesse sentido, a

identificação da qualidade requer a intermediação de normas, métodos de avaliação e qualificação dos produtos que são comercializados e por meio da avaliação dos produtores, consumidores e nas organizações envolvidas na produção. Assim sendo, o controle “numa economia da qualidade deve ser assegurado e baseado pela consolidação de redes e pelo desenvolvimento de relacionamentos baseados na confiança” (WILKINSON, 2008, p.114).

É importante considerar as contribuições dos estudos clássicos Granovetter (1985) sobre o *embeddedness* da ação econômica em redes sociais, demonstrando como estas influenciam o modo de funcionamento de mercados. Sobre a abordagem, Wilkinson (2002) afirma que a contribuição de Granovetter (1985) aborda em três níveis assim descritos:

> Em primeiro lugar, a reinterpretação de *embeddedness*, em termos de redes sociais permite demonstrar a maneira em que a ação econômica é permanentemente filtrada por relações sociais. Em segundo, essa noção de redes sociais é desdobrada numa tipologia que permite correlacionar distintos padrões de comportamento econômico com determinados tipos de redes. E, finalmente, a noção da “força de laços fracos” permite analisar a relação entre redes e papel estratégico da posição de atores nessas redes (GRANOVETTER, 1985 apud WILKINSON, 2002, p. 814).

É preciso compreender as modificações ocorridas no âmbito das relações sociais em que acontecem a inserção dessas redes sociais, a partir das ações econômicas e da identificação dos atores institucionais e sociais e sua atuação no sistema agroalimentar, bem como a forma de conceber a qualidade a partir de referências e características próprias que contribuam com a proliferação dos mercados de singularidades e os mercados de alimentos funcionais. Assim, as convenções são adequadas também para estudar os mercados, pois as mudanças no consumo e, consequentemente, na diversidade de produtos a serem ofertados acabam promovendo mudanças nas exigências para a comercialização.

É desse debate sobre o sistema produtivo local e das alternativas de comercialização dos produtos artesanais, regionais e agroecológicos que se orientará a discussão para a teoria das convenções e as novas ordens alimentares enquanto aporte teórico para o estudo dos sistemas agroalimentares. Nesse sentido, essa dissertação optou pelo recorte teórico e analítico dentro das novas ordens alimentares a partir da reflexão do “mundo doméstico” que abordará a categoria agricultura de subsistência e com análise da atuação das políticas públicas de apoio à agricultura

familiar, abastecimento alimentar e de segurança alimentar e nutricional na região imediata de Januária/MG.

Já o “mundo artesanal” buscou apresentar a reflexão como um desdobramento do mundo doméstico e trazer contribuição sobre os mecanismos de qualificação e certificação dos produtos artesanais regionais, os circuitos curtos de comercialização dos produtos artesanais e a conexão entre produtores e consumidores que será retratado a partir do caso empírico da Cooperativa Cooperuaçu na criação da CSA Peruaçu. Por último será abordado a discussão sobre “mundo cívico”, o conhecimento de redes sociais que primam pela ideia coletiva de construção de políticas de mercados com a atuação dos movimentos sociais em diálogo com o Estado, na proteção da democracia alimentar, na defesa dos bens comuns e na preservação da biodiversidade.

Para exemplificar as lutas coletivas, a defesa pela promoção da sociobiodiversidade pela Associação Regional do Núcleo Gestor da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do Cerrado e demais instituições públicas e privadas que vem acontecendo no Norte de Minas Gerais, torna-se importante validar e registrar o processo de mobilização dos atores sociais e institucionais na reativação do Conselho Diretor Pró-Pequi, considerado como instância participativa e deliberativa das ações do “Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e a Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado (Pró-pequi) e a rede do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado”.

2.2. As ordens alimentares: aplicação da teoria das convenções ao sistema agroalimentar

As ideias sobre novas ordens alimentares de Niederle; Wesz Jr (2018) apresentam um novo olhar sobre os estudos dos sistemas agroalimentares que utilizou a aplicação da teoria das convenções, dentre outras teorias para construir “um modelo analítico que favorece a análise das práticas sociais e os mecanismos institucionais envolvidos na construção, coordenação e estabilização dos mercados alimentares e agropecuários no Brasil”.

O envolvimento dos autores em diversos grupos de pesquisa propiciou uma obra importante para compreender a proposta teórica criativa e com confirmação empírica extensa. Na visão de Escher (2019, p.215) os autores apresentam “um referencial teórico com base na contribuição das Economias das Convenções, do Neoinstitucionalismo Histórico e Sociológico e das teorias das práticas”. É importante destacar que a obra traz o estudo histórico do sistema agroalimentar mundial e brasileiro.

Ao propor a discussão de cunho teórico-metodológico, eles introduzem o conceito de ordens alimentares como chave de leitura do sistema agroalimentar, como espaço de estudo e objeto de investigação interdisciplinar. A contribuição de Niederle; Wesz Jr (2018, p. 32) por meio das análises dos: “Regimes Alimentares retratam os períodos históricos de estabilidade dos mecanismos de acumulação - regulação capitalista na agricultura”. E agregam no campo da análise dos estudos sobre os grandes fenômenos sociais no campo da agricultura e da alimentação, tais como: transnacionalização, supermercadização, financeiração, apropriação da terra e recursos naturais (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 35). Abordam as novas ordens por meio da abordagem da “teoria de médio alcance com foco em um nível intermediário, a saber: o nexo entre práticas (fazeres e dizeres), instituições (cognitivas, normativas e regulatórias) e artefatos (objetos, tecnologias e produtos) (ESCHER, 2019, p.216) ”.

Vale ressaltar que essa dissertação opta por abordar, nesse segundo capítulo, a análise teórica das ordens alimentares. Inicialmente com a concepção de “mundo doméstico”, no intuito de compreender o papel que a agricultura de subsistência representa enquanto forma de organização da agricultura, bem como entender o desdobramento das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente como fornecedora de alimentos, na geração de ocupações e na tentativa de entender as medidas de consolidação do desenvolvimento rural.

Busca-se investigar ainda o processo de compras públicas por meio de dados empíricos dos programas PAA, PNAE e PRONAF do município de Januária/MG e verificar como a política de redistribuição tem contribuindo ou não com o sistema agroalimentar local.

2.3 O Mundo Doméstico

Para os autores Niederle; Wesz Jr (2018, p.171), “o mundo doméstico é constituindo por práticas, artefatos e os dispositivos institucionais que configuravam a agricultura de subsistência, considerada em sua forma social própria”. É importante destacar que a agricultura de subsistência por muito tempo tem sido esquecida, recebendo poucos investimentos e pouco destaque no planejamento econômico das políticas públicas estruturantes.

O universo da agricultura de subsistência é um objeto de pesquisa no Brasil. Autores como Caio Prado Junior (1979) Furtado (1970), empenharam-se na reflexão sobre a agricultura de subsistência, bem como nos avanços e desafios para a inserção dos agricultores familiares e sua dinâmica produtiva a partir de manejo agroecológico, criação de sistema agroflorestal, formas de comercialização dos produtos, assumindo a postura de contraponto no contexto de mercantilização da agricultura, adaptação para o sistema produtivo local e de aproximação entre produtores e consumidores na sociedade moderna.

Adentrando nas ideias sobre a agricultura de subsistência recorremos ao pensamento da Grisa (2007) assim descrita:

> A agricultura se organiza pela combinação de vários cultivos agrícolas nos roçados, hortas e pomares, além da criação de animais domésticos e, alguns casos, utilizam-se formas de extrativismo, caça e pesca”, ainda que também sejam destinados às relações de trocas onde se adquirem outros bens necessários à reprodução (GRISA, 2007, p.33).

A agricultura de subsistência traz em sua concepção aspectos ligados à produção de produtos primários essenciais para a subsistência. É preciso destacar essa modalidade como novas possibilidades de “contraponto ao modelo de agricultura único” (DELGADO, 2007, p.70), mas resgatar e buscar inovar na proteção intelectual a partir da valorização dos produtos artesanais, na inserção desses produtos nos mercados locais. Assim irá fortalecer os agricultores familiares na diversificação da renda e no respeito à natureza com base em valores culturais, com forte vínculo a ancestralidade e herança sociocultural que permeia geração a geração.

Delgado (2004, p.7), traz contribuição na discussão sobre a agricultura de subsistência no sentido de orientar a reflexão a partir da “historiografia econômica

brasileira". O autor afirma que o tema "agricultura de subsistência tem assumido uma forma negativa ou residual, supostamente porque não é o núcleo estruturante da economia".

A agricultura de subsistência, ao longo da história econômica brasileira, tem cumprindo a importante função nas atividades produtivas desde o período colonial. Setor destinado principalmente ao consumo interno (da Colônia), em oposição a "Grande Lavoura", vinculada à exportação da fazenda. De acordo com Prado Jr (2008, p.160) "Esse tipo de agricultura de subsistência autônoma, isto é, separada dos domínios da grande lavoura e especializada em seu ramo, encontra-se também, em proporções apreciáveis em Minas Gerais".

No âmbito da discussão sobre agricultura de subsistência é importante ressaltar que existem relações mercantis que se baseiam na comercialização do excedente. Após cumprir sua função de subsistência, o excedente é vendido para a aquisição de utensílios que não são produzidos em na propriedade, haja vista que na agricultura de subsistência a produção não é somente para o autoconsumo (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). Ocorrem também relações de troca, de permuta e de solidariedade entre os parentes e no ambiente circunvizinho. Gradativamente se deduz que os "agricultores apresentaram novas estratégias para alterar, neutralizar, resistir e ocasionalmente, até estimular os resultados da mercantilização, de forma a concordar com sua própria condição social e econômica" (NIEDERLE; WESZ JR, p. 177).

Niederle; Wesz Jr. (2018), afirmam que a passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar moderno ocorre por meio de rupturas e continuidade de elementos das duas categorias sociais. Eles ressaltam ainda que:

> Por um lado, é importante considerar o peso mais significativo da produção para o mercado (sem romper necessariamente com a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades (sem considerar a presença de antigas tecnologias) e a profissionalização das atividades (sem ignorar os saberes tradicionais). Por outro lado, o eixo principal de continuidade em todo este processo está na permanência da lógica familiar como uma instituição organizadora das práticas sociais (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.177).

Na visão de Wanderley (1996), o campesinato corresponde a uma das formas especificas da agricultura familiar no Brasil, caracterizado por sua maneira específica de produzir e se relacionar na sociedade. Neste cenário, o sistema produtivo da agricultura de subsistência passou por transformações, numa dinâmica na qual buscou combinar práticas antigas e novas, adaptando as mudanças da sociedade e do sistema econômico em que esteve inserida. É importante destacar que nas pesquisas sobre agricultura de subsistência centrou-se a discussão na produção para o autoconsumo, essa herança traz para o debate a prática constitutiva da organização econômica dos camponeses que sempre se orientou para atender a sua necessidade vital primária, que é produzir para alimentar sua própria família.

A discussão sobre o autoconsumo vai, aos poucos, se desvinculando da visão atrasada e arcaica vinculada à agricultura de subsistência, haja vista que produzem apenas para a unidade familiar, e vai ampliando, adentrando no processo de mercantilização dos mercados capitalistas (NIEDERLE; WESZ JR, 2018). A agricultura de subsistência passa a introduzir na sua prática produtiva as motivações das ideias industriais com a possibilidade de utilizar do aumento do prazo e durabilidade dos alimentos por meio de técnicas de processamento e beneficiamento da produção. No âmbito das agroindústrias familiares, as matérias-primas alimentícias passam por manipulação na forma de preparação ganhando maior durabilidade e melhores condições de armazenamento para o período de escassez ou fora da sazonalidade.

Vale ressaltar que o “processamento da produção agropecuária é uma prática ancestral” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 186), mas que se intensifica com a introdução de equipamentos, técnicas industriais, formas de elaborar, planejamento e ideais de gestão empresarial. Alterando o jeito de fazer dos agricultores familiares e ampliando a produtividade das atividades de produção de alimentos, dinamizando os espaços rurais e possibilitando a geração de renda por meio de monocultura. No processo de industrialização dos produtos oriundos da agricultura, o processamento de alimento vai, aos poucos, saindo da cozinha e adentrando os espaços construídos conforme especificação e legislação sanitária apropriada para o beneficiamento da produção. É a denominada “indústria rural e, recentemente, ganhou o nome de agroindústria rural” (NIEDERLE; WESZ JR. 2018, p.187).

No campo de atuação, da agroindústria familiar são perceptíveis a verticalização das atividades de fabricação e a busca pela diversificação de rendas

das famílias. O planejamento e gestão dos empreendimentos são realizados pelos agricultores familiares, que tem estabelecido parceria e apoio da rede sociotécnica existente próxima às agroindústrias familiares. Nesse ambiente “guardam inúmeras diferenças no que tange ao volume produzido, a forma de inserção no mercado, ao nível tecnológico, condição legal” de institucionalização dos processos produtivos que se orientam para comercialização dos produtos em mercados locais baseado na relação de proximidade entre produtor-consumidor (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 190).

As agroindústrias familiares apresentam dificuldades de funcionamento em virtude da forma de processamento, uma vez que por se tratar de pouca produção, dos baixos preços praticados para os produtos artesanais, agroecológicos e com pequena escala, encontram-se desafios para o abastecimento dos mercados institucionais devido aos altos encargos tributários, fiscais e o aumento de custo de produção. As exigências sanitárias, bem como as adequações passam pelo Sistema de Inspeção Municipal que é o órgão responsável pela fiscalização sanitária que aprova ou restringe a comercialização no município. Com o registro no SIM os agricultores familiares podem acessar os circuitos curtos de comercialização, como feiras, mercearia e os mercados locais dos municípios.

As barreiras sanitárias e fiscais e a gestão do transporte dificultam a ascensão dos produtos da agricultura familiar e limitam a expansão desses produtos para outros canais de comercialização fora dos municípios. Os mercados alimentares locais são importantes para a venda da produção. São convenientes devido à proximidade aos grandes centros, o acesso, a distribuição, e por manter contatos com os pares, produtor e consumidor. A venda é imediata e a troca comercial é facilitada pelo contato presencial que favorece a negociação de preços. “As agroindústrias familiares (NIEDERLE; WESZ JR, 2018) localizadas nas zonas rurais têm colaborado de forma efetiva no desenvolvimento rural e tem se mostrado como a principal ocupação de muitos agricultores familiares”.

A partir dos anos 90 ocorreram importantes conquistas para o processo de agroindustrialização com a atenção dada pelo Estado e pela reestruturação das políticas públicas que foram se consolidando a partir da “linha de créditos do Pronaf (Pronaf-agregar, posteriormente para Pronaf-Agroindústria) (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 192) ”.

De acordo com Abramovay et. al. (2010), o Pronaf que foi estruturado no início do Governo Fernando Henrique Cardoso em 1994, do programa de crédito rural para agricultura familiar foi uma conquista democrática importante, com participação decisiva do sindicalismo de trabalhadores rurais.

Nesse sentido, vale destacar também as políticas públicas a partir dos anos 2000: “Plano Brasil Sem Miséria” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.184) que procurou colocar em funcionamento e incentivar “a produção para o autoconsumo de maneira associada com um conjunto de políticas de enfrentamento a pobreza extrema”. Com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que direcionou as compras públicas de alimentos para a aquisição de produtos dos agricultores familiares de até 30% do valor nas aquisições voltadas para esse público.

Mudanças significativas referentes às normas e legislações foram criadas no âmbito institucional por meio de normativas e decretos de cada ente federado para adaptar as normas, as regras e as convenções às características dos estabelecimentos de porte familiar. Todavia é importante registrar que a lei referente às questões sanitárias, que rege e regula a qualidade dos produtos alimentícios, foi criada na esfera estadual e municipal com a rigidez da legislação federal que disciplina o processamento em padrões e critérios industriais sem considerar as especificidades das agroindústrias de pequeno porte.

Nesse sentido, essas estratégias de controle sanitário “ancorados nos princípios sanitaristas pressionam pela padronização dos processos artesanais da agroindustrialização, ampliando o risco de descaracterização e perda da identidade dos produtos (e dos próprios agricultores) (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 193) ”. Isso impõe desafios e exigências através de barreiras sanitárias, fiscais e contábeis que as legislações exigem e que contribuem para a informalidade dessas agroindústrias familiares.

É relevante destacar que, diante da conjuntura complicada de ampliação dos produtos regionais, artesanais, de produção caseira na esfera das transações comerciais na vanguarda da transnacionalização e globalização impostas às agroindústrias familiares pode-se verificar a capacidade de resiliência desses empreendimentos como “importante estratégia de reprodução para muitas famílias rurais, de construção de novos circuitos de mercado e de dinamização das economias locais, associadas ainda à valorização da agrobiodiversidade e do patrimônio sociocultural dos territórios” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.193-194).

Para manter a sua sobrevivência e a persistência na produção para o consumo próprio é imposto aos agricultores à necessidade de invenção de novas estratégias para operacionalizar as atividades mercantis fora dos mercados institucionais, o que tem gerado a absorção da mão de obra em trabalho informal (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Com objetivo de conhecer o desdobramento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, de abastecimento alimentar e de segurança alimentar e nutricional operacionalizada pela Emater/MG e entender o papel desempenhados pelas compras públicas dos programas PAA, PNAE e PRONAF adentrar-se-á na análise de dados empíricos desses programas no município de Januária/MG.

2.3.1 Dados empíricos dos Programas de Apoio à Agricultura Familiar em Januária/MG

Com a intenção de conhecer as diferentes formas de acesso às políticas públicas de redistribuição e abastecimento alimentar operacionalizadas a partir das compras públicas de auxílio à agricultura familiar, a contribuição na segurança e soberania alimentar e a inserção dos produtos nos mercados institucionais e locais no município de Januária/MG, foi realizada a entrevista concedida pela a coordenadora da Emater/MG que disponibilizou os dados consolidados no período entre 2010 a 2019 e organizados na Tabela 5. A análise dos dados procura reforçar a dinâmica e disposição dos recursos públicos dos programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entende-se que as compras institucionais fortalecem a rede de proteção social das populações em situação de insegurança nutricional e alimentar e contribuem com os agricultores familiares.

As informações sobre programas públicos de apoio à agricultura familiar ajudam a compreender o esforço na produção alimentar local e acesso aos mercados institucionais no município de Januária/MG. Neste sentido, buscou-se traçar uma dinâmica comparativa de valores referentes aos dados disponibilizados pela Emater/MG. Foram registrados e computados os acessos aos recursos públicos por

ano, valor de recursos disponibilizados e a quantidade de projetos operacionalizados pelo PRONAF, PAA e PNAE.

A seguir a Tabela 5 irá retratar o acesso e operacionalização dos programas no município de Januária/MG.

Tabela 5 – Acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar em Januária/MG

	PRONAF		PAA		PNAE	
Ano	Valor (R$)	Qtd. de projeto	Valor (R$)	Qtd. de projeto	Valor (R$)	Qtd. de projeto
2010	714.000,00	476	532.343,15	123	-	-
2011	2.563.150,00	-	1.050.000,00	-	102,000,00	-
2012	2.464.102,00	-	945.304,69	-	456.048,94	-
2013	3.226.092,15	1234	-	-	-	-
2014	11.528.576,00	2096	100.000,00	1	399.792,35	32
2015	5.168.968,14	1326	-	-	349.739,00	56
2016	43.491.669,79	-	-	-	258.778,45	76
2017	483.012,00	1054	-	-	445.310,61	41
2018	26.932.060,30	1428	97.500,00	18	414.722,99	62
2019	617.612,00	919	35.000,00	12	426.300,00	26
Total	97.189.242,38	8.533	2.760.147,84	154	2.852692,34	293

Fonte: Tabela elaborada com dados disponibilizado pela coordenadora do escritório da Emater/MG em Januária/MG, 2020

Os dados apresentados na Tabela 05 revelam a distribuição de recurso e o acesso dos produtores, agricultores familiares e agroextrativistas no município de Januária/MG como recorte e objeto de estudo na região imediata de Januária/MG a partir do intervalo entre os anos de 2010 a 2019. Em relação ao PRONAF, pode-se observar que o acesso aos recursos foi crescendo a cada ano alcançando o pico em 2016. Sendo o montante de recursos atingido de R$ 43.491.669,79. Já no ano seguinte, o volume de recurso declinou consideravelmente, foram R$ 483.012,00 disponibilizados.

De acordo com o site do governo, pelo decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF que, ao longo do tempo, foi passando por modificações. No ato da criação apresentava as seguintes finalidades.

> A finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda (LEGISLAÇÃO FEDERAL, DECRETO 1946, 28 de junho de 1996).

Nesse contexto de produção alimentar local é que focará a análise dos dados empíricos referente ao acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar. O questionário de pesquisa continha uma questão referente ao acesso dos extrativistas ao crédito do PRONAF. Dos 24 entrevistados participantes da pesquisa, 88% afirmaram que conheciam e tiveram acesso aos recursos do PRONAF e 13% não conheciam e não tiveram acesso ao programa. As respostas demonstram que, dentre as políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar operacionalizadas, no município de Januária/MG, somente o PRONAF era conhecida pelo grupo pesquisado.

É importante salientar que existem políticas públicas que não estão acessíveis a todos. Falta informação sobre o funcionamento e operacionalização dessas políticas. De modo geral, eles sabem que as políticas públicas existem, mas não conseguem implementar em suas comunidades rurais, pois têm dificuldades para escrever projetos e entendimento de como se constrói a rede de relacionamentos entre produtores e consumidores como forma de entrada nos programas públicos.

Outro programa analisado foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os dados apresentados foram operacionalizados pela Emater/MG e retrataram o montante de recursos do programa do PAA, no período de 2010 a 2019, disponibilizados no município de Januária/MG. É possível observar que 154 projetos foram aprovados e liberados. O acesso aos recursos aconteceu de forma gradual, alternada e com redução de valores a cada ano. No ano de 2010, o montante de recursos acessados fora de R$532.343,15 totalizando 123 projetos liberados. Já no ano de 2011, o volume de recursos demonstrou um aumento significativo no valor liberado: R$ 1.050.000,00.

No ano de 2012 é possível observar a redução no montante repassado chegando ao valor de R$ 945.304,69. Também não foi informada a quantidade de projetos aprovados. No ano de 2013 não houve projetos liberados e aprovados. Em 2014 ocorreu redução significativa de acesso no valor de R$100.000,00 e essa restrição afetou diretamente os produtores e sua dinâmica produtiva. A pesquisa apontou que nos anos de 2014, 2015, 2016 não foram disponibilizados recursos do PAA no município de Januária/MG, de acordo com as informações disponibilizadas pela Emater/MG. Deve-se destacar que as políticas públicas podem ser operacionalizadas por outros órgãos como Prefeitura, Associações, Cooperativas,

escolas públicas e outros órgãos que tenham a documentação e atendam aos requisitos exigidos pelos programas.

A pesquisa empírica que tratou do acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar em Januária/MG nos últimos 10 anos, permitiu observar que após o “impedimento” da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, novos arranjos foram efetivados e passaram a ser operacionalizados com outras lógicas de apoio das políticas públicas para agricultura familiar. De forma geral, ocorreu a retração dessas políticas públicas direcionadas para esse público específico. Deve-se considerar que o acesso ao PAA se desenha como uma via alternativa para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Tal política possibilitou o planejamento e a diversificação da produção e a inserção dos produtos nos espaços públicos ainda não acessados. Propiciou ainda a criação de rede alternativa de produção, de distribuição, de armazenamento, de comercialização solidária e de segurança alimentar para as populações em situação de vulnerabilidade social.

Em relação ao PNAE os dados apresentados nos anos de 2012 a 2019 demonstram a manutenção do patamar de investimento na política pública do município de Januária/MG. No período de 2014 a 2019 totalizaram 293 projetos liberados. O número de projetos acessados no PNAE foi ampliando ano a ano, possivelmente estão relacionados à pressão da sociedade civil e sua participação nos mecanismos de controle como o conselho de alimentação escolar no cumprimento da obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30% da alimentação escolar da agricultura familiar, prevista na Lei nº 11 947/2009 e a implementação nos anos subsequentes.

Os dados registrados nesse estudo sobre o PNAE foram operacionalizados por meio das chamadas públicas realizadas pela Emater/MG. As compras institucionais são operacionalizadas por meio das chamadas públicas referendadas pelo Decreto Nº 6 447/2008 que autoriza a aquisição dos gêneros alimentícios através de chamadas, que permitem realizar, sem licitação, a aquisição de produtos agropecuários com recursos do PNAE. Essa estratégia foi um avanço para o programa, pois possibilitou que a tomada de preços seja realizada em três mercados locais ou de proximidade. A legislação também possibilitou a inclusão dos produtos agroecológicos e/ou artesanais da agricultura familiar na alimentação escolar no intuito de diminuir a hegemonia das grandes empresas e conglomerados alimentícios no ingresso de seus produtos nos mercados institucionais.

É importante destacar a relevância dos programas de apoio à agricultura familiar e a valorização dos produtos regionais, o resgate dos hábitos alimentares, a preservação do meio ambiente, a valorização da soberania e segurança alimentar dos envolvidos nos programas. Por outro lado, deve-se reconhecer e enfrentar os vários gargalos, como por exemplo, o atraso no repasse dos recursos para os agricultores e o aumento dos procedimentos técnicos para aceso a essas políticas públicas.

É preciso reforçar a relevância das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e ressaltar a importância do PNAE no apoio à alimentação escolar, do PAA e do PRONAF. Neste sentido, a pesquisa realizada no município de Januária/MG possibilitou compreender o alcance que poderá servir de base para futuras pesquisas nos demais município pertencentes a região imediata de Januária/MG, pois esses programas podem contribuir de forma significativa para a preservação ambiental, para o suporte econômico e social dos agricultores da região.

2.4 O mundo artesanal e os circuitos curtos

Para adentrar a discussão sobre o "mundo artesanal"[8] e, principalmente, a valorização dos produtos artesanais, é preciso reconhecer que assim como a ordem doméstica, o universo da agricultura de subsistência e das atividades produtivas artesanais ocupa pouco espaço nas relações comerciais e econômicas. O imaginário social valoriza os produtos industriais e alimentos ultra processados.

A contribuição do mundo artesanal propicia a reflexão a partir da qualificação dos produtos da ativação de recursos territoriais sobre a necessidade da produção tanto para o consumo próprio quanto para a oportunidade de criação de alternativas de valorização, articulação das redes sociais e aproximação entre os consumidores e produtores como tentativa de compreender a dinâmica produtiva e de desenvolvimento local.

Por tudo isso, a agricultura dos pequenos agricultores vai aumentando a sua atividade produtiva para atender aos propósitos da sociedade e o seu compromisso com a soberania e segurança alimentar das populações em seu

[8] Vale destacar que a discussão do mundo artesanal ou ordem artesanal na reflexão dos autores Niederle e Wesz Junior (2018) pertencem ao mundo doméstico e não constituem uma subdivisão da ordem doméstica.

entorno. Nesse sentido, tem assumido a responsabilidade de contribuir com a saúde pública por meio da criação de estratégias de venda direta e ampliação dos canais curtos de comercialização a começar pela produção diversificada, com manejo adequado do meio ambiente, com base nos princípios éticos e na busca de práticas produtivas apoiadas em princípios agroecológicos.

No contexto de contribuir também com a ressignificação dos produtos regionais, artesanais, domésticos e alimentos caseiros tem buscado referendar, em amparos de proteção intelectual como registros de marcas, normas, distintivos definidores como indicação geográfica ou denominação de origem, na tentativa de criar uma identidade territorial e que demarca o cuidado com o saber fazer dos povos e comunidades tradicionais.

No processo de valorização dos produtos artesanais Champredonde (2012, p.8), contribui com discussão no sentido de destacar a diferença entre os produtos artesanais e industriais a partir de três aspectos: “o saber fazer artesão; as características ou o estilo do produto (singular); e o reconhecimento social do produtor”.

Essa reflexão orienta, a partir dos princípios da “produção artesanal”, a pensar na autonomia do seu saber fazer e a conexão que esse artesão estabelece na distribuição de saberes ancorados nos conhecimentos da culinária local no momento de preparação e elaboração de “cada produto que o torna individualizado, que é próprio do artesão” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.194).

No intuito de diferenciar a “produção industrial” é perceptível que à medida que as atividades produtivas foram sendo “padronizadas” nos ambientes industriais e passaram por processos de fabricação de alimentos baseados em normas, convenções e divisões de tarefas oriundas da programação vinculada ao modelo fordista, surgiu a fragmentação desses processos. Essas alterações contribuíram para a não apropriação do processo de fabricação e assim sendo, de não reconhecimento do trabalhador enquanto autor da sua criação (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Ribeiro (2019) que estuda e valoriza a relevância da agricultura familiar e, principalmente, da agroindústria doméstica como fornecedora de alimentos afirma:

> Dizem os produtores que na agroindústria doméstica do Vale do Jequitinhonha o conhecimento cresce com a “prática”. Essa prática, porém, é especifica: quase só pode ser usada no seu próprio “terreno” – que é como denominam suas unidades rurais e produção, porque o conhecimento é

> criado para ser aplicado dentro de uma certa organização de trabalho e restrito a um certo meio natural. (RIBEIRO, 2019, p.245).

O autor afirma que a distribuição dos saberes é uma característica própria dos produtos artesanais, haja vista que o modo de fazer de cada produto é especifico, desde a utilização de ingredientes locais, amparadas em receitas vinculadas à tradição familiar, o cuidar de toda fase do processamento do produto que o torna diferenciado e o individualiza.

O contexto das atividades domésticas de produção de alimentos artesanais e na relação com os compradores vai, aos poucos, propiciando estabelecer vínculos de aproximação com os fregueses por meio de memórias sensitivas que os conectam com as gerações passadas. Nesse sentido, a identidade coletiva dos produtos artesanais favorece a criação de espaço apropriado para compreender o processo de inovação e ressignificado para os produtos artesanais e novas técnicas articuladas ao modo de fazer especifico dos ambientes familiares (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Segundo Ribeiro (2019) as exigências dos consumidores é outro parâmetro de valorização de características próprias e da construção social da qualidade da produção assim descrita:

> A exigência dos fregueses é um estimulo para a produção de qualidade na indústria doméstica. Os produtores têm uma relação pessoal e constante com seus fregueses, que escolhem os produtos de acordo com a qualidade – ou capricho, como dizem -, que é associado ao padrão de gosto, que por sua vez varia de um lugar para outro na mesma região (RIBEIRO, 2019, p.248).

Nesse ambiente produtivo se transmite significados e possibilidades de convívio, se estabelece as relações sociais e as transações comerciais de acordo com as aptidões dos produtores na busca pela diversificação de alternativas de renda e a valorização do modo de fazer que perpasse geração a geração.

Pode se observar que sistema agroalimentar também adotou o processo de modernização e de financeirização da produção, mas o movimento social tem propiciado, por meio de lutas coletivas, abertura de espaços para novas alternativas e possibilidade de ofertar novos produtos e vendas de produtos artesanais (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Essa prática de consumo tem contribuído para a inserção da juventude e das mulheres nas atividades de processamento, beneficiamento e armazenamento,

na melhoria das condições econômicas dos produtores familiares favorecendo a transmissão de conhecimentos de sua geração. Essas estratégias de produção alimentar local contribuem com a saúde pública de forma a garantir alimentos saudáveis e nutritivos, baseada em uma cultura alimentar rica e na sociobiodiversidade de cada região. Valoriza-se ainda a defesa da liberdade e a escolha dos consumidores em ser livre e decidir o que querem consumir.

Niederle; Wesz Jr, (2018, p 204), chamam a atenção para a valorização dos produtos artesanais. Destacam “a atuação dos movimentos sociais na luta pelo reconhecimento dos produtos artesanais, como o queijo e a cachaça, como bandeira de luta pouco se avançou”. Mais adiante eles afirmam “tiveram conquista pequena no âmbito da legislação”, mas admitem que existam dificuldades para a maioria dos produtos artesanais devido à ausência de uma definição legal sobre o termo no Brasil.

Ao validar o saber fazer dos agroextrativistas e agricultores familiares da região imediata de Januária/MG pretende-se criar uma identidade e alternativas de diferenciação dos produtos que agreguem toda a ancestralidade indígena, que resgate as tradições culinárias e culturais que marcam todo o processo de ocupação da região.

Nessa perspectiva de resgate e de expressão das particularidades ligadas às identificações e sentenças que remetem às características de serem “elaborados em casa e pelas pessoas da casa”, por meio do aproveitamento de “técnicas tradicionais, com base em utensílios próprios, é que podem ser interpretados como menos industrializados, mais naturais e com sabor diferenciado”. (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.211).

As alterações nas atividades de beneficiamento, que ocorreram na “ordem doméstica, foram incrementadas pelas demandas crescentes por produtos regionais, tradicionais, artesanais e caseiros dando origens aos novos movimentos gastronômicos que contribuíram para a criação de novas ordens cívicas e estéticas” (NIEDERLE; WESZ JR, p.216).

O movimento de apreciação dos alimentos, dos produtos artesanais e domésticos ganharam novas dimensões os anos 1990 por parte dos movimentos sociais e agroecológicos em prol da defesa da democracia alimentar e valorização de mercados locais e regionais.

É importante destacar o movimento alimentar que surgiu na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos, denominado de Locavorismo e que

apresenta, segundo (AZEVEDO, 2015), a concepção de Food Miles ou alimento local. Assim sendo, Azevedo (2015) afirma que:

> Food miles é um termo cunhado por Tim Lang no início dos anos 1990 que se refere à distância percorrida pelos alimentos durante seus processos produtivos e seus impactos ambientais. Lacovore é a pessoa interessada em comprar e consumir alimentos produzidos localmente (AZEVEDO, 2015, p.81).

A autora retrata as origens do movimento *Food miles* e chama atenção para compreender os aspectos da logística na distribuição e consumo dos alimentos locais que surgiram em países diferentes. Nessa perspectiva de conhecer sobre o movimento *locavore* Azevedo (2015) afirma que:

> O alimento local é percebido como mais saboroso e fresco e sua produção deve dignificar os agricultores familiares, promover a agricultura urbana, os sistemas agroalimentares sustentáveis e o bem-estar animal, além de estimular a economia local através da venda direta ao consumidor (AZEVEDO, 2015, p.83).

O movimento alimentar busca o entendimento na perspectiva de quem compra o produto, no intuito do enaltecimento das atividades produtivas da agricultura familiar e agricultura urbana, as alternativas de valorização e recuperação dos hábitos alimentares por meio do processamento e beneficiamento dos produtos contribuindo com a comercialização e conexão entre produtores e consumidores, buscando conhecer a origem dos alimentos, bem como a sua territorialidade, o espaço físico e geográfico onde são produzidos e de forma a respeitar as especificidades de cada região.

Nessa perspectiva, é preciso que valorizem os produtos locais, a autonomia dos produtores, as escolhas de consumidor que respeite os princípios éticos dos agricultores com relação ao meio ambiente propiciando assim a criação de melhor faturamento, bem-estar e comodidade dos envolvidos na dinâmica das trocas comerciais.

No intuito de entender o movimento internacional que contribui para fomentar mercados mais justos entre os países compradores e fornecedores de matéria prima, como os países em desenvolvimento, Azevedo (2015, p. 92) ressalta que “o movimento *Slow Food,* criado pelo italiano, Carlo Petrini, questiona a

homogeneização e os efeitos do *Fast Food*". Esse movimento alimentar *Slow Food* tem como princípio educativo a disseminação da ecogastronomia que é a combinação de uma responsabilidade com o meio ambiente, a justiça social, os prazeres, a manipulação e a consumação dos alimentos.

É adequado salientar as ações do movimento alimentar *Slow Food* na proteção e conservação ambiental, de forma a preservar a biodiversidade, os hábitos e cultivos alimentares regionais no intuito de ressignificar os conhecimentos de forma que as tradições gastronômicas possam servir de meio da educação do gosto, respaldando os atributos políticos, sociais, ambientais e a valorização da agricultura sustentável ao estabelecer conexão e aproximação entre consumidor e produtor.

Nesse contexto de valorização e de preocupação com os hábitos culturais alimentares e de compreender a proveniência e o apreço pelo sabor dos alimentos a associação *Slow Food* Brasil tem procurado reconhecer e identificar as fortalezas dos produtos nativos nos biomas brasileiros.

Nesta perspectiva, os estudos empreendidos para o reconhecimento das fortalezas, que é criar um ambiente de comunicação com a comunidade que produz o alimento, estabelecem relacionamentos e preservam as técnicas de produção de forma a garantir melhor sustentabilidade ambiental e por representarem uma oportunidade importante para a economia local. É que se buscou parceria com o movimento *Slow Food* Brasil militante no bioma Cerrado e no norte de Minas Gerais, para a concretização do Protocolo de Produção da Fortaleza do Pequi do Norte de Minas inclusa nos grupos coletivos relacionados com a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu, situada no município de Januária.

Ainda no contexto da reflexão em diversos países, na América Latina, América do Norte e Europa sobre a crescente demanda de produção de alimentos locais, assim sendo, também no Brasil é preciso estar atento à crítica social dos mercados e entender o valor dos alimentos locais. Nesse sentido, Allaire (2016) afirma que:

> Nas duas últimas décadas políticas específicas, em várias partes do mundo, têm se voltado para o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de produtos alimentares locais e para a institucionalização de mercados para produtos alimentares produzidos localmente, através de apoio as ações coletivas (ALLAIRE, 2016, p.77).

Nesse caso o autor destaca as feiras livres de agricultores, “agricultura comunitária” (EUA) e criação de CSA, pois essas ações de apoio a ampliação de circuitos curtos de comercialização favorecem e proporcionam a aproximação entre consumidor e fornecedores. Ressalta ainda a evolução das conexões comerciais a partir da geração e origem dos mercados oficiais na aquisição dos alimentos produzidos localmente.

O conjunto de mudanças surgiu em relação à “crítica dos mercados alimentares” e de reconhecimento dos alimentos gerados em cada localidade após a crise 2007-2008 que aconteceu diante dos alarmes alimentares e do desvio de responsabilidade que provocou a crise da vaca louca. Esse fato gerou debate importante em torno do sistema produtivo industrial principalmente sobre as questões referentes à fragilidade da ciência da qualidade e a responsabilização na produção de alimentos por parte das firmas e corporações da indústria alimentícia (ALLAIRE, 2016).

Assim sendo, as novas ações de modificações na política agrícola comum europeia (2014) e no Brasil passaram a respaldar e direcionar o olhar para a produção local e priorizar “os mercados domésticos” a partir do incentivo aos agricultores familiares que favorece e salvaguarda a segurança alimentar (ALLAIRE, 2016, p.71).

Nessa perspectiva é preciso valorizar cada alternativa propositiva de validação da produção de alimentos locais, experiências e vivências oriundas dos estados democráticos europeus e que, aos poucos, vão sendo consolidados em cada mercado local dos diferentes países que adotaram essas perspectivas.

É relevante salientar que diante do cenário de valorização dos produtos locais surgiram diversas críticas e inúmeras reflexões sobre a “concepção social de qualidade e avaliação da organização do mercado”. Nesse contexto, destaca-se a visão de Allaire (2016) referente à construção, a regulação do mercado e a concepção da qualidade. Nesse ensaio, ele afirma que:

> Sua coevolução implica a circulação de representações comuns ou convenções que estruturam os níveis de mercados e dimensões de qualidade. Para a circulação de concepção de qualidade, os movimentos sociais são intermediários essenciais, especialmente em períodos das regras de mudança do mercado (ALLAIRE, 2016, p.78).

As mudanças institucionais operacionalizadas no sistema produtivo industrial voltados para o mercado alimentício relacionadas a concepção de qualidade

tem sido pautada na regulação do regime de qualidade industrial, nessa perspectiva, Allaire (2016) aponta e separa em três esferas de atividades e responsabilidades relacionadas aos ciclos de produtos alimentares assim descritos:

> 1) A produção agrícola de alimentos básicos, 2) produtos alimentares manufaturados diferenciados, que acarretam a responsabilidade das firmas pela qualidade “industrial” (homogeneidade e higiene); 3) e o trabalho doméstico de distribuição do alimento preparado, com as mães assumindo a responsabilidade pela saúde da família (ALLAIRE, 2016, p. 79).

É primordial entender as mudanças nas técnicas de produção de alimentos e nos sistemas de fornecimento, bem como a mudança no regime de qualidade que foi se intensificando, de forma gradual, ao longo dos anos. Isto posto, é relevante destacar o papel das mães e mulheres na busca pelas normas e cuidado com as atividades domésticas na responsabilidade com a saúde de toda a família.

Vale evidenciar que o advento da reemergência dos produtos alimentares locais, discutidos no âmbito das políticas públicas homogêneas da Europa, revela a definição de regimes alimentares localizados nos países centrais e que desdobram em países emergentes. Na visão de Allaire (2016), as três características principais na cultura alimentar urbana alternativa de “valorização dos produtos locais” foram assim descritas:

> A primeira a instabilidade dos preços agrícolas e a desestruturação das cadeias de produtos básicos levaram os agricultores a aderirem a formas inovadoras de comercialização quando surgirem. Assim, a oportunidade econômica oferecida pelos produtos alimentares locais amplia abrangência de inciativas ativistas, que passam a ser apoiadas pelas principais organizações de agricultores e pelo programa de desenvolvimento local. Investimentos, incluindo capital humano (treinamentos) e ativos intangíveis (marcas) são necessários para que os agricultores sigam essa via. Este segundo lugar, a ampliação (e deslocamento) da demanda de serviços que acompanha a noção de local: entrega em casa, flexibilidade e facilidade de fazer pedidos, restaurantes. E na característica da fase recente da Europa, é a manifestação de uma dimensão regional de governança do sistema de abastecimento alimentar (ALLAIRE, 2016, p.86).

Nessa perspectiva de fortalecimento das diferentes formas de escoamento dos alimentos locais em mercados locais, descrito pelo autor, bem como as características da fase recente da Europa, ainda que de forma incipiente sirva para adentrar, para ratificar as estratégias de validação das qualidades inatingíveis e propiciar referências na reflexão sobre os canais curtos de comercialização, dos

produtos artesanais. Irá descrever a trajetória percorrida pela cooperativa – Cooperuaçu situada na região do alto-médio São Francisco, mais especificamente no norte de Minas Gerais ao institucionalizar e ao propor a aproximação entre consumidor e produtor por meio da criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura- CSA Peruaçu.

2.4.1. Os circuitos curtos e produtos artesanais: o caso da Cooperuaçu

O processo de reflexão sobre o significado da alimentação nos remete não só a compreendê-lo a partir do aspecto nutricional, mas entender que “o ato alimentar implica em uma valoração simbólica” (FISCHLER, 2001, p.20). O ato de comer é ao mesmo tempo necessidade biológica, fato econômico, histórico, social, político e cultural fundamental na evolução da sociedade.

Segundo Pereira et al (2017, p.02), “a agrobiodiversidade engloba toda diversidade biológica manejada pelos agricultores/as para produção agrícola, seus saberes e práticas ancestrais associados”. Vale salientar as tradições alimentares locais como forma de assegurar as ancestralidades e garantia da sua soberania alimentar. Mais adiante, os autores ressaltam que:

> A questão alimentar se torna central à medida que formas de poder e conhecimento como as exercidas pelas empresas transnacionais do mercado agrícola mundial com seu pacote tecnológico, monopolizam o acesso e o conhecimento da agrobiodiversidade, e muitas vezes desconsideram as práticas tradicionais de produção, o que pode resultar em fome e insegurança alimentar. Em termos de crise alimentar e ecológica, o debate dos movimentos camponeses pauta a autonomia e aponta para a importância da soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis (PEREIRA et. al., 2017, p.4-5).

Em oposição ao processo de desterritorialização, artificialização, padronização e oligopolização da produção e do consumo alimentar, uma série de movimentos sociais se constituiu nos últimos tempos. Apesar de diversas matizes políticas, esses movimentos compartilham a reivindicação por mudanças mais ou menos radicais no sistema de aprisionamento alimentar (NIEDERLE,2013). Para Wilkinson (2008) as redes e movimentos sociais favorecem a reinserção econômica

dos agricultores familiares brasileiros excluídos do processo de modernização agrícola.

Em outra perspectiva, Dubuisson-Quellier et al (2011, p.9), destaca que:

> Os movimentos sociais podem adotar diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas de compra e de troca, investimentos em educação do consumidor; campanhas de conscientização, e lobby políticos. (DUBUISSON-QUELLIER, 2011, p.304-323, apud DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p.9)

A discussão sobre a tecnologia social no projeto “Comunidade que Sustenta a Agricultura-CSA” tem apontado como uma alternativa de compra e de troca de informações, conscientização entre consumidor e agricultores. Faz-se necessário conhecer a origem dessa tecnologia social, para Junqueira e Moretti (2018) a CSA tem sua origem conceitual da “*Community-supported Agriculture”* surgiu na “língua inglesa”, e decorre de “iniciativas empreendedoras japonesas”. Retratam ainda que a introdução dessas iniciativas no Brasil foi apresentada no Fórum Mundial Social no ano de 2011. Desde então, vem sendo construída o estado da arte sobre o tema CSA. Nesse contexto, os autores Junqueira e Moretti (2018) afirma que:

> A CSA foi Reconhecida e premiada pela fundação Banco do Brasil como a mais destacada tecnologia social inclusiva em 2017, a CSA se conforma como iniciativa que conecta tanto os pequenos produtores da agricultura familiar em busca de comercialização justa e adequadamente remuneradora dos gêneros alimentícios que produzem quanto os consumidores interessados em uma alimentação diferenciada, saudável, fresca, baseada na segurança e na credibilidade da origem e dos modos de produção empregados. (JUNQUEIRA; MORETTI,2018, p. 518)

É desse esforço de reconhecer a importância das iniciativas empreendedoras de aproximação entre consumidor e agricultores, e principalmente como possibilidade de resgate das tradições alimentares da região imediata de Januária//MG, como estratégia de escoamento da produção e valorização das vendas diretas dos produtos artesanais nos circuitos curtos de comercialização é que foi feito o estudo da CSA Peruaçu.

No intuito de conhecer como se constitui as iniciativas autônomas da sociedade civil, buscou-se essa fundamentação teórica a partir dos autores Junqueira e Moretti (2018, p.524) que explica que: “No Brasil, as CSAs constituem-se iniciativas

autônomas da sociedade civil, que se consolidam em organizações não governamentais, sem fins lucrativos e que não contam com regularização jurídica formal”. No caso dessa investigação cientifica optou-se por conhecer e descrever a criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Peruaçu compreender o universo e o vínculo com a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu.

A Cooperuaçu tem buscado alternativa de aproximação dos consumidores e produtores através de revitalização de redes alimentares alternativas, à medida que tem instituído a entrega de produtos regionais dos produtores e referendado o termo de responsabilidade da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Peruaçu com os CO-AGRICULTORES, que garantem a entrega de cesta de produtos da artesanais, regionais e agroecológico semanalmente para as famílias cadastradas.

A CSA Peruaçu é composta por 10 famílias de produtores/agricultores familiares que produzem e entregam os seus produtos às 16 famílias CO-AGRICULTOR (que financiam e recebem os produtos). No processo de formalização de cooperação entre as partes são assinados os termos de compromisso entre os agricultores familiares e os consumidores (aqui definido como CO-AGRICUTOR). Formaliza-se assim, um compromisso com prazo entre 06 meses a 01ano, onde as partes se responsabilizam pela produção de alimentos e entrega das cestas de produtos.

Os CO-AGRICULTORES pagam o salário no valor mensal da cota de R$ 205,00 (duzentos e cinco reais) para os agricultores familiares como condição de pagamento antecipado. O valor da cota mensal é estipulado levando em consideração a base de cálculo previsto nos custos de produção. Desse valor de R$ 205,00 (duzentos e cinco reais) é repassado para o agricultor familiar o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) e o restante, R$ 5,00 (cinco reais), para compor fundo emergencial que serve para custear viagem, intercâmbio e cursos. A destinação do fundo emergencial é atribuição dos envolvidos na CSA.

As entregas das cestas de produtos, compostas por 10 a 12 itens, acordadas pela CSA-Peruaçu com CO-AGRICULTORES acontecem toda semana no ponto de convivência. As ações do CSA Peruaçu buscam respeitar a sazonalidade, as atividades de produção pertinente com o período do ano e os agricultores envolvidos também devem estar disponíveis à visitação de CO-AGRICULTORES. A cooperativa junto com os produtores coordena a produção, o transporte e distribuição

dos produtos das comunidades rurais até o CO-AGRICULTORES na cidade de Januária/MG.

De acordo com o coordenador técnico (2020) da Cooperuaçu, as parcerias são fundamentais para a operacionalização da CSA Peruaçu, nesse sentido a contribuição do WWF-Brasil tem ajudado e contribuído na articulação, pois por meio da experiência de funcionamento da CSA Brasília tem incentivado os novos integrantes com expertise no assunto. Assim criou-se referência com o CSA-Brasília por acreditar e confiar na experiência e colaboração entre os envolvidos na dinâmica e operacionalização das atividades da CSA.

O coordenador técnico destaca que a convivência e o intercâmbio entre membros da CSA, os produtores e os envolvidos na implantação da CSA Peruaçu servirá para diminuir a probabilidade de erros na condução das atividades. A vivência de critérios, o estabelecimento de planejamentos e atitudes proativas contribuem para o não cometimento de erros na articulação da nova CSA.

Mais adiante o coordenador técnico (2020) da Cooperuaçu afirma que o intercâmbio e a participação nos cursos de capacitações oferecidos pelo WWF-Brasil, com relação à criação e funcionamento de CSA, tem sido o diferencial na clareza durante o processo de implantação.

Para o presidente da Cooperuaçu, a equipe do IFNMG tem sido parceiro importante e contribuído muito com a criação da CSA Peruaçu. Principalmente durante o processo de mobilização e evolução das atividades que resultou na criação dessa tecnologia social e na contribuição de espaços para reuniões de divulgação das atividades para a operacionalização da CSA. Esse processo foi se constituindo por meio de atividades e dinâmicas de conscientização que foram sendo oferecidas por meio das vantagens de conformidade entre os produtores familiares e os CO-AGRICULTORES. Essa cooperação entre o IFNMG e a Cooperuaçu foi essencial para a implantação do CSA Peruaçu, à medida que estabeleceu uma ponte para a concretização da CSA, pois os servidores do IFNMG se sensibilizaram e se tornaram os principais CO-AGRICULTORES.

Para o coordenador técnico e presidente da Cooperuaçu, o processo de discussão para fomentar a CSA Peruaçu é resultado de reflexão iniciada em 2017 e de um extenso processo de mobilização e conscientização das partes envolvidas. Foram realizadas reuniões, palestras e apresentações no sentido de sensibilizar os agricultores familiares, os agroextrativistas e CO-AGRICULTOR. No ano de 2019 é

que se concretizou a criação da CSA Peruaçu tornando-se a primeira CSA do norte de Minas Gerais, e no Brasil, tendo uma cooperativa à frente da organização e da dinâmica operacional. A cooperativa Cooperuaçu é responsável pela operacionalização da CSA Peruaçu, é ela quem articula e realiza o planejamento da produção do coletivo de agricultores e a interação entre cooperados e não cooperados.

Como objetivo de detalhar as ações e registrar os passos iniciais da CSA Peruaçu, utilizou-se o registro de entrevistas com integrantes e envolvidos diretamente no processo de criação CSA Peruaçu. O entrevistado destaca:

> A ideia da CSA vem da Europa e Japão há muitos anos ... e deu errado na época justamente por que não entenderam a lógica e deixaram seguir o caminho da “entrega de cestas” em troca de “dinheiro”. Assim acabou perdendo o sentido e virou mais um espaço de comercialização. Há poucos anos foi reformulada a metodologia começando com a CSA Demétria em São Paulo e foi tomando corpo em Brasília que ficou muito mais expressiva. Acredita-se que em Brasília-DF conta com aproximadamente 40 CSA. A parceria com a CSA Cultivida iniciou com a entrega mensal e esporádica de produtos da Cooperuaçu para complementar e enriquecer a cesta de produtos da CSA Brasília- DF. Essa parceria serviu de incentivo para os agricultores familiares que produzia e tinha dificuldade de escoar a produção. Essa estratégia de identificar os produtores e os agricultores familiares a conhecer a dinâmica produtiva de uma CSA e deu início ao processo de mobilização e a procura de dos Agricultores Familiares com perfil para a criação da CSA Peruaçu. O início das atividades e o processo de mobilização contou com o apoio do técnico do território mosaico responsável pelo vale do Peruaçu, vale destacar que o referido técnico é um dos precursores na criação de muitas CSA em Brasília-DF (ENTREVISTA 01, COORDENADOR TÉCNICO, 2020).
>
> Em Januária a ideia de criação da CSA Peruaçu surgiu da vivência e da experiência com CSA em Brasília- DF do Técnico do WWF- Brasil que apoia as atividades da cooperativa e em discussão com a diretoria e demais membros da cooperativa foi consolidando a ideia e a identidade com Brasília-DF (ENTREVISTA 02, PRESIDENTE DA COOPERUAÇU, 2020).

Para entender o mérito e a relevância da CSA, os envolvidos na implantação assim a definiram:

> A CSA é uma tecnologia social, é muito mais que comércio, é uma relação de apreço. É uma nova relação com o alimento, quem produz e quem alimenta de uma forma geral, ela foge das regras de mercado. Ela garante renda para quem produz, garantia de escoamento da produção de alimento com qualidade, saudável para o CO-AGRICULTOR, uma relação com o alimento já que tem que respeitar a sazonalidade e o prazer em contribuir com a vida de quem produz (ENTREVISTA 01, COORDENADOR TÉCNICO, 2020).

> O CSA é uma ideia maravilhosa que todo mundo deveria adotar, por que aquele agricultor que produz seu produto sem saber para quem irá vender ele tem destino certo. A ferramenta de CSA foi a melhor criação. A pessoa que tá na cidade que precisa de um produto mais agroecológico mais saudável começa investir um dinheiro nesse agricultor, geralmente esse dinheiro é pago antecipado para aquela pessoa produzir para ele. É o sonho de consumo de qualquer agricultor é uma ferramenta ótima, porém ela precisa ser bem trabalhada para não dá errado (ENTREVISTA 02, PRESIDENTE DA COOPERUAÇU, 2020).

Com relação aos desafios surgiram os seguintes depoimentos:

> Talvez o maior desafio é fazer o agricultor e o CO-AGRICULTOR compreender o funcionamento da CSA. Partindo da ideia, passando pela mobilização de ambos os lados, até a concretização da assinatura dos primeiros termos e entregas das primeiras cestas foram mais de 02 anos de muita reunião, muita palestra.
> O mais interessante é que mostrávamos a metodologia focando no apreço saindo da lógica do mercado e aí vinha a primeira pergunta: mas qual o peso da cesta? Vale o Preço que vamos pagar? (ENTREVISTA 01, COORDENADOR TÉCNICO, 2020)

> Temos vários desafios aí é a dificuldade de lidar com gente cada um pensa de um jeito e se não for pessoas que tem perfil de CSA não dá muito certo. Ela precisa entender que quem planta não é igual ir ao mercado, quem planta precisa esperar a chuva, regar, tem pragas, tem doenças tem que ter esse entendimento. Se não! a CSA não dá certo. Na região não tem costume com o CSA, ela precisa ser bem trabalhada para não acabar.
> O transporte é um dos maiores desafios para que a cooperativa possa manter o agricultor e nosso caso que vinculado com a cooperativa talvez seja a primeira no Brasil que funciona com cooperativa a dinâmica é bem maior. Nesse caso enquanto responsável pela operacionalização da CSA tem que pensar como vai lidar com gente que é agricultor e gente que não é agricultor. Não é um jeito fácil de lidar não, cada pessoa pensa de um jeito e ainda no lugar que o pessoal não tem costume com a dinâmica do CSA. Fica mais aquele que gostou da ideia e aposta na ideia. CSA Peruaçu é pequena e precisa de fazer um trabalho maior para ela crescer, mas, ai tem que trabalhar na conscientização fazer com que a pessoa que está entrando na CSA entender que não é igual ir ao mercado e encontrar os produtos tem todo dia tem e que se vai lá buscar ele vai encontrar as vezes sim ou não é assim. As vezes planta e não colhe pode acontecer de dá doença na planta, as vezes tem um ano que as coisas dá mais de que as outras. Hortaliça não é todo ano que dá bem o agricultor precisa entender e quando tem o CO-AGRICULTOR que entende ai isso fica bom e vem visitar, ajuda dá apoio. (ENTREVISTA 02, PRESIDENTE DA COOPERUAÇU, 2020)

Sobre as vantagens que a CSA passou a oferecer foram descritos os seguintes depoimentos:

> As garantias que a CSA oferece para os agricultores familiares e os agroextrativistas que são os produtores, é um dinheiro certo, na data e a com a garantia da produção em local e horário já definido (chamado de ponto de convivência) e para quem financia, os CO-AGRICULTORES tem a garantia de produtos de procedência com base agroecológica, orgânica e sabendo que aquele dinheiro ajuda a manter famílias rurais produzindo com renda e qualidade de vida. O termo CO-AGRICULTOR é exatamente isso, não se trata apenas de consumo, e sim poder estabelecer relação com a produção, valorizar os agricultores familiares, propicia uma renda fixa aos agricultores e as suas famílias, além de contribuir na conservação do meio ambiente (ENTREVISTA 01, COORDENADOR TÉCNICO,2020)

> A vantagem é o valor mensal recebido que o CO-AGRICULTOR repassa para os agricultores familiares para que tenha a cesta de produtos, para garantir e coparticipar do custo de produção dos agricultores é como se fosse um salário para que eles possam viver bem em suas comunidades preocupando-se com o meio ambiente e com a dinâmica produtiva oferecendo produtos nutritivos e saudáveis e comprometendo com a qualidade de vida dos todos ((ENTREVISTA 02, PRESIDENTE DA COOPERUAÇU, 2020)

Ao propor essa rede alternativa de troca da produção alimentar local e a responsabilidade de cofinanciamento na dinâmica produtiva, foi estabelecido a corresponsabilidade entre produtor e consumidor, na relação de promoção e possibilidade de planejamento das atividades produtivas em função da entrega de produtos alimentares saudáveis para o CO-AGRICULTOR que, por sua vez, exerce o poder de escolha por esse tipo de alimentação balanceada.

A opção da cooperativa em criar e inserir o universo da CSA Peruaçu traz para os cooperados a possibilidade de ter o financiamento e o planejamento prévio das suas atividades produtivas que passam por processos educativos e inovam nas formas de produzir, respeitando a sazonalidade dos produtos agroecológicos e regionais. Nessa perspectiva de aprendizagem e aproximação entre fregueses e produtores é relevante a oportunidade de escolha dos consumidores por alimentos nutritivos e saudáveis e que pode criar a possibilidade de escoamento da produção ampliando o espaço de politização e conscientização dos consumidores na busca pelo compromisso com a preservação ambiental, com a geração de renda e a evolução da qualidade de vida dos consumidores e produtores.

A Cooperuaçu participa ainda da rede alternativa de produção e consumo por meio da promoção e envolvimento dos seus cooperados na Feira Agroecológica e Cultural do município de Januária, onde comercializa a produção e oportuniza o sistema comercial em contato direto entre produtores e consumidores.

Deve-se destacar que a Feira Agroecológica e Cultural de Januária é importante para região. Ela tem propiciado aos feirantes a oportunidade de vendas diretas dos produtos da agricultura familiar e a relação mais próxima com os consumidores. As feiras acontecem de 15 em 15 dias e possuem uma comissão responsável pelas normas operacionais de funcionamento, entre outras funções. A comissão de coordenação dos feirantes é composta por representante da Emater/MG local, Prefeitura Municipal de Januária e feirantes eleitos que elaboram de forma participativa as formas de convivência entre os comprometidos com a realização da feira.

Para o coordenador técnico e o presidente da Cooperuaçu, a participação na feira é considerada muito vantajosa, haja vista o crescimento das vendas diretas, a expansão da capacidade de mercado, a captação de clientes e divulgação dos produtos. E aponta como desafios o custo com o transporte dos produtos da cooperativa até o município de Januária, a mão de obra para produzir de forma diversificada semanalmente, a logística de distância do deslocamento e retorno para as comunidades, haja vista que a feira acontece no período noturno.

Para finalizar, esse capítulo contará ainda com o debate teórico sobre “mundo cívico” espaço de reflexão e construção de política de mercados alternativos e contrapontos por meio da atuação da sociedade civil junto à atuação do Estado na elaboração e execução das políticas públicas. Contará com a discussão e análise empírica das estratégias da Rede do Núcleo do Pequi, sua articulação com o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI, por meio das ações intersetoriais de cada secretaria e órgãos governamentais descritas na Lei nº 13.965/2001.

2.5 O Mundo Cívico e Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado

A fundamentação científica do conceito de “mundo cívico” apresentado por Niederle; Wesz Jr. (2018), traz para a reflexão a definição da ordem cívica a partir dos seguintes pressupostos:

> A definição de uma ordem cívica coloca em primeiro plano de ação coletiva – com destaque para a construção política dos mercados pelos movimentos sociais em diálogo com o Estado – na defesa dos “bens comuns” (terra, recursos ecológicos, patrimônio cultural etc.) e da democracia alimentar (principalmente no que tange ao acesso a alimentos saudáveis) como pilares normativos (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.221).

Ao referir à construção de política de mercado devem-se considerar as articulações e o processo de mobilização dos diversos atores, organizações, movimentos sociais e econômicos. Essas representações acontecem em diferentes esferas territoriais, na estruturação de redes alimentares cívicas por meio de esforços coletivos do envolvimento da sociedade civil, de forma planejada, nas instâncias participativas como conselho, fórum e espaços deliberativos e os representantes do poder públicos.

Nessas instâncias de diálogo entre atores sociais e agentes públicos primam-se pela reflexão da “democracia alimentar” e “economia alimentar”, bem como o direcionamento de práticas democráticas e normativas relacionadas à garantia da soberania alimentar e nutricional (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.221).

É preciso destacar a importância das redes alternativas cívicas na possibilidade de criação, de valorização dos movimentos sociais organizados, do reconhecimento da “agricultura familiar” como categoria de inclusão dos diversos grupos sociais como: quilombolas, indígenas, geraizeiros, agricultores familiares dentre outros, no acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Os mercados institucionais têm sido importantes canais de escoamento da produção alimentar e de construção de mercados alternativos para a distribuição e possibilidade de consumo para a população que se encontram em situação de vulnerabilidade social e quadro de insegurança alimentar.

Ainda nesse sentido, os atores estatais se mobilizaram a partir da articulação junto às organizações sociais para cumprir “um papel relevante na estruturação da ordem alimentar” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.260). Nesse contexto, é preciso ressaltar o papel da construção de redes alternativas de produção local, a afinidade dos consumidores por meio das compras públicas institucionais, a inserção dos produtos dos agricultores familiares na dinâmica de acesso dos mercados institucionais e na proposição de canais de comercialização que primam pela venda direta e pela proximidade com os mercados locais.

Ao optar pelas temáticas da construção de política públicas de apoio à agricultura familiar e redes alternativas alimentares locais, que se “opõem ao modelo clássico do Estado centralizado”, é que se propõe buscar novas estratégias a partir de configurações de novos formatos de “ação pública”, os quais destacam o “convívio entre diversos atores que compartilham suas ideias no processo de construção e implementação de mecanismos cívicos de redistribuição” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.260).

Deve-se destacar a luta pela reemergência e “construção de novos circuitos de mercado e de dinamização das economias locais, associados ainda à valorização da agrobiodiversidade e do patrimônio sociocultural dos territórios” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 195).

Nesse sentido, é preciso destacar o papel da crítica social dos mercados que se traduz na “emergência de luta por reconhecimento que articula “estilos de agricultura tradicional com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e democracia alimentar (NIEDERLE; WESZ, 2018, p.255) ”.

É preciso atentar para os ditames do sistema agroalimentar pautado no aumento da produtividade que se expressa na ordem industrial, esse sistema deixa de considerar as contribuições dos sistemas alternativos de agricultura que agregam diferentes grupos sociais habitantes do espaço rural, e que propõe canalizar ações para o “desenvolvimento sustentável tendo como princípio a promoção da sociobiodiversidade enquanto bem comum” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.221).

Na ótica da visão econômica que direciona o sistema produtivo e a produtividade com foco na rentabilidade para o mercado de commodities e, de maneira evidente, centraliza para o sistema agroalimentar ao dar importância à disputa de interesses entre os atores socais e econômicos. Assim sendo, o grupo econômico não mede esforços para driblar os princípios normativos e privilegiar os benefícios nos bens de trocas e por nada mais, haja vista que em nome do aumento da produtividade e do avanço da fronteira agrícola, desrespeitam a legislação e a função social da terra e adentram em terras das minorias étnicas. Para isso, contam com o amparo do Estado que por meio de medidas neoliberais e normativos e deixam espaço para o capital estrangeiro na direção de ações de reorganização e mercantilização da agricultura (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.220).

Na contramão dos movimentos que privilegiam a produtividade em detrimento da expansão das fronteiras agrícolas e mercados de commodities da

agropecuária, surgem os movimentos sociais agrários provenientes das lutas campesinas, dos movimentos sindicais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se reúnem em torno da busca de estratégias para a “Agricultura Alternativa” amparados na agroecologia. Como forma de referenciar os valores e princípios políticos da agroecologia o autor Niederle; Wesz Jr (2018) destacam:

> A agroecologia emergiu a partir de um conjunto de práticas que, situada na periferia dos processos de modernização agrícola e justamente em virtude dessa posição marginal conseguiram dinamizar formas inovadoras de produção, comercialização e consumo. Um dos principais focos dessas práticas é a reconexão entre os humanos e o ambiente e, no que tange ao universo dos mercados, entre produtores e consumidores. Esta reconexão não é apenas espacial (relocalização), envolve também a apropriação coletiva de valores e imaginários que definem os alimentos agroecológicos (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.228).

A importância dos princípios da agroecologia é estabelecer alternativas para os produtores em autonomia de técnicas, estratégias que favoreçam a autogestão, a utilização de manejo dos recursos naturais durante o processo de produção, a comercialização e distribuição e têm sido consideradas como alternativas em novas áreas de conhecimento cientifico como validação da agricultura familiar.

As contribuições dos mercados agroecológicos propiciam a articulação de sistemas mais democráticos de distribuição alimentar devido o canal de comercialização que promove o convívio e a atuação entre os produtores e compradores. Essas estratégias e experiências locais vão consolidando a criação de diretrizes de novos mercados, a começar com as ações do movimento da agroecologia.

A articulação dos canais de comercialização em rede e a implantação em âmbito territorial nas diferentes e dinâmicas regiões espalhada pelo Brasil, com a ajuda da rede sociotécnica, dos movimentos sociais e na mobilização das ações públicas tem contribuído para a inclusão produtiva dos agricultores familiares, bem como na democratização e participação dos todos na dinâmica de valorização da sociobiodiversidade e dos produtos agroecológicos nos mercados institucionais, convencionais e agroecológicos.

Na linha de valorização dos produtos da sociobiodiversidade e validação dos parâmetros da convenção da qualidade surgem as certificações participativas, como prática cívica aos produtos orgânicos. Nesse contexto, a “Rede Ecovida de

Agroecologia, no ano de 2009, formalizou a Associação Ecovida de Certificação Participativa", passando a atuar diretamente na avaliação de conformidade de produtos orgânicos. Assim sendo, "Em 2017, o selo foi utilizado por 2466 agricultores, ou seja, 63% de todos os agricultores brasileiros que utilizam este dispositivo de certificação" (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.238).

A criação do selo e a certificação participativa como norma institucional foi uma forma de reduzir a exclusão dos pequenos agricultores familiares do novo mercado em ascensão e também, como um dispositivo condicionado pela institucionalização do mercado orgânico no Brasil (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 238). O processo de certificação participativa foi um instrumento de corresponsabilidade entre os produtores e todo o grupo local de produção que, inicialmente, se responsabiliza pela própria unidade de produção familiar e em seguida, assume a responsabilidade comunitária, de modo que todo o grupo pode perder a permissão de uso da certificação, caso deixe de cumprir com os acordos estabelecidos ou apareça irregularidade, sem a comunicação e o respaldo da coordenação da Rede.

É importante destacar que no mundo cívico existem "pontos de convergência dos diferentes movimentos que norteiam a ordem industrial, que é o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)", prevista no "Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948. " A partir desse documento os princípios da Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) foram inseridos. (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.244)

De acordo com Maluf (2007), nas décadas de 1980 e 1990 os governos brasileiros abdicaram da perspectiva da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Somente a partir do início da década dos anos 2000 inicia-se a construção de uma agenda de SAN. Esse processo ocorreu por três vias. A primeira, relacionada a temática da representação social, com papel especial para os Conselhos se Segurança Alimentar. A segunda, tem relação direta com evolução do Fome Zero e de outros importantes programas na área de alimentação do governo federal. A terceira engloba as iniciativas oriundas das organizações da sociedade civil, dos movimentos em rede, com especial destaque para o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

É importante ressaltar que essa conquista foi fruto de muita mobilização social para a efetivação desse direito constitucional e para o acesso à alimentação,

que norteou a criação de políticas públicas voltadas para redistribuição e promoção da democracia alimentar. Na trajetória de criação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, a Lei nº 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), definindo a segurança alimentar e nutricional como importante instrumento de garantia de “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (NIEDERLE; WESZ JR , 2018, p, 245).

As grandes contribuições do mundo cívico para a interação entre atores públicos e sociedade civil e direito à alimentação adequada podem ser destacados pelos autores Niederle; Wesz Jr. (2018):

> Os princípios cívicos que sustentam à alimentação adequada orientaram a ação do Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (Consea) no desenho de políticas públicas. Foi neste espaço público, conformado por de atuação da representação das entidades da sociedade civil e dos atores institucionais, que se produziram algumas das práticas mais inovadoras em termos de promoção da democracia alimentar(...)
> A inovação inaugurada pelo PAA e PNAE reside no modo como as compras articulam a participação da sociedade civil e se orientam pelo direito à alimentação e pelos princípios cívicos subjacentes as políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.245-246).

A transformação na forma de pensar é direcionada para ações coletivas que envolvem a construção de políticas dos mercados pelos movimentos sociais em diálogo com o Estado – na defesa dos bens comuns e da democracia alimentar.

No âmbito da discussão sobre a emergência de lutas pelo reconhecimento que articula estilos e agricultura tradicional com SSAN e democracia alimentar, é preciso salientar que a contar dos anos 2000 surgiu uma nova convenção de qualidade que norteou as discussões sobre “Alimentos saudáveis “e “Comida de Verdade”. Essas reflexões foram tema da” III e IV “Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional” em que foi incorporando o conceito Alimentação Saudável no ano de 2007 e Alimentação Adequada e Saudável no ano de 2011 (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p, 252). Tais diretrizes sobre alimentação saudável propiciaram novas estratégias e artimanhas para que as empresas se apropriassem da convenção por meio dos chamados produtos biofortificados.

Nesse período surgiram “fortes críticas dessa apropriação industrial acerca da saudabilidade” por parte do Fórum Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA, devido à utilização indevida do discurso de saudabilidade, descaracterizando o sentido de saudável. Nesse contexto, no ano de 2015, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar propôs uma nova convenção com o tema “Comida de Verdade”. Assim descrita por Niederle e Wesz Jr. (2018):

> A noção de comida de verdade, por exemplo, incorpora uma carga simbólica que repercute o modo como povos e comunidades tradicionais do meio rural se relacionam com os alimentos, sem as neuroses urbanas da alimentação saudável, mas, ao mesmo tempo, com práticas alimentares benéficas ao corpo e ao ambiente (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p. 254).

O esforço de validação e ressocialização da comida de verdade traz benefício e valorização da tradição e costumes alimentares dos povos e comunidades tradicionais no resgate da sua ancestralidade. As alternativas das redes alimentares procuram contribuir com a segurança alimentar e nutricional e promover práticas produtivas sustentáveis e de manejo agroecológicos na busca pela conservação dos recursos naturais e manejos agroecológicos.

“A configuração de uma ordem cívica no sistema agroalimentar pode ser traduzida em uma significante responsabilização coletiva na elaboração de ações públicas e políticas de mercados” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.260). É relevante ressaltar as vivências na investida de promoção do novo formato de políticas públicas intergovernamentais, em que a mobilização e a integração da sociedade civil e dos atores institucionais em prol do processo produtivo, da comercialização e do consumo nos mostram as possibilidades das redes alternativas de alimentação como prática democrática baseada nos princípios éticos, justos e de equidade social.

Esse novo formato das políticas públicas intergovernamentais se ampara em espaços públicos e processos de participação dos atores sociais e agente públicos. Para exemplificar esse fato, destacamos a atuação da Rede do Núcleo do Pequi, responsável pela gestão da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do Cerrado. Essa Rede é considerada instância de representação das associações e cooperativas que recebem as demandas das instituições vinculadas ao Núcleo do Pequi e as materializam em projetos na proposição de ações públicas de apoio à comercialização dos produtos do cerrado e em assessorias nas áreas de gestão

administrativas e contábeis, boas práticas de fabricação, beneficiamento, processamento dos frutos do cerrado, dentre outros temas.

Ao retratar essas experiências de articulação e proposição de estratégias de fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade na defesa dos bens comuns, pretende-se compartilhar e registrar as vivências da região imediata de Januária/MG e do Norte de Minas Gerais. Deve-se salientar que as experiências e os estudos referentes ao sistema agroalimentar localizado, as redes alternativas cívicas de implementação de políticas de mercado, as certificações participativas dos produtos agroecológicos, a construção das novas ordens alimentares pode ser utilizada para analisar territórios específicos do Cerrado mineiro.

2.5.1 Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado

Antes de adentrar na investigação e nos estudos sobre a forma de organização do Arranjo Produtivo Local dos Frutos do Cerrado, vale salientar que o pequizeiro, é uma árvore símbolo do estado de Minas Gerais, pertencente à família cariocarácea, nativa da América do Sul. Destaca-se como uma das plantas oleaginosas mais promissoras, seus frutos são utilizados tradicionalmente pelas populações locais para os mais diversos fins, principalmente na culinária e extração de óleo. Em Minas Gerais, a espécie Caryocar brasiliense é a de maior ocorrência em, praticamente, toda região de Cerrado, com uma maior incidência de plantas nas regiões de chapada e nos tabuleiros.

O período de maior produção de pequi ocorre no final de outubro até o mês de fevereiro, sendo o auge da safra entre o período de dezembro e janeiro. Na ocasião da safra há uma intensa mobilização da população tradicional, com forte concentração de extrativistas, atravessadores, motoristas, enfim pessoas de diferentes lugares, que esperam uma oportunidade de melhorar a renda, conseguir um dinheiro extra e garantir a sua sobrevivência durante o ano, por meio da coleta, do processamento e ou da comercialização dos frutos.

Os pequis são coletados no chão após a deiscência natural, e transportados para comercialização in natura ou direcionados às unidades de beneficiamento ou residências para o processamento. “Os agroextrativistas

(catadores de pequi) são constituídos por pequenos agricultores familiares, trabalhadores informais, comerciantes, atravessadores, empresários, moradores de agrovilas e das periferias das cidades" (POZO, 1997).

No período da safra do pequi as cidades e as principais estradas do Norte de Minas ficam coloridas de montes amarelos de pequi, sem a casca, expostos para a venda e de montes verdes de cascas para descarte. A atividade extrativista e econômica oriunda do período de produção de pequi torna-se significativa, pois representam ganhos e forma econômica de poupar e juntar o dinheiro extra para a aquisição de bens e insumos, dinamizando a economia local e regional.

Deve-se destacar que existe uma articulação da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado, junto aos órgãos governamentais vinculados à "Legislação Especifica nº13965/2001", do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, À Extração, ao Consumo, À Comercialização e a Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado- Pró-pequi. Esse programa é operacionalizado por meio do Conselho Diretor-pro-pequi, instância consultiva e deliberativa com representação da sociedade civil e órgãos governamentais que desenvolve ações públicas para a promoção do Arranjo Produtivo do Pequi e demais frutos do cerrado.

Essas ações públicas propostas aconteceram por meio da mobilização da sociedade civil, as instituições de apoio públicas e privadas na luta coletiva pela defesa do processamento, beneficiamento e comercialização dos frutos do cerrado referendado no programa pró-pequi. Assim, a associação regional Núcleo do Pequi em conjunto com os demais representantes dos atores sociais e institucionais, tem participado das instâncias representativas como, por exemplo, o conselho diretor pró-pequi, na proposição de ações públicas de valorização do extrativismo, dos agricultores familiares e agroextrativistas na busca por melhorias nas práticas alimentares locais, em cada Unidade de Beneficiamento de Frutos Nativos do Cerrado ou agroindústrias familiares por meio de articulação de assistência técnica e acesso aos programas públicos de valorização da agricultura familiar.

Em Minas Gerais, a Lei 13.965, de 27 de julho de 2001, criou o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI, que dispõe sobre as ações intersetoriais de cada secretaria no âmbito estadual e as atribuições vinculadas ao conselho diretor Pró-Pequi que o define.

> Conselho Diretor Pro-Pequi é um órgão colegiado e paritário, criado em 2001, cujo objetivo é propor, deliberar e monitorar a execução de projetos e ações de incentivo à produção, beneficiamento e comercialização dos frutos do Cerrado e da Caatinga, integrando as populações que tradicionalmente fazem o manejo racional desses biomas, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental e geração de renda (Decreto nº 42.646/2002).

O conselho Diretor Pro-Pequi exerceu suas atividades durante o período de 2001 a 2003, porém diante das dificuldades de operacionalização das atividades previstas na lei, haja vista a centralidade de funcionamento das atividades do conselho diretor pró-pequi que se localizava na capital do Estado, dificultou a participação da sociedade civil e tornou-se inoperante no período de 2004 a 2011.

No norte de Minas Gerais as iniciativas vinculadas à agricultura familiar, agroextrativistas, atuantes na produção, beneficiamento e comercialização do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, organizadas em diversas cooperativas e associações, participam de instâncias representativas como a Rede Cerrado, a Articulação Rosalino, movimento geraizeiro sempre atuante na defesa do cerrado e dos produtos da sociobiodiversidade.

Nesse contexto de participação das instâncias federativas, surge em 2008 o Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade ligadas às políticas intergovernamentais do MMA, do MDA e do MAPA, sendo o pequi reconhecido como produto dentro desse plano. Nessa perspectiva, frutos das ações conjuntas da sociedade civil do norte de Minas Gerais e secretaria de promoção dos produtos da sociobiodiversidade foram contemplados no ano de 2008, com a realização da Oficina do Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade.

É preciso salientar a importância da Oficina do Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade efetivada no ano de 2008, no mês de agosto, na cidade de Montes Claros/MG que, após articular os representantes dos diversos segmentos dos movimentos sociais e institucionais atuantes na preservação do Cerrado, a efetivação do Programa Pró-pequi defendeu os frutos do Cerrado e a promoção da sociobiodiversidade no Norte de Minas Gerais validando e respaldando a criação do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado.

Essa oficina foi importante para os atores sociais, dentre eles as associações e cooperativas, e as instituições de apoio privadas e públicas que se organizaram e traçaram a dinâmica produtiva do pequi por meio de três grandes

cadeias – “Cadeia de comercialização do pequi in natura”, a “Cadeia produtiva do óleo do pequi” e a “Cadeia produtiva da polpa do pequi”.

Esse movimento de fortalecimento e apoio da Cadeia Produtiva do Pequi que resultou na organização da associação regional Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi, considerada como uma organização não governamental criada em 2008, fruto de ampla discussão realizada durante a Oficina do Plano Nacional de Promoção da Sociobiodiversidade foi se consolidando e desenvolvendo ações de fortalecimento e de apoio institucional da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, que resultou na proposição da reativação do Conselho Diretor Pró-pequi no ano de 2011.

A integração dos parceiros, em especial no norte de Minas Gerais, tem sido um importante contraponto à modernização da agricultura e à valorização das tradições culturais para promover a articulação dos cooperados e associados da Rede Núcleo do pequi. É preciso destacar que cada organização não governamental atuante no norte de Minas Gerais tem sido construída de forma diferenciada, no intuito de promover as ações em prol da defesa, da promoção da sociobiodiversidade e da preservação dos frutos do Cerrado.

Nesse sentido, o Instituto Sociedade, Preservação e Natureza, uma organização não governamental, atua na articulação e tem papel relevante de apoio às associações comunitárias e cooperativas situadas nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia. O Instituto apoiou o primeiro projeto após a gênese do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, no ano de 2008, por intermédio do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais. Tal projeto tem como estratégia o apoio, a promoção e a valorização das iniciativas comunitárias de uso sustentável da biodiversidade.

As normativas e a agenda estratégica da Rede Núcleo do Pequi foram construídas de forma coletiva, buscando consolidar as demandas oriundas das associações e cooperativas, no intuito de operacionalizar as ações de fortalecimento da atuação em rede composta por associações e cooperativas agroextrativistas e por instituições de apoio, a fim de incrementar a gestão da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do Cerrado.

Ao apontar as agroindústrias familiares que estão no mesmo município ou próximo da região geográfica procuram estabelecer conexões entre eles, no desenvolvimento de atividades produtivas focalizadas para o beneficiamento dos

frutos do Cerrado. Desse modo, direciona a gestão da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado e tem propiciado aos participantes identificar pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades existentes nesse coletivo e propõem agendas estratégicas coletivas para o fortalecimento do extrativismo, a valorização das atividades produtivas e a busca da aproximação entre os consumidores e agroextrativistas.

O Núcleo do Pequi tem como missão fortalecer as iniciativas coletivas, entre outras ações, como a articulação e proposição de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade do bioma e a criação de alternativas de rendas sustentáveis para a população em sua área de atuação. A abrangência do Núcleo do Pequi é constituída por quatorze municípios norte mineiros: Bonito de Minas, Buritizeiro, Chapada Gaúcha, Coração de Jesus, Januária, Japonvar, Lagoa dos Patos, Lontra, Mirabela, Montes Claros, Ponto Chique, Rio Pardo de Minas, São João da Lagoa e São Francisco. A região intermediária de Januária tem sido uma das principais áreas de atuação do Núcleo. No anexo 3 e 4 pode-se conhecer as associações e cooperativas que pertencem à Rede do Núcleo do Pequi e identificar os parceiros externos que a compõe.

Ao longo das suas atividades de articulação e gestão da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado, tem buscado o fortalecimento das iniciativas coletivas, por meio da representação política de seus associados, na promoção da capacitação, do estímulo à comercialização, na articulação e proposição de ações públicas, na estratégia de cooperar com o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

Nessa conjuntura, o Núcleo do pequi tem se comprometido com as ações públicas na elaboração dos seus projetos a partir das seguintes metodologias: a) consolidar e ampliar a participação de Cooperativas/Associações/ Grupos Informais à rede ao longo das suas atividades; b) disseminar práticas de uso e conservação da biodiversidade e da sociobiodiversidade; c) promover a soberania e segurança alimentar nutricional; d) promover a inclusão por meio da participação de jovens e mulheres nos empreendimentos coletivos; e) articular novas parcerias por meio da estruturação da Rede Núcleo do Pequi; f) controlar e monitorar por meio da Rede os agricultores com práticas de transição agroecológica/extrativista; g) acessar novos mercados; h) aumentar e diversificar os produtos beneficiados da sociobiodiversidade; i) aumentar a capacidade de incidência em políticas públicas pelos empreendimentos

da Rede; j) difundir as referências técnicas e metodológicas de promoção da agroecologia e extrativismo no território; k) aumentar o número de produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; l) fortalecer os circuitos curtos de comercialização e consumo, por meio da participação em eventos e feiras; m) garantir a preservação do Cerrado por meio do reflorestamento com mudas de espécies nativas e outras em sistemas agroecológicos; n) realizar o aproveitamento dos recursos naturais do Cerrado por meio da produção de mudas e energia fotovoltaica; o) auxiliar na produção, no manejo sustentável e na conquista da Certificação Orgânica Extrativista.

Assim sendo, tem desenvolvido ações no sentido de consolidar práticas sustentáveis de conservação e produção, fomentando o desenvolvimento das agroindústrias familiares, unidades de beneficiamento de frutos nativos do Cerrado, logística, formação e intercâmbio de saberes, assessoria técnica especializada em gestão, finanças, contabilidade, beneficiamento e comercialização, por meio de equipamentos, serviços e insumos.

É preciso salientar que é no espaço de troca de experiência e de articulação entre as associações e cooperativas diante das assembleias, das reuniões e encontros temáticos, que acontecem na Associação Regional do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, que as solicitações se materializam em elaborações de projetos e se concretizam as ações do Arranjo Produtivo Local - Fruticultura no Norte de Minas Gerais.

O retorno da luta coletiva em prol da defesa do extrativismo e da promoção da sociobiodiversidade e, nesse caso, dos agroextrativistas como sujeitos de direito, ocorreu devido uma série de atividades e investidas na busca pela institucionalização das ações da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado no Norte de Minas Gerais, com a articulação conjunta do Ministério Público.

No ano de 2011, um importante acontecimento foi a legalização administrativa da Associação do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros Frutos do Cerrado. Ao se constituir como associação e pessoa jurídica favoreceu e fortaleceu a representatividade dos empreendimentos que lidam no processamento do pequi e outros frutos do Cerrado e se formalizou para representar juridicamente junto às instituições de apoio. Assim ao manter vínculo com esses atores coletivos, tem buscado a proposição das ações públicas e projetos dedicados à estruturação da

rede e fortalecimento das iniciativas coletivas cooperativistas e associativistas, por meio da formação e consolidação de redes de cooperação.

A força coletiva da Rede Núcleo do Pequi e representantes das cooperativas e associações, e as instituições de apoio que fazem e operacionalizam as ações de fortalecimento da cadeia produtiva do pequi, tanto no nível estadual quanto no nível federal, normatizaram e articularam o reconhecimento do Arranjo Produtivo Local – Fruticultura no Norte de Minas, que tem como principal produto o Pequi assim descrito no documento no anexo 7.

> A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, e a Superintendência de Artesanato, Cooperativismo e Apoio ao Setor Terciário declara por meio do Núcleo Gestor de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais - NG APL e reconheceu o Arranjo Produtivo Local -Fruticultura no Norte de Minas Gerais. O reconhecimento abrange os seguintes municípios: Montes Claros, Januária, Chapada Gaúcha, São João da Lagoa, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Lontra, Japonvar, Várzea da Palma, Ponto Chique, Coração de Jesus, Arinos e Bonito de Minas (Documento SEDE/MG, 28/05/2015).

Para o funcionamento do APL existe a necessidade de descrever a governança do Arranjo Produtivo Local. Isso posto, ficou determinada a responsabilidade do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado- Núcleo do Pequi e Conselho Diretor Pró-Pequi. Destaca-se que o Núcleo Gestor de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais – APL MG, tem como objetivo articular as ações governamentais visando o apoio integrado aos APLs, observadas as diretrizes da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Lei nº 16.296, de 01/08/2006).

O reconhecimento dos Arranjos Produtivos locais favorecerá a validação das interações existentes entre as empresas e agroindústrias, bem como a identificação das prestadoras de serviços e insumos, norteando o planejamento de ações que favoreçam o crédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e econômicas. Contribuirá ainda para dinamizar a comercialização dos produtos e otimizar uma maior aproximação entre os consumidores e produtores.

A associação regional do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, desde a sua fundação, tem priorizado ações que promovam a participação dos empreendimentos na conquista de direitos e acesso às políticas

públicas voltadas para o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local. Nesse sentido, a mobilização dos atores sociais e atores públicos buscavam participar das reuniões do Conselho Diretor Pró-pequi em momentos importantes, como a reativação do referido conselho e a Criação da Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-pequi (lei 20308 de 27/07/2012). Essa conta é destinada à arrecadação dos recursos previstos no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, que serão integralmente utilizados nas ações previstas no art. 2º desta Lei, conforme dispõe o regulamento.

A Conta Especial, denominada de Fundo Pró-Pequi, foi conquistada através da mobilização das cooperativas e associações pertencentes à Rede do Núcleo do Pequi no ano de 2012, membros do Conselho Diretor Pró-pequi em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais. Teixeira (2019) afirma que, em 2017, foi publicado o Decreto nº 47278 deliberando sobre a aplicação dos recursos da Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi (Fundo Pequi), de que trata o art. 5º-A da Lei nº 13.965, de 2001, considerando as normas operacionais do Programa Pró-Pequi.

A participação da sociedade civil e dos atores institucionais tem cumprido um papel importante na reativação do Conselho Diretor Pró-pequi, a partir do ano de 2012, e tem procurado definir e compreender a finalidade e as atribuições de cada secretaria na articulação das diretrizes do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, À Extração, ao Consumo, À Comercialização e a Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado- Pró-pequi.

Sendo assim, foram elaboradas as normas operacionais do Programa, a definição do regimento interno, a criação das câmaras técnicas de operacionalização do Programa. É importante destacar a criação da agenda estratégica de 2019-2023 para a efetivação do Programa, bem como a operacionalização do fundo e da conta especial pró-pequi criado em 2012 é resultado das multas provenientes do corte de pequizeiros o que poderá ser um agente público relevante para a consolidação das ações referendada nessa agenda.

Assim, o Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado por meio das assembleias e reuniões entre as associações e cooperativas tem articulado as demandas coletivas da Rede Núcleo do Pequi e tem proposto ações públicas no âmbito estadual de fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade e a promoção de defesa dos bens comuns. Neste contexto, torna-se possível efetivar e concretizar as ações do Arranjo Produtivo Local Fruticultura no Norte de Minas Gerais reconhecido pela SEDE/MG, que validam e ratificam as ações de governança do APL

a partir das ações do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado e do Conselho Diretor Pró-pequi.

Ao fortalecer e conhecer os atores sociais e institucionais definidos nas agendas estratégicas das instituições responsáveis pela governança do APL e que representam as demandas coletivas oriundas das associações e cooperativas pertencentes à Rede Núcleo do Pequi, irão validar as ações e estratégias de planejamento estratégicos das cooperativas e associações que processam o pequi e demais frutos do cerrado. Acreditam assim que as ações públicas oriundas desse coletivo podem contribuir para a gestão administrativa e produtiva dos agricultores familiares e agroextrativistas na proposição de redes alternativas alimentares de apoio à preservação do cerrado, dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

2.6 Considerações Finais do Capítulo

As contribuições da teoria das convenções e o debate sobre as novas ordens alimentares trazem novas perspectivas e método de análise para o entendimento das atividades produtivas alimentares, o aumento consumo, as mudanças das atividades econômicas em torno dos mercados financeiros e a financeirização do Sistema Agroalimentar Mundial.

Ao buscar a fundamentação e trazer para a discussão dos mundos ou cidade como forma de compreensão desses mundos tornou-se importante estabelecer a diferença entre mundos ou cidade e ordens socais abordados pelos autores Boltanski e Chiapello (2009), Wilkinson,(2008), Niederle(2009), nesse sentido, a visão deles trazem suas noções analíticas que colaboram para o entendimento dos mundos das justificações e da teoria das práticas, apresentando assim as definições sobre mundos a partir de pretensões universalizantes, enquanto a categoria de análise dos autores Niederle; Wesz (2018) trazem a abordagem das ordens sociais ou novas ordens alimentares configuram uma “teoria de médio alcance” entre os atores e as estruturas.

Nesse contexto de colaboração com a diferenciação, Niederle (2017) apresenta a sua versão de uma ordem social definida como uma forma específica de ordenamento de práticas sociais e dispositivos técnicos e institucionais. Nesse

sentido, buscou-se trazer para a discussão dos mercados a partir das ordens sociais. O autor afirma que os Mercados são ordens sociais estruturadas por práticas que acionam dispositivos institucionais e técnicos, e ordenam relacionalmente entidades, identidades e significados.

A abordagem das ordens alimentares em mundo doméstico, mundo artesanal e mundo cívico e a utilização de dados empíricos da região imediata de Januária/MG foi uma escolha didática de aproximação das experiências produtivas da Assusbac e Cooperuaçu. Ou seja, uma forma de articulação e integração nos circuitos curtos locais e regionais dos produtos oriundos das agroindústrias familiares.

O entendimento dessas políticas públicas, bem como os limites e as possibilidades de acesso a esses programas PRONAF, PAA e PNAE poderá auxiliar na compreensão dos estímulos dessas políticas locais no abastecimento de alimentos na alimentação escolar e na contribuição na segurança alimentar e nutricional das famílias atendidas. A escolha pelos dados dos acessos às políticas públicas de apoio à agricultura familiar no município de Januária/MG se deu em virtude da localização das instituições em estudo. Os dados revelaram que esses programas foram acessados no município de Januária/MG, porém os agroextrativistas e lideranças entrevistados da Assusbac e da Cooperuaçu tiveram um número reduzidos de acesso e para os associados da Assusbac. Assim sendo, os dados apontaram a necessidade de mais divulgação e esclarecimentos quanto as políticas públicas de apoio à agricultura familiar junto aos agroextrativistas e lideranças da Assusbac e Cooperuaçu como forma de contribuição para a inserção e integração dos produtos oriundos das agroindústrias familiares nos mercados institucionais e locais.

As dificuldades de visualização dos agroextrativistas e dos agricultores familiares no acesso aos direitos políticos e sociais amparados nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar e o papel do Estado nessas políticas, vem da forma de atuação do Estado, ao modelo de desenvolvimento implantado na região, ao tomar como modelo único a implantação da modernização da agricultura por meio dos princípios da revolução verde. A forma invasiva durante o processo de implementação dos projetos agropecuários trouxera implicações ambientais, econômicas, sociais e políticos.

É importante destacar a tentativa de politização dos consumidores através da criação da Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Peruaçu. Essa iniciativa e busca pela metodologia de tecnologia social CSA partiu dos movimentos sociais,

dos parceiros que defendem o cooperativismo e associativismo. Tudo indica que essas ações de fortalecimento e ressignificação dos produtos oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo servem para demonstrar as vantagens competitivas de desenvolvimento sustentável vivenciada na região imediata de Januária/MG. Ao referendar a iniciativa da criação da CSA Peruaçu com forma de aproximação dos produtores e consumidores valoriza-se as contribuições dos movimentos sociais no diálogo para a construção de políticas públicas.

CAPÍTULO 3 – O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO NA REGIÃO IMEDIATA DE JANUÁRIA/MG E OS PRINCIPAIS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO.

O modelo do sistema agroalimentar mundial, suas convenções e normas instrumentalizadas na esfera das corporações transnacionais exprimem novas formas de organização dos sistemas produtivos localizados. Neste cenário é relevante salientar que as mudanças ocorridas no sistema agroalimentar nos países centrais têm afetado a organização dos sistemas produtivos localizados e o consumo alimentar nos países do sul.

O sistema agroalimentar mundial tem passado pelas transformações na governança global, isso tem ocorrido, dentre outros fatores, pela concentração de poder nos impérios alimentares. Poucos grupos econômicos têm acumulado o controle dos mecanismos institucionais, o escoamento da produção e a indução das compras alimentares.

As constantes mudanças dos padrões nas culturas alimentares têm alterado os processos produtivos e as condutas alimentares, tanto nas comunidades rurais quanto nos centros urbanos, isto posto é importante rever e dialogar sobre a inserção dos produtos biofortificados, dos ultraprocessados e os danos causados na saúde pública frente ao aumento de doenças como a obesidade, o diabetes, os problemas cardíacos e a hipertensão em crianças, jovens e adultos. Além disso, tem comprometido e agravado a soberania alimentar no campo de atuação dos territórios e países, essa nova configuração no encadeamento do abastecimento está na base de um conjunto emaranhado de embates negativos que se difundem nas sociedades contemporâneas.

Na perspectiva de trazer o debate para a região imediata de Januária/MG, essa dissertação optou por conhecer a dinâmica produtiva local da agricultura familiar e do envolvimento dos agricultores familiares e agroextrativistas inseridos nas unidades de beneficiamento dos frutos nativos do cerrado, ou seja, em suas agroindústrias familiares na conexão com seus agroextrativistas e consumidores na comercialização dos seus produtos regionais, agroecológicos e artesanais. E abordará ainda a discussão sobre as novas estratégias de sobrevivência e busca de alternativas de comercialização, de interação com o consumidor e da necessidade de novos planejamentos da produção em conformidade com as determinações de uso

das tecnologias e inserção de insumos agrícolas que adentraram e marcaram a região do Alto-Médio do São Francisco e imediata de Januária/MG.

É preciso salientar que a implantação dos ideais da modernização da agricultura e dos grandes projetos com a disseminação dos princípios da revolução verde na região em estudo, alterou drasticamente a forma de produzir e de lidar com as terras comuns. Um dos resultados destas transformações foi a perda gradativa da soberania alimentar e os efeitos causados pela falta de chuva por um período prolongado nessa região considerada como semiárida. As alterações climáticas, hídricas, ambientais, políticas e econômicas reforçam o papel das duas instituições, Assusbac e Cooperuaçu, nas estratégias de convivência com essas situações adversas.

A Assusbac revela a importância dos grupos de articuladores junto às comunidades rurais e dos parceiros na luta pela conservação ambiental dos recursos hídricos e naturais, na proposição de ação pública articulada com os parceiros do desenvolvimento sustentável da bacia do Rio dos Cochos.

O Programa de Recuperação e Revitalização da Bacia do Rio dos Cochos propôs um modelo de extensão, de ações integradas de reconstrução, “da conservação ambiental” na busca de estratégias econômicas e sociais, na estruturação e recuperação da sub-bacia hidrográfica “atentando para a dimensão e a articulação dos costumes locais, e as demandas globais”, sem desconsiderar a importância da tradição, do seu jeito de produzir, aprendendo a conviver com a seca, respeitando o saber fazer, a interação com a natureza, o ritmo e o tempo das tradições religiosas (RIBEIRO, 2010, p.35).

Já a Cooperuaçu apresentou na sua constituição aspectos mais comerciais e de articulação junto ao circuito curto de comercialização. A cooperativa propõe alternativas relacionadas com a responsabilidade de conhecer, compreender e ajudar na dinâmica produtiva por meio de estratégias de geração de renda. A estratégia adotada visa corresponsabilizar produtor e consumidor através da preservação da natureza, do respeito ao modo de vida sem agredir o meio ambiente.

E ao buscarem compreender a dinâmica produtiva dos agricultores familiares e agroextrativistas, com a aproximação e participação das entidades representativas dos agricultores familiares junto aos canais de comercialização na tentativa de valorizar o saber local, as tradições e o respeito ao meio ambiente, propuseram a criação de alternativa de renda por meio da CSA Peruaçu.

A mobilização dos atores sociais e institucionais, do Conselho Diretor Pró-Pequi e Núcleo do Pequi envolvidos na discussão em torno da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado têm centrado esforços para compreender a dinâmica produtiva alimentar das associações e cooperativas no beneficiamento e processamento dos frutos do Cerrado em suas agroindústrias familiares, no fornecimento de produtos alimentares, por meio da inserção dos agroextrativistas nos circuitos alternativos de comercialização e com a preocupação do desenvolvimento local.

A exploração econômica do pequi na região norte de Minas Gerais já foi alvo de investigação por meio da abordagem do Sistema Agroalimentar Localizado e, no sentido de aprofundar a discussão no âmbito da região imediata de Januária/MG, se propõe uma reflexão buscando conhecer as alternativas possíveis de planejamento da produção e de interação com os compradores e produtores na dinâmica de construção de ativos territoriais e na promoção de vantagens competitivas sustentáveis. Assim sendo, adentrar-se-á na busca de informações sobre o Sistema Agroalimentar Localizado.

3.1 Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL)

A partir de meados da década de 1990, surgem as primeiras pesquisas referentes ao sistema agroalimentar localizado diante da crise da sociedade rural, principalmente no contexto da globalização, do agravamento dos problemas ambientais frente ao avanço das fronteiras alimentares (MUCHNIK, 2006). Mais adiante esse autor afirma sobre a existência de grupo de pesquisadores envolvidos com a temática Agroalimentar, na França, os quais já tinham um trabalho adiantado sobre a noção do SIAL e com extensa difusão na concretização de seminários, congressos de criações e estruturações da Rede SIAL (MUCHNIK, 2006).

Inaugura-se, desse modo, pesquisas e investigações junto a empresas agroalimentares na África e na América Latina com foco em apoiar as concentrações das agroindústrias rurais. Vale ressaltar ainda, um grupo de estudo do sistema agroalimentar localizado criado, no ano de 2001, por seis instituições: INRA, CIRAD, Universidade de Versalhes-Saint Quentin, Universidade de Mont Pellier, Sup Agro de

Mont Pellier et agropolis/internacional. O grupo começou a discutir as mudanças no mundo rural, na agricultura, na produção agroalimentar e no consumo de alimentos. Nesse momento considera-se importante a definição do Sistema Agroalimentar Localizado:

> Organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, agroalimentares, comerciais, de serviço, empresas gastronômicas...) associadas às suas características e ao seu funcionamento num território específico. O ambiente, os produtos, as pessoas, suas instituições, seu know-how, seus comportamentos alimentares, suas redes de relacionamentos se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial" (CIRAD-SAR 2006; MUCHNIK, p.01).

Essa definição está vinculada ao modelo produtivo e possui semelhança com a Agroindústria Rural (AIR) voltada para os estudos de pequenas e médias empresas agroalimentares baseada nos estudos da África e América Latina a partir de estudos focados na dimensão territorial. Nessa perspectiva, Ramos (2018, p. 20) afirma que: “essa visão territorial está focada na problemática da alimentação urbana e na valorização de recursos locais como possibilidade de gerar valor agregado para a agricultura familiar pelo beneficiamento de seus produtos”.

Vale ressaltar que a contribuição dos estudos sobre os sistemas agroalimentares localizados, a partir dos anos 1980, baseados em trabalhos realizados na América Latina, levaram a verificar a persistência de aglutinações espaciais de pequenas empresas de processamentos de alimentos chamadas agroindústrias rurais (AIR), assim poderão relacionar e aproximar dos sistemas produtivos locais (MUCHNIK, 2006).

Para Muchnik (2006), a perspectiva sobre o SIAL constitui uma forma de organizar as atividades agroalimentares nas quais a dinâmica territorial tem um papel determinante na coordenação entre os atores e o desenvolvimento das atividades produtivas. O autor ressalta que a abordagem sobre economia territorial definida a partir da denominação (distritos industriais, aglomeração, sistema produtivo local) utilizados em diferentes setores produtivos podem apresentar três diferentes especificidades:

> Em primeiro lugar, as interações com o meio ambiente e o mundo rural, ambos do ponto de vista material: reprodução da biodiversidade,

> planejamento espacial, transformação de paisagens rurais. A segunda especificidade importante está relacionada à alimentação, bens com status específico, pois são os únicos incorporados durante o ato de consumo. A terceira especificidade diz respeito à dinâmica territorial. (MUCHNIK, 2006, p. 17).

Os estudos sobre os SIAL podem contribuir para pensar o mundo rural e suas especificidades, a partir da dinâmica territorial que seria melhor canalizada se contemplar as particularidades do território assim caracterizadas: a inteligência territorial (a capacidade de reagir, formular projetos e organizar estratégias para melhor conduzi-los), a solidariedade territorial (atores locais se mobilizam para se adaptar a um contexto de mudanças rápidas) e a capacidade territorial de inovação (iniciar processos dinâmicos, com articulação a outros espaços sociais e econômicos e no curso em que os atores locais são confrontados com o desafio de pilotar esses processos em tempo real, para avaliar permanentemente os objetivos alcançados e reformular os objetivos de acordos iniciais) (MUCHNIK, 2006).

Para os autores Chiffoleau; Touzard (2013) os estudos sobre os SIALs têm evoluído e concentrado em três questões principais:

> 1)os fatores que contribuem para os SYALs competitivos e inovadores, com um foco particular no papel do conhecimento local e na ação coletiva que visa elevar a qualidade do produto (Requier-Desjardin *et al.* 2003); (2) as especificidades que tornam o campo da agricultura, amplamente concebido, distinto de outros tipos de indústrias, em particular as maneiras pelas quais fazendas e empresas agro-alimentares poderiam estar fundamentado em territórios únicos (Muchnik e de Sainte Marie 2010); e (3) o desenvolvimento da '' abordagem SYAL '', que visa facilitar as comunidades locais a valorizar seus recursos, a fim de produzir alimentos vinculados territorialmente (Fournier e Muchnik 2012) (CHIFFOLEAU; TOUZARD, 2013, p.19).

Os autores abordam a cronologia dos estudos referentes ao SIAL nas décadas mais recentes e certificam as concepções e as triagens dos pesquisadores para discutir sobre a relação das culturas alimentares locais “comida” e “território”. No propósito de examinar sobre a dinâmica dos sistemas produtivos no âmbito do desenvolvimento territorial é importante conhecer as contribuições do autor Pecqueur (2013, p. 9) que afirma: “Nos primeiros anos da crise da década de 1970, foram tomadas medidas em resposta ao êxodo rural e, de maneira mais geral, aos danos

resultantes da realocação de atividades econômicas após a aceleração da globalização".

Em reação às correntes e perspectivas da economia internacional, o desenvolvimento territorial está emergindo como uma solução possível não apenas para as economias industrializadas, mas também para as economias dos países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, é preciso entender o desenvolvimento territorial como processo de adaptação às perspectivas de economia mundial, mas deve-se considerar as iniciativas de escala local norteadas pela dinâmica global, porém com o olhar para os aspectos territoriais.

Ainda nessa perspectiva, na visão Pecqueur (2013) deve-se considerar aspectos do desenvolvimento territorial a partir de três assertivas:

> O desenvolvimento territorial não pode ser decretado e continua sendo uma construção nas mãos de atores locais ou partes interessadas, mesmo que políticas públicas apropriadas possam ser usadas para estimulá-lo ao longo do tempo. Como estratégia de adaptação aos efeitos da globalização, permite que atores de diferentes territórios reorganizem a economia local em resposta ao aumento da concorrência em escala mundial. Por fim, o mecanismo de territorialização baseia-se no princípio da identificação de ativos, ou seja, a busca de um recurso específico para o território que possa diferenciá-lo do seu vizinho de estar em concorrência com ele na produção de bens e serviços padrão (PECQUEUR, 2013, p.12-13).

A referência teórica sobre o desenvolvimento territorial na proposta do autor permite refletir sobre qual perspectiva de território os atores locais e institucionais estão propondo e articulando, em suas comunidades locais e em sua região, as vivências comunitárias produtivas, alimentares, as ações públicas, as práticas de distribuição e comercialização. É importante refletir e adaptar as contribuições das políticas públicas pensadas e implementadas na dinâmica territorial ou abrir a possibilidade de articulação e identificação dos ativos territoriais e recursos específicos que podem oferecer a partir da diferenciação, qualificação dos produtos e participação de concorrência mais digna e honesta perante a geração de bens e serviços.

No exercício de compreender o desenvolvimento territorial e as transformações ocorridas na esfera rural a direção, a integração de mercados, a qualificação territorial tem contribuído para pensar na ligação entre o SIAL e refletir sobre o que acontece na dinâmica produtiva e relacional entre consumidor e produtor.

A discussão sobre a convergência entre SIAL e qualificação de origem abordada por Desjardins (2013), apresentam as seguintes características:

> A importância do processo de qualificação pela origem decorre de sua proximidade relativamente aos consumidores do produto qualificado, já que a qualificação faz parte da demanda. Essa relação de proximidade pode ser analisada como uma proximidade geográfica, na medida em que favorece a percepção das características não intrínsecas do produto, ligadas ao processo de produção ou aos recursos implicados (DESJARDINS, 2013, p.99).

É relevante salientar que as determinações e normas de qualificação de origem oportunizam a aproximação do consumidor aos produtores e valorizam a expansão de redes de proximidade e opções de comercialização, a partir das características e qualidades referendadas na particularidade dos produtos qualificados. Outra importante associação entre SIAL e desenvolvimento sustentável deriva da dimensão social relacionada à evolução dos SIAL.

Reconhecer e valorizar a origem dos produtos oriundos das agroindústrias familiares, que estão localizadas nas áreas excluídas e invisibilizadas, onde prevalecem as particularidades da agricultura familiar de baixo poder aquisitivo, poderá propiciar e impulsionar a criação de proposta de articulação e reconhecimento de marcas para a operacionalização das redes alternativas alimentares e de comercialização (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

A execução do sistema agroalimentar localizado, na prática, permite aumentar a competitividade dos produtos em um mercado globalizado pelo viés da qualificação, é suscetível de gerar empregos e rendas nestas zonas, isto é, confrontar o pilar social do desenvolvimento sustentável (DESJARDINS,2013). Já para Agrawal (2001), a evolução da discussão sobre a problemática do desenvolvimento sustentável, “a qualificação de origem e SYAL fez emergir os desafios relacionados à valorização econômica da biodiversidade e dos recursos vivos pelas próprias populações locais” (AGRAWAL, 2001). Assim sendo, Desjardins (2013) afirma que:

> Com efeito, considerar a qualificação pela origem territorial como elemento central de definição de um sistema agroalimentar localizado define principalmente os desafios relacionados à contribuição dos SYAL para a promoção do desenvolvimento sustentável. A abordagem em termos de SYAL surge, portanto, daqui em diante, como uma contribuição relevante à explicitação das condições de êxito de um novo estilo de desenvolvimento local sustentável em zonas rurais. (DESJARDINS, 2013, p.113).

A contribuição do autor direciona o olhar para a possibilidade de pensar em projetos de desenvolvimento de forma a considerar as especificidades das agroindústrias familiares rurais que busca alternativa de identificação dos produtos na descoberta de ativos territoriais e integração da governança territorial. Ainda na mesma direção e definição Desjardins (2013) afirma o papel da importância dos processos de qualificação para definir não somente a pluriatividade, mas a multifuncionalidade dos SIALs que nos apresentam em sua dupla articulação.

É importante ressaltar as contribuições que a teoria do SIAL proporciona no contexto da qualificação de origem ao considerar e definir as condições de uma ativação de recursos exclusivos locais pela orientação e estruturação da ação coletiva de indivíduos protagonistas e atores estabelecidos territorialmente. Na visão de Wilkinson (2003), ao focar na dinâmica local e de território, cada vez mais abordagens analíticas de coordenação horizontal substituem ou complementam os enfoques de cadeia e relações verticais. Nessa sequência, o autor colabora para o entendimento de valorização que os resultados das concentrações podem contribuir e reafirmar a aglomeração dos conhecimentos e saberes coletivos ratificados nos espaços de produção agroindustrial.

Ao fazer opção pela metodologia do SIAL é preciso ampliar sua análise para discutir sobre território e sua especificidade, o Sistema Agroalimentar Localizado e suas nuances e a cadeia curta de comercialização com abordagem para os produtores e consumidores. Vale ressaltar a necessidade do suporte nas teorias de forma diversificada e multidisciplinar, em especial: das ciências econômicas, da nova sociologia institucional, da antropologia, da teoria das convenções, da sociologia crítica de dominação, dentre outras teorias para o entendimento sobre o SIAL.

Aprofundar as reflexões na perspectiva dos procedimentos produtivos no âmbito da globalização é entender a nova divisão do trabalho sujeita a influência do comando e articulação das transnacionais. Trata-se da organização e possibilidade de realizar mais uma etapa da cadeia global de valor incluída e pensada para os países em desenvolvimento, instigada pela oferta de mão-de-obra e recursos naturais disponíveis e baratos. No entanto, ganha-se destaque para pensar o componente territorial onde o ambiente local deve ser considerado para entender as dinâmicas socioeconômicas dos eixos global/local.

No que tange a onda de avanço da ordem industrial frente às atividades produtivas sobre a ordem doméstica, é preciso lançar mão de recursos de defesa e

garantia de direitos perante as operações mercantis praticadas pelas pequenas e médias empresas e para a produção em menor escala, com base em vivências que associam crescimento, competitividade, inovação e inclusão dos produtos nos mercados alternativos como experiência de reconexão dos agricultores e consumidores às culturas alimentares com o reconhecimento mútuo entre os atores (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Diante dessas mudanças de tensões organizacionais que contemplam setores da comunidade e agrupamentos rompem e estreiam conexões com novos parâmetros de consumo com vista ao processo de evolução e promoção de práticas sustentáveis; certos distribuidores e consumidores exigem qualidade e rastreabilidade (abastecimento regular e rígidos critérios de quantidade e qualidade) e tensões estruturais a partir de escala global exige que se considerem as dinâmicas nas zonas de livre comércio e do comércio mundial (OMC).

As exigências de mudanças no sistema produtivo, no consumo alimentar, na sustentabilidade do meio ambiente e nas agroindústrias rurais passaram a criar alternativas de produção. As opções estão vinculadas a qualidade, aos processos de inovação articulados as dinâmicas locais, combinado ao conhecimento tácito especifico do território, bem como destaque ao enfoque aos sistemas agroalimentares localizados a partir da ótica de valorização do patrimônio, percepção e cognição dos saberes consuetudinários como escolha de inclusão e incorporação econômica da irrelevante e pouca escala de produção.

A ordem industrial focou suas reflexões no âmbito da produtividade, com destaque para a produção tipo exportação. “A obsessão pela produtividade torna a ordem alimentar industrial incapaz de reconhecer ecossistemas e forma de produção que conservem parcela significativa dos patrimônios cultural e ecológico que caracterizam a diversidade do mundo rural brasileiro” (NIEDERLE; WESZ JR, 2018, p.219).

Ao questionar a importância dada à produtividade no âmbito da ordem industrial, os contramovimentos abrem espaços para o aparecimento e oportunidade de articulação de criação e geração de novos produtos e consumo que favoreçam a escolha de quem compra. Dando lugar às feiras livres, circuitos curtos, grupo de consumo local para interagir, estabelecer conexões e inclusão dos atores sociais, feirantes e comerciantes. Esses espaços criativos servem para politização dos consumidores e produtores, favorecem o apreço pelos alimentos locais e possibilita a

ampliação das transações comerciais nos mercados locais (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Os grupos alternativos de agriculturas ecológicas apoiados nos princípios agroecológicos têm conseguido relevância pela proteção e amparo na reconexão e união entre os seres humanos e o ambiente.

A construção de mercados alternativos implica tanto o empenho e persistência cotidiana dos agricultores na concepção e invenção de formação de planejamento e no manejo dos recursos naturais, na proposição da atuação e da representação política de mobilizações e ações dos movimentos de resistência e intervenção ao estrangulamento das conexões da agricultura familiar com a ordem industrial (NIEDERLE; WESZ JR, 2018).

Outro aspecto importante nessa dinâmica produtiva, do acesso aos mercados alternativos e formas de comercialização varia no âmbito local e global. Nesta perspectiva, cabe salientar o reconhecimento dos sistemas produtivos localizados, a cooperação, na confirmação das ações produtivas submetidas às tradições culturais, aos conhecimentos tácitos e científicos transmitidos pelos povos e comunidades tradicionais. Vale destacar, a viabilidade de acrescentar inovações aos produtos, a criação de postos de trabalho e receita nas comunidades rurais, a preservação da biodiversidade e a e efetivação da soberania e segurança alimentar dos agrupamentos pesquisados.

É importante mencionar, o poder de produção, determinação, persistência, e resiliência dos agroextrativistas, dos produtores e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais residentes nos espaços rurais, perante o processo produtivo e a criação de mercados alternativos. Portanto, o estudo sobre as concentrações da agroindústria rural é o local das resistências, já dizia (CHAYANOV, 1974) “a capacidade de resiliência é uma característica histórica deste modo de produção em face do avanço do capitalismo agrário”.

Para Wilkinson (2003) é necessário desenvolver mecanismos de valorização dos recursos tradicionais baseados nos direitos e práticas específicas das comunidades. E nesse sentido, ele aponta que o caminho:

> Seria a partir das indicações geográficas agora incluídas nas regras da OMC. E outro, seria o de se amparar no conceito da multifuncionalidade defendido na União Europeia a partir do reconhecimento de uma variedade de funções

> públicas que a agricultura desempenha além do fornecimento de alimentos e matéria-prima (WILKINSON, 2003, p.79).

O autor evidenciou a primordialidade dos mecanismos de proteção intelectual como apreço dos produtos e recursos tradicionais, proporcionada por meio das indicações geográficas, mas é importante reconhecer selos e marcas que identificam seus produtos a partir de certificação de origem, as certificações participativas, selo de origem da agricultura familiar dentre outras como forma de considerar o contexto histórico, global e local, as diversas formas de certificações dos produtos locais a partir do debate sobre a metodologia de localização/deslocalização das atividades produtivas, a multifuncionalidade das exportações agrícolas dos espaços rurais, as dificuldades ambientais e a reprodução da biodiversidade.

A metodologia, bem como as contribuições e desafios que a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados propicia aos agricultores/ou processadores, aos órgãos públicos, aos planejadores, aos demais interessados, uma análise que poderá orientar a interpretação sobre o sistema produtivo local das concentrações das agroindústrias rurais vinculada ao modelo de desenvolvimento e as práticas de consumo, bem como as relações que elas estabelecem com o território, a formação de redes sociais e a governança dos atores sociais e institucionais presente em cada área de estudo.

É interessante ressaltar que a abordagem SIAL no Brasil ainda apresenta lacunas na inserção de pesquisas e apropriação dos agentes públicos dessa abordagem cientifica na formulação das políticas públicas e apesar dos estudos estarem centrados na academia, há poucos pesquisadores engajados nesse tema. Para Ramos (2018) a sugestão de contribuição para ampliação do debate cientifico SIAL é propiciar a interação da temática as pautas dos movimentos sociais assim descrita:

> Outra contribuição que o Brasil poderia ter como diferencial é justamente tentar engajar o movimento social no desenho da abordagem no país, aproveitando que não é um conceito consolidado. Poderia partir da Rede SIAL Brasil uma iniciativa de atrair representantes de movimentos para compor a rede. O engajamento de movimentos não só pode legitimar a abordagem como também facilitar sua disseminação no próprio mundo acadêmico, que é muito atrelado às agendas dos movimentos (RAMOS, 2018, p. 115).

No objetivo de compreender a interação dos movimentos sociais, a governança local do Arranjo Produtivo Local e as pesquisas realizadas junto a Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado é que são apresentadas e detalhadas a atuação da cadeia curta de Assusbac e da Cooperuaçu e seus canais de comercialização como representação dos demais empreendimentos pertencentes à Rede Núcleo do Pequi. Também serão apresentadas as análises de dados sobre comercialização desses empreendimentos e agroindústrias familiares situadas no Norte de Minas Gerais e na região imediata de Januária/MG.

3.2 Pesquisas e as ações públicas do Arranjo Produtivo Local dos Frutos do Cerrado

As pesquisas e investigações do Arranjo Produtivo Local dos Frutos do Cerrado, bem como a reflexão sobre a Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do cerrado, no Norte de Minas Gerais, concretizadas na década de 2010, apresentaram discussões referentes à coleta, o processamento, a comercialização e o consumo dos produtos alimentares a partir da matéria-prima do pequi e outros frutos do cerrado. Destaca-se os estudos realizados por: Candido; Malafaia; Rezende (2012) e Afonso (2012).

Os autores centraram suas pesquisas nos processos de coleta, beneficiamento e na comercialização, posto isto, eles aplicaram os métodos e técnicas do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Para Candido; Malafaia; Rezende (2012), “a exploração econômica do pequi é analisada como uma prática ambientalmente sustentável e sua importância socioeconômica podem ser verificadas no conjunto das atividades que englobam coleta, transporte, beneficiamento, comercialização e consumo”.

O recorte dado pelos autores apontou que, na região Norte Mineira, as cooperativas e o Arranjo Produtivo Local dos Frutos do Cerrado tinham limitações em ultrapassar as delimitações territoriais de transações comerciais do pequi, em virtude da conformação socioespacial em que está estruturada essa produção e a dificuldade de infraestrutura propícia para a estruturação e operacionalização das transações comerciais do pequi in natura no período da safra.

Outro fator dificultador diz respeito à inexistência de monitoramento e inspeção fiscal da produção e comercialização do pequi in natura durante a safra de pequi. No período de novembro a janeiro verifica-se um aumento desordenado de coletores e atravessadores de pequi, clientes de diferentes municípios que mudam para a região principalmente para os municípios de Japonvar, Campo Azul, Lontra e Mirabela para organizar e explorar economicamente a produção. Assim sendo, os municípios perdem de recolher os tributos fiscais resultantes da retirada das notas fiscais nessas localidades, ou seja, deixam de fazer a rastreabilidade dos frutos do cerrado. O pequi e outros frutos nativos passa a ser explorado sem fiscalização e com total desrespeito às questões ambientais, sociais, culturais, e as comunidades tradicionais que retiram seu sustento e garantem renda para a sua sobrevivência durante o período pós-safra do pequi.

Cândido, Malafaia e Rezende (2012) refletiram sobre o Sistema Agroalimentar localizado (SIAL) e a exploração econômica do pequi no Norte de Minas Gerais e sugeriram como caminho a estruturação da produção, o monitoramento das atividades produtivas integralizadas que poderão permitir, desse modo, a ampliação de vantagens competitivas regionais. O estudo realizado, sobre a exploração econômica do pequi, envolveu os agentes-chaves dessa cadeia: a cooperativa Grande Sertão do município de Montes Claros, a Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (COOPERJAP) de Japonvar, a Cooperativa Sertão Veredas de Chapada Gaúcha e Central do Cerrado, que teve o braço operacional na ASFRUCE de São Francisco.

Cândido, Malafaia e Rezende (2012) afirmaram que é preciso atentar para os resultados da pesquisa, haja vista que os estudos sobre os sistemas agroalimentares localizados efetivados na região em estudo mostraram a fragilidade da incorporação territorial e regional, a aquisição de insumo e equipamentos e distribuição da produção do pequi como pontos limitadores do avanço no Arranjo Produtivo Local. A falta de estruturação e organização entre os atores sociais e institucionais, as deficiências da rede de transportes, o distanciamento entre espaços produtivos e de vendas nos centros comerciais são fatores desafiadores da governança local e da inclusão comercial dos produtos na dinâmica de operacionalização dos elos de transações econômicas e relacional com clientes da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do cerrado.

Na linha de pesquisa sobre a Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do cerrado, com foco na valorização dos produtos da sociobiodiversidade, a autora Afonso (2012), traz a discussão para o nível estadual por meio da “análise diagnóstica e prospectiva da cadeia produtiva do pequi no Norte de Minas Gerais”. A pesquisadora fez apontamentos sobre o levantamento das expectativas vindouras a partir das dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e dos pontos críticos tais como: a vulnerabilidade das áreas de coletas devido aos incêndios, os desmatamentos, a existência de pragas, a inexistência de plantas jovens e coleta realizada de forma inadequada de frutos. Apontou ainda a ausência da responsabilidade ambiental dos indivíduos que colhem os frutos, a falta de monitoramento e controle de fiscais para cumprimento da legislação estadual e municipal.

Na análise diagnóstica da Cadeia Produtiva do Pequi a autora destacou ainda a precariedade nos seguintes aspectos: a falta de informação de produção e comercialização, a limitação de distanciamento dos produtores aos clientes e espaço de realização das transações comerciais em razão da baixa capacidade gerencial dos empreendimentos comunitários. A falta de planejamento da produção e baixa escala para concorrer nos mercados institucionais, infraestrutura produtiva inadequada e necessitando de adequação para processamento, beneficiamento, a logística e armazenamento. Baixa aplicação e desconhecimento das boas práticas de produção, mão de obra sem treinamento adequado, adequação à legislação sanitária, desafios e acesso de crédito e baixa isenção fiscais para a produção.

A acessibilidade dos agroextrativistas às políticas públicas voltadas ao incentivo da comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e com ações públicas da Cadeia Produtiva do Pequi ainda necessita de maior interlocução entre os beneficiários e técnicos responsáveis pela operacionalização dessas ações públicas. A pesquisadora utilizou do método e da técnica grupo focal com os representantes das cooperativas e associações no âmbito das políticas públicas e destacou que encontra-se distante devido à falta de informações e capacitações de programas PAA, PNAE, Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) na divulgação e preparação dos cooperados para o planejamento da safra, no sentido de possibilitar a oferta dos alimentos nas escolas municipais e estaduais e a formalização da documentação necessária para participar das chamadas públicas.

Afonso (2012) apontou também as cinco forças propulsoras da Cadeia Produtiva do Pequi assim descritas:

> Possibilidade de atuação grupo em Rede, Aproximação de empresas alimentícias, Reconhecimento do Arranjo Produtivo do Pequi pelo Estado de Minas Gerais, a parceria com o Ministério Público e a possibilidade de proposição de projetos por meio do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado (AFONSO, 2012, p. 120-121).

Ao refletir sobre a trajetória da inserção da Cadeia Produtiva do Pequi no âmbito das políticas públicas federal e estadual, Afonso (2012) concentrou a sua pesquisa no período de 2008 a 2012 e mencionou o caminho e " a trajetória de política pública em promoção da sociobiodiversidade no Cerrado e mais especificamente no norte de Minas Gerais". A autora realizou uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema, pesquisa documental, bem como utilizou-se da técnica de investigação metodológica do grupo focal e entrevistas dos integrantes da Cadeia Produtiva do Pequi para compreender a dinâmica produtiva, desde o processo de coleta até o processamento e a comercialização. A pesquisa teve ainda como foco conhecer e identificar os atores sociais e institucionais operantes na região que vem consolidando os serviços ecossistêmicos por parte dos agroextrativistas, de preservação ambiental e de defesa da democracia alimentar e nutricional.

Outro fator importante de destaque na sua tese foi a integração e interação dos atores institucionais, as entidades privadas como SEBRAE, SENAR e as universidades públicas existentes na região que se dispuseram a refletir e colaborar na construção da visão de futuro e traçar as perspectivas de atuação e interação das políticas públicas voltadas para dinamização do Arranjo Produtivo Local e da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do Cerrado.

A pesquisa teve como objetos de análise, "a vulnerabilidade das áreas de coleta e a dificuldade de acesso às políticas públicas". Assim sendo, Afonso (2012) auxiliou e trouxe elementos importantes para a análise da Cadeia Produtiva do Pequi no Norte de Minas Gerais, e traçou os pontos críticos, as perspectivas e a proposição das políticas públicas, bem como os apontamentos sobre a necessidade de debruçar sobre a vulnerabilidade das áreas de coletas devido aos fatores ambientais, econômicos e fiscais que tem acometido a magnitude econômica, social e ambiental dos frutos do cerrado, sobretudo do pequi, devido a legislação de proteção ambiental.

Dentre as forças propulsoras da Cadeia Produtiva do Pequi no norte de Minas Gerais apontada pela Afonso (2012), durante seu período de estudo de 2008 a 2012, vale destacar o reconhecimento do Arranjo Produtivo do Pequi pelo estado de

Minas Gerais, a aproximação com o Ministério Público e criação do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do cerrado.

Para Teixeira (2019), em Minas Gerais a Lei nº 13965 de 2001, delimitou o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - Pró-Pequi e contemplou como propósito do Programa: “integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado no uso e manejo racional desse bioma, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental”, mas ao longo dos anos tem sofrido alterações.

O que pode ser observado devido à pressão da bancada ruralista, “a Lei que garante a proteção da espécie foi enfraquecida em 2012 com a ampliação das exceções que prevê a liberação do corte além de reduzir a quantidade de pequizeiros a serem plantados” (BARBOSA E GIANASI, 2017). Essa alteração na lei foi recebida com preocupação pelas instituições que compõem o Conselho Estadual Diretor Pró-pequi, porque a espécie é de crescimento lento e apresenta baixíssimas taxas de recrutamento (PINTO, 2019). A alteração poderá provocar uma ameaça para a espécie e para a estruturação de sua cadeia produtiva.

Assim, para minimizar o impacto negativo da alteração da lei, as organizações sociais e de pesquisa que compõem o Conselho Estadual Diretor Pró-Pequi, intervieram junto ao Ministério Público e garantiram a criação do Fundo Pequi, dentro da nova redação da Lei Estadual nº 20308, aprovada em 2012, que delibera sobre a aplicação dos recursos do Fundo Pequi, de que trata o art. 5º-A da Lei nº 13.965, de 2001, considerando as normas operacionais do Programa Pró-Pequi (TEIXEIRA, 2019, p.35).

Ao reatar as atividades do Conselho Diretor Pró-pequi e ao reativar as ações do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - Pró-Pequi tem proporcionado reacender e entender a operacionalização das ações públicas na configuração do planejamento e proposição da agenda pública 2019-2023 do Conselho Diretor Pró- pequi, validar e efetivar as ações da Cadeia Produtiva do Pequi e demais frutos do Cerrado.

Essas ações públicas da sociedade civil e dos atores institucionais que compõem o Conselho Diretor Pró-Pequi poderão ser concretizadas pelo Fundo Pequi. É relevante salientar que tais ações públicas são respaldadas no nível institucional,

amparados pelo decreto nº 47.968 de 29 de maio de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.965 de 2001 do Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - Pró-Pequi.

Na intenção de compreender a dinâmica produtiva dos empreendimentos concernentes ao Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do cerrado, a associação regional que articula a gestão das associações e cooperativas processadoras do pequi e outros frutos do cerrado, no âmbito das agroindústrias familiares, adentrar-se-á no estudo de caso da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos e da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu. Os estudos de casos a partir desses dois empreendimentos irão nortear e retratar a dinâmica produtiva e o consumo alimentar das demais associações e cooperativas da Rede Núcleo do Pequi para tentar compreender a dinâmica territorial dos sistemas produtivos locais na região imediata de Januária/MG.

Investigar e pesquisar as ações do Sistema Agroalimentar localizados dos frutos do cerrado, as ações propositivas e a capilaridade desses empreendimentos, suas práticas produtivas e atuação nas redes alternativas alimentares ou circuitos curtos de comercialização dos dois empreendimentos em estudo poderá propor e apontar caminhos no planejamento e estruturação de políticas públicas de fortalecimento da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado.

3.3 Circuitos Curtos de Comercialização na região imediata de Januária/MG

No intuito de conhecer as formas de interação entre consumidores, agricultores familiares e agroextrativistas, bem como acontecem a produção e consumo dos produtos oriundos das agroindústrias familiares instaladas na região imediata de Januária/MG, descreveu os canais de comercialização da Assusbac e da Cooperuaçu, a frequência de utilização desses canais e as principais razões para a utilização.

3.3.1. Os principais canais de comercialização da Assusbac

Para adentrar no universo das transações comerciais, nos aspectos da cadeia curta e nos canais curtos de comercialização da Assusbac é preciso destacar que a região imediata de Januária/MG e essa entidade tem sido objeto de pesquisa na área de estratégias de comercialização dos itens, artigos e alimentos processados a partir dos frutos do Cerrado procedentes das agroindústrias familiares. Sendo assim, Ribeiro e Galizoni (2009), pesquisadores comprometidos com a região ressaltam que os artefatos fabricados e elaboradas por meio da agricultura familiar existem e se caracterizam por três canais distintos para escoamento da produção:

> Os mercados oligopsônico em que poucas empresas compradoras ditam as regras do mercado e tornam os agricultores vulneráveis as oscilações mercado; cadeias suaves ou integrações suaves, aquelas que em que as estruturas de comercialização são criadas e geridas pelos próprios agricultores, compreendendo instituições de apoio ou empresas que buscam um comércio justo, procurando o mercados regionais/nacionais em detrimento dos mercados locais e as cadeias curtas e diretas, aquelas que a comercialização é feita diretamente entre os agricultores e os consumidores, como feiras livres, mercados microlocais e venda direta (RIBEIRO; GALIZONI, 2009, p.47).

Os tipos de mercados existentes revelam as possibilidades de distribuição dos produtos processados e os canais de comercialização por onde acontecem as trocas mercantis e as interações entre agricultores, produtores familiares e consumidores.

Para Freitas (2010), os agricultores familiares da região da sub-bacia do Rio dos Cochos localizados na região imediata de Januária/ MG comercializaram e efetivaram as vendas diretas e indiretas dos seus produtos com duas grandes cooperativas: a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão, localizada em Montes Claros (Cooperativa Grande Sertão) e a Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar (Cooperjap).

As transações comerciais da Assusbac acontecem por meio das vendas diretas nas feiras livres no mercado municipal que são realizadas aos sábados, na feira Agroecológica e Cultural de Januária que acontecem nas terças-feiras, no período noturno, na atuação no espaço da agricultura familiar na Exposição Agropecuária de Montes Claros- EXPOMONTES e Exposição Agropecuária de

Januária. É importante destacar também os eventos realizados como as cavalgadas ecológicas da Assusbac que cumprem o papel de reivindicar as ações públicas de preservação ambiental sendo espaço de divulgação e alternativa às transações comerciais dos seus produtos.

Na tentativa de registrar a estrutura e a operacionalização das ações coletivas no processamento, nas dinâmicas produtivas, na distribuição e comercialização a Assusbac conta com apoio das instituições apoiadoras. O anexo 5 apresenta o quadro das instituições apoiadoras e ações desenvolvidas revelando a rede de parceiros e apoiadores destacando ainda, a capacidade de articulação e mobilização dos associados na proposição das ações coletivas em prol da estruturação da agroindústria familiar e na promoção de práticas efetivas para operacionalizar as transações comerciais e referendar as ações de planejamento prospectivos de evolução econômica, social, política e cultural no contexto regional.

Tudo indica que, apesar dos investimentos financeiros e de capital humano dos apoiadores, os associados ainda carecem de melhorar a capacidade gerencial dos empreendimentos, aperfeiçoar a infraestrutura dos espaços produtivos, inserir tecnologias de mídias para divulgação dos produtos, criar plano de marketing, ampliar a produção e sua capacidade de armazenamento e logística para atender as demandas dos consumidores.

3.3.2. Os principais canais de comercialização da Cooperuaçu

A Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu foi constituída em 2016, nasceu como alternativa de comercialização dos produtos nativos dos seus cooperados e viabiliza a comercialização das associações que participam da dinâmica produtiva. Os principais clientes são viabilizados por meio de outras cooperativas, mercados institucionais, comércio local e vendas diretas em espaços alternativos. As transações comerciais acontecem por meio dos fregueses da cooperativa na própria comunidade, vizinhos, parentes, outros grupos de produtores, visitantes, público de feiras e exposições.

A Cooperuaçu se diferencia enquanto empreendimento cooperativo que prima pelos valores da economia popular solidária e autogestão no universo da

agricultura familiar. Por meio desses valores, busca solidificar uma clientela que além de comprar possa reconhecer e valorizar o trabalho do produtor e sua defesa a ações de apoio na proteção e conservação ambiental. A cooperativa tem como planejamento e plano de negócio a busca incessante de ampliação do número de clientes, ainda que comprem em menor escala, haja vista o risco de se ter um único cliente ou poucos clientes com volume alto de entrega, caso eles migrem para outro fornecedor a cooperativa fica prejudicada de imediato.

Nesse contexto, é preciso salientar a estratégia e a criação de canais de vendas que foram concretizados na área de atuação do Vale do Peruaçu com a institucionalização da CSA Peruaçu. Trata-se de uma tecnologia social de aproximação entre os consumidores e agricultores familiares que passaram a estabelecer a inclusão e a distribuição de cesta de alimentos semanalmente para os COAGRICULTORES (são os consumidores) que financiam a produção de alimentos.

A experiência vivenciada pela Cooperuaçu com a CSA Brasília/DF na entrega esporádica de artigos, de alimentos e itens fabricados pela cooperativa, foi primordial para integrar a caixa semanal com os alimentos e os produtos complementares do CSA. Foi muito importante para compreender a dinâmica de funcionamento, e a motivação para a constituição da CSA Peruaçu, conforme anexo o quadro 6 que apresenta as instituições apoiadoras da Cooperuaçu,

3.3.3 Análise das cadeias curtas e canais de comercialização Assusbac e Cooperuaçu

É importante conhecer os atores e instituições que compõem os canais de comercialização, bem como as formas de operacionalização de cada empreendimento, a partir do conhecimento sobre as relações comerciais, as vendas diretas e indiretas a fim de propor estratégias de afinidade e interação entre produtores e consumidores. No intuito de informar a estrutura dos sistemas agroindustriais, os agentes, as relações entre eles, os setores, as organizações de apoios e ambientes institucionais.

Para adentrar no universo ou na explicação econômica dos grupos sociais que fazem ações coletivas a partir das organizações sociais é importante compreender como surgiram e qual o papel das cadeias curtas de comercialização. Para Scarabelot; Schneider (2012), as cadeias agroalimentares curtas surgem e se desenvolvem como forma de interação entre a agricultura familiar com a dinâmica local de desenvolvimento. Assim sendo, eles afirmam que:

> Cadeia agroalimentar curta remete às formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas a espécie de conexão que permita provocar interatividade, facilitando ambos conheçam os propósitos dos outros (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012, p. 103).

Ao refletir sobre a importância das cadeias agroalimentares curtas pretende-se estabelecer uma reconexão entre os processos produtivos locais desenvolvidos pelos produtores e a aproximação com os consumidores. Ao organizar a convivência relacional entre quem cria e gera e quem usufrui, privilegiam a valorização do saber local e a transmissão de geração em geração, haja vista que a industrialização e a produção de alimentos em escala industrial geraram o afastamento, a separação entre os integrantes da cadeia produtiva.

As estratégias referendadas de conformidade e de reconexão entre agricultores familiares e os clientes está relacionada com o reconhecimento da origem dos alimentos atrelados à tradição, no propósito de reconduzir e revalidar a geração de alimentos a partir de valores, associados às práticas de produção de um território e a tradição da região.

Para Fantini, Rover, Chiodo e Assing (2018) a aproximação entre consumidor e agricultor, bem como a teoria de marketing de relacionamento poderá propiciar uma melhor comunicação assim descrita:

> Pela proximidade que ocorre entre produtores e consumidores nos Circuitos Curtos de Comercialização, esses canais comerciais representariam um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações de marketing de relacionamento, como a redução da assimetria de informações, a transparência de preços, a lealdade do consumidor e sua participação na produção agrícola como coprodutor (assumindo mais responsabilidades juntos aos processos produtivos) (FANTINI, ROVER, CHIODO, ASSING,2018, p. 551).

É relevante destacar o papel que as redes de relacionamentos têm propiciado pela aproximação entre consumidor e agricultor. Nesses espaços interativos estabelecem as relações de confiança, de proximidade e de inclusão dos produtos artesanais, regionais e agroecológicos oriundos das agroindústrias familiares.

Segundo Maluf (2004), os circuitos regionais representam uma oportunidade de escoamento da produção e aproximação dos consumidores e agricultores assim definidos:

> Os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos formam-se no âmbito das regiões no interior do País ou no entorno dos núcleos urbanos de pequenas e médias dimensões. Além dos produtores agrícolas, esses circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores, constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados a transformação, a distribuição e ao consumo de produtos alimentares, a saber: pequena indústria alimentar, pequenos supermercados, um conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio de especializado de alimentos e de refeições prontas(armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, rotisseries, casas de frios, etc) equipamentos de abastecimento (feiras livres, varejões. Sacolões, etc) (MALUF, 2004, p. 308).

Com o objetivo de aprofundar na análise de dados sobre os canais de comercialização na região imediata de Januária/MG foi proposto no roteiro do questionário os aspectos relacionados às transações comerciais e quais as principais razões para utilizarem os canais de comercialização definidas nas categorias assim mencionadas: canal de venda (comercializa com) empresa/indústria, cooperativa/associação, atravessador, PAA/PNAE, Feira ou comércio próprio que será foco para conhecer os atores sociais e institucionais que atuam na região.

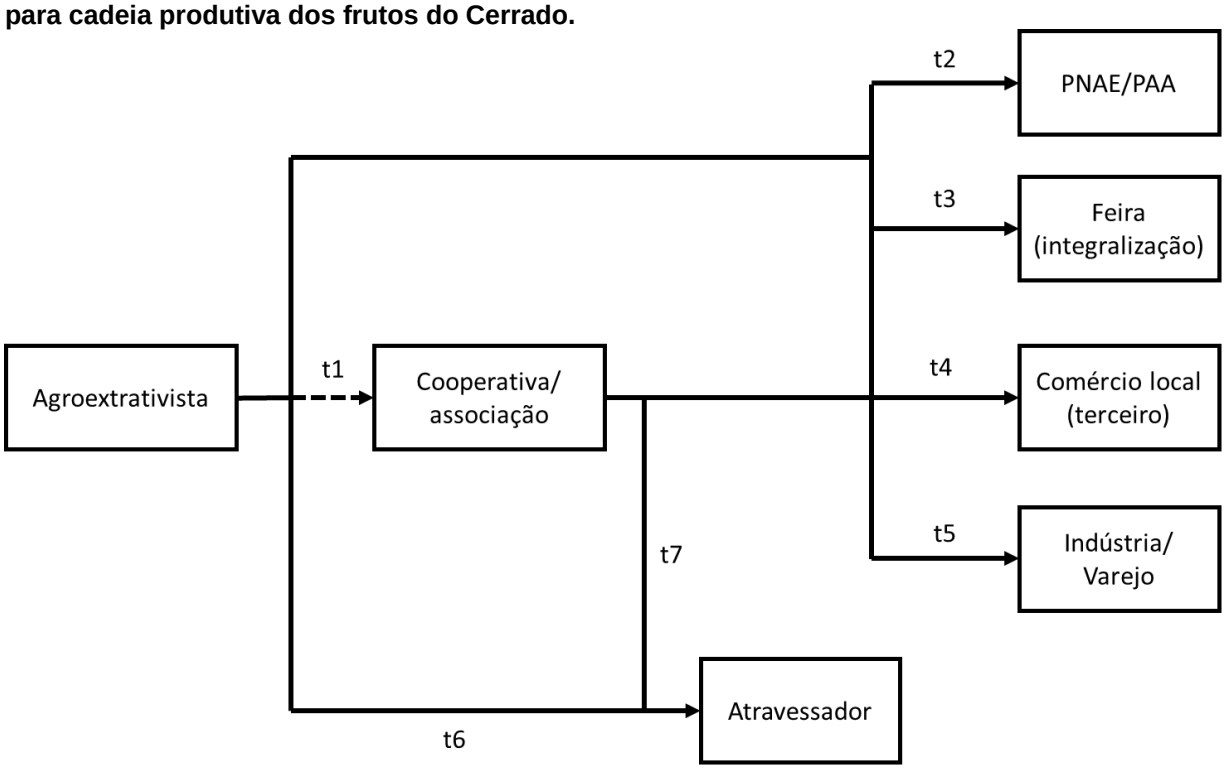
É importante destacar que a análise a seguir irá descrever a forma de organização das ações coletivas tendo como referência a forma de organização da Assusbac e da cooperativa Cooperuaçu. Dessa forma, a finalidade de constituição de associação com relação a transação comercial é diferente de cooperativa, haja vista que, por seu turno, o Código Civil (Lei nº 10.406/02) estabelece e define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (Art. 53).

A Assusbac foi criada em 2003, tinha como objetivo a união das associações para articular as ações públicas de proposição do Programa de Recuperação e Revitalização da sub-bacia do Rio dos Cochos.

Enquanto a visão produtiva e comercial da Cooperuaçu segue outras estratégias, a sua criação aconteceu no ano de 2016, é mais recente e nasce com propósito comercial. Nesse sentido, as cooperativas são definidas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de ordem civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados visando à atividade econômica de proveito comum” (Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971).

A descrição das transações econômicas envolvendo os canais de comercialização dos frutos do Cerrado da Assusbac e da Cooperuaçu, com base nos depoimentos dos agricultores entrevistados junto aos dois grupos investigados pode ser vista na Figura 7, em que: t1 – Representa a transação na visão do agricultor, ou agroextrativista. Ela não deveria existir formalmente, pois entende-se a cooperativa ou associação como organização desses. Na prática, o que se vê é uma separação, ou falta de pertencimento a ação coletiva. Raras exceções, o empreendimento pode adquirir matéria prima de fornecedores não associados; t2 – Representa o canal de compra pública institucional. Pode ser acessado individualmente pelo agricultor extrativista ou pela cooperativa. As dificuldades de acesso dizem respeito, na maior parte das vezes, ao volume negociado, padronização e regularidade; t3 – representa a estratégia de integração vertical que ocorre no âmbito local tomada pelo agricultor (agricultor-feirante) ou pela associação (barraca coletiva); t4 – mercado local, pequenos varejos, restaurantes e distribuidores; t5 – comercialização com grandes empresas ou empresas externas a localidade ocorre na forma de matéria prima (indústria), com padronização e volumes previamente determinados e, em alguns casos, com a indústria e varejo, na forma de produtos acabados ou semiacabados. Incluem-se nessa modalidade de transação os CSAs (comunidade que sustenta a agricultura – uma espécie de clube de compras); t6 – podem ocorrer com atravessadores locais ou externos à região. Normalmente caracterizam-se por contratos relacionais informais baseados em frequência e confiança; t7 – pode ocorrer em alguns casos, em especial no caso das associações com dificuldade de acesso logístico e de coordenação.

Figura 7- Esquema representativo das transações econômicas identificadas nas entrevistas para cadeia produtiva dos frutos do Cerrado.



Fonte: Esquema elaborada pela autora, 2020.

As categorias de análises foram descritas abaixo e detalhadas a partir das seguintes modalidades: canal de venda com empresa/indústria, cooperativa/ associação, comércio local (terceiro), atravessador, PAA/PNAE, Feira ou comércio próprio. Sendo assim, será descrita na tabela 06 abaixo.

Tabela 06– Frequência de Utilização dos Canais de Comercialização

	Frequência de utilização do canal	
	Assusbac	Cooperuaçu
Empresa/ indústria	10%	15%
Comércio local (terceiro)	30%	0%
Atravessador	20%	8%
PAA/PNAE	0%	15%
Feira ou comércio próprio	50%	8%
Outro	10%	0%

Fonte: Pesquisa Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar, 2019.

Os dados apresentados demonstram as percepções dos extrativistas e gestores participantes das entrevistas, retratando os canais de comercialização da Assusbac e Cooperuaçu. Para os entrevistados, 10% afirmaram que a Assusbac realiza a venda dos seus produtos com empresa/indústria. Enquanto, a frequência de uso de empresa/indústria para interrogados da Cooperuaçu foi de 15%.

Esses dados revelam o esforço das agroindústrias familiares, sejam elas, organizadas em associações e cooperativas na criação de alternativas de distribuição e comercialização dos seus produtos no âmbito dos mercados locais e redes alternativas alimentares de vendas diretas e indiretas na região imediata de Januária/MG.

Os resultados na visão dos associados e cooperados revelam a diferença entre as formas de comercialização realizada pela associação e pela cooperativa, é importante conhecer como é percebida as estratégias de comercialização entre os atores sociais e institucionais. Os entrevistados da Assusbac responderam que as vendas diretas acontecem por meio de 80% utilizando a representação da associação e 77% declararam que acontecem pela cooperativa. Com relação as vendas nos comércios locais os entrevistados afirmaram que 30% realizam as vendas nos comércios locais, 20% afirmaram que comercializam e estabelecem as transações comerciais diretamente para atravessadores. Os entrevistados da Assusbac desconhecem a utilização dos canais de vendas que podem acontecer por meio das compras institucionais dos programas PAA/PNAE. Nesse contexto, os entrevistados da Cooperuaçu reconhecem que utilizam as compras institucionais em 15%. Assim sendo, a existência das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e das compras públicas não é uma realidade de acesso e continuam desconhecidas pelos extrativistas que necessitam de mais divulgação e capacitação para que possam reconhecer e valorizar as ações públicas de apoio à agricultura familiar.

Vale destacar a feira ou comércio próprio como importante canal de comercialização para os entrevistados da Assusbac, haja vista que a proximidade das comunidades da sub-bacia do Rio dos Cochos com o município de Januária/MG. Nesse sentido, 50% dos entrevistados apontaram a feira como forma de venda direta importante para aproximação dos produtores e consumidores e espaço de comercialização dos seus produtos. Enquanto os entrevistados da Cooperuaçu afirmaram que 7% utilizam a feira como espaço de comercialização, haja vista que a sede da cooperativa fica a 70km do município de Januária/MG. Dando sequência na

discussão sobre os canais de comercialização e as razões para utilizarem esses canais serão apresentados os dados na Tabela 07.

Tabela 07 - Razões para utilizar os canais de comercialização

		Empresa/ indústria	Cooperativa/ Associação	Comércio local (terceiro)	Atravessador	PAA/PNAE	Feira ou comércio próprio
Cooperuaçu	Não utiliza	38%	23%	100%	92%	0%	0%
	Preço	8%	31%	0%	0%	0%	0%
	Tempo de Pagamento	15%	15%	0%	0%	15%	8%
	Frequência de compra	8%	31%	0%	8%	0%	0%
	Logística	8%	62%	0%	0%	0%	8%
	Confiança	8%	69%	0%	0%	0%	8%
	Quantidade	8%	46%	0%	8%	0%	8%
	Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assusbac	Não utiliza	90%	20%	70%	80%	100%	50%
	Preço	10%	30%	20%	10%	0%	40%
	Tempo de Pagamento	0%	20%	20%	10%	0%	40%
	Frequência de compra	0%	20%	10%	10%	0%	10%
	Logística	0%	60%	10%	10%	0%	30%
	Confiança	10%	50%	10%	0%	0%	10%
	Quantidade	10%	50%	0%	0%	0%	20%
	Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Pesquisa "Melhoria no Sistema de Gestão da Produção, e da Qualidade dos Produtos nas Unidades de Processamento de Frutos Nativos e da Agricultura Familiar", 2019.

Os resultados apresentados na tabela acima, podem ser considerados no momento do planejamento estratégico, uma vez que a percepção dos agroextrativistas que concederam as entrevistas tem internalizado como as transações comerciais acontecem em associações é diferente da forma expressa em cooperativas e revelam as razões de utilização dos canais de comercialização.

Para os entrevistados pertencentes à Assusbac, 90% não utilizam a empresa/indústria como forma de comercialização, 70% vendem no comércio local, 80% vendem para atravessadores, 100% dos entrevistados não participam das chamadas públicas para o PAA/PNAE e 50% vendem em feira ou comércio próprio.

Outras variáveis foram destacadas e utilizam os canais de comercialização em virtude do preço, tempo de pagamento, frequência de compra, a logística, a confiança e a quantidade. Os resultados apontam que a logística favorecida pela associação e o acesso à feira pelas instituições, contribuem para favorecer a venda direta dos produtos oriundos da ação coletiva desses empreendimentos.

Os agroextrativistas entrevistados da Cooperuaçu relataram que 38% das vendas diretas não acontecem pela empresa/indústria, o acesso ao PAA/PNAE acontece pela entrega dos produtos à cooperativa, 62% dos entrevistados afirmaram que a logística oferecida pela cooperativa contribui com o escoamento da produção, 69% acreditam e depositam confiança nas relações comerciais estabelecidas pela cooperativa, 100 % das vendas acontecem no comércio local, 92% vendem para os atravessadores e justificam que o pagamento a vista atendem a necessidade imediata.

Ponto comum entre essas organizações, e na própria definição mais originária de composição, é que as instituições são constituídas por pessoas que tem um objetivo comum. Em razão disso um tópico relevante analisado na pesquisa aqui exposta e segue, de certa forma, ao fundo da análise de canais de comercialização, é a visão do extrativista da associação ou cooperativa. Na maioria das vezes, as instituições em estudo são apresentadas como elemento externo ao extrativista. Ele vê na organização da qual faz parte uma contraparte da transação econômica. Em outros termos, no enfoque e sob o prisma das relações econômicas, a organização não pertence ao extrativista.

Essa constatação revela alguns pontos importantes para além da possibilidade de ação oportunista e problemas de coordenação que a falta de pertencimento pode causar, sendo elas: 1. Na maior parte dos casos, as organizações se consolidam juntos a seus associados por vínculos de proximidade logística, não correspondendo ao que se espera, mas se tornando um incentivo econômico. 2. Essas correlações são revigoradas por junção de confiança e reincidência nas transações. 3. No caso da Cooperuaçu, a natureza jurídica da organização pode explicar a maior capacidade em agregar valor à produção e, por consequência, a utilização de artifícios de preços ofertados aos fornecedores. No caso da Assusbac, como essa natureza é diferente, a falta de preço pode criar incentivos para que os associados procurem canais alternativos, por exemplo, as feiras livres.

É importante destacar e conhecer as formas como acontecem o contato dos produtores familiares e os consumidores. O roteiro de questionário do projeto de extensão da UFMG e Unimontes “a melhoria no sistema de gestão da produção e da qualidade em Unidades de Processamento de Frutos Nativos do Cerrado”, objeto de análise nessa dissertação, apresentou aos entrevistados questões referentes à forma de divulgação dos produtos oriundos das agroindústrias familiares e como acontece o

contato e se estabelecem relacionamentos comerciais, sociais, políticos e culturais com os clientes.

Os dados apresentados apontam que 38% dos entrevistados da Assusbac e Cooperuaçu quanto a categoria realização de contato com os clientes, assim sendo, afirmaram realizar contato direto tipo “boca a boca” com seus clientes, 30% utilizam redes sociais como WhatsApp, telefone, Facebook, 13% usam o telefone como tecnologia de acesso aos clientes e 19% não utilizam nenhum canal de comunicação. Quando perguntados quanto a categoria formas de divulgação dos produtos, ou as estratégias utilizadas para a divulgação dos seus produtos, os entrevistados da Assusbac e Cooperuaçu responderam que 38% divulgam seus produtos de boca em boca, 5% usam do Facebook, 5% usufruem do WhatsApp, 5% vendem e levam para fora, 5% utilizam telefone,5% operam das mídias sociais e 37% não responderam.

Embora esse aspecto não tenha sido alvo de análise, um elemento que sobressai é o perfil empreendedor. A busca por oportunidades e canais alternativos de comercialização também está relacionada a aspectos/recursos de natureza humana, ligados às competências e dinâmicas individuais das pessoas que participam da organização.

Em igual importância, deve-se destacar as diferenças nas trajetórias das organizações em estudo. Far-se-á necessário construir um plano de marketing para divulgação dos produtos oriundos da associação e cooperativa como forma de construir canais alternativos de comercialização.

A investigação mostrou que o robustecimento do mercado alternativo leva anos de trabalho e ações na busca de clientes e parceiros, a fim de construir destino para a produção. E, acima de tudo, é preciso buscar formas de inovação e estratégias de aproximação e mudança de consumo na constituição de melhor relacionamento possível entre o par produtor *versus* consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação analisou o Sistema Agroalimentar Localizado através da atuação da Assusbac e Cooperuaçu, para isso foi trilhado o percurso teórico-empírico a partir do debate da Teoria das Convenções, bem como das Novas Ordens Alimentares na análise do: mundo doméstico e as políticas públicas; mundo artesanal como desdobramento do mundo doméstico e as novas alternativas de inserção dos produtos nos canais de comercialização a partir da criação do CSA Peruaçu; mundo cívico e a atuação do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva doo Pequi e Outros Frutos do Cerrado. Ao final foi analisado o Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na região imediata de Januária/MG.

Essas temáticas e a organização das lideranças na governança local dos Arranjos Produtivos Locais têm proporcionado e favorecido aos agroextrativistas a criação de alternativas e vínculos com mercados locais para a existência do sistema agroalimentar localizado na região.

É possível observar que as ações e discussão do Sistema Agroalimentar Localizado no Brasil tem propiciado a inclusão de temáticas importante como: Agricultura, Alimentação, Consumo, Sistema Produtivo Local, Saúde Pública e Nutrição, Desenvolvimento Territorial, Ativação Territorial, Segmentação de Mercados, Aproximação Produtor versus Consumidor, Multifuncionalidade da Agricultura, Qualificação dos Produtos e Agroindústrias Rurais, dentre outros.

Ao trazer a discussão da temática SIAL e as Novas Ordens Alimentares para o Norte de Minas e para região imediata de Januária/MG, a partir da análise dos canais de comercialização da Assusbac e Cooperuaçu enquanto entidades jurídicas pretendeu verificar como a metodologia analítica do SIAL pode refletir as práticas de consumo por meio dos canais curtos de comercialização, como tem contribuído para o desenvolvimento regional e entender sobre o papel e acesso das políticas públicas de apoio à agricultura familiar tem proporcionado diversificação da renda para os agricultores familiares.

Pode-se afirmar que a oportunidade que as redes alternativas alimentares têm proporcionados aos agroextrativistas e lideranças pertencentes da Assusbac e da Cooperuaçu, surgiram em razão da falta de acesso às políticas públicas como as compras institucionais e como forma de escoamento e distribuição dos alimentos

oriundos das agroindústrias familiares. O acesso, os limites e as potencialidades das políticas públicas retratadas na pesquisa realizada apontaram que a demora na efetivação do pagamento pela entrega e a produção dos alimentos entreguem nas escolas e outras instituições pelo PNAE serviram para desmotivar e desarticular o sistema produtivo local. O formato de cofinanciamento dos CO-AGRICULTORES e a aproximação dos produtores e consumidores deram esperanças e propiciaram uma nova forma estabelecer relações entre os pares de forma mais ética, humanizada e sustentável.

Nesse sentido, a região imediata de Januária/MG, localizada na região semiárida, poderá vir a ser reconhecida como espaço criação de alternativa de convivência com a seca e de possibilidade de criação de tecnologia social de acesso, escoamento da produção e conexão com os consumidores. Servirá ainda de possibilidade de se pensar metodologias de aproximação entre produtores e consumidores por meio de ações educativas e politizadoras, que poderão orientar as práticas produtivas da região.

Como ação propositiva e sugestiva para as políticas públicas voltadas para a região imediata de Januária/MG que seja criada uma parceria pública privada, um contrato de parceria (representantes da sociedade civil, poder público, universidade, empresa alimentícia) na criação de marca e que centralize a produção, a gestão e o processamento de frutos do Cerrado nessa unidade. As associações e cooperativas localizadas no entorno, com proximidade geográfica e proximidade organizacional irão abastecer de matéria-prima e participarão no conselho administrativo. Esse conselho será paritário e deliberativo. Assim sendo, esse protótipo servirá de referência na criação de produtos, governança e posterior criação de indicação geográfica. Servirá ainda de aproximação da ação estatal junto aos agroextrativistas para apoiar o Arranjo Produtivo Local reconhecido pela SEDE/MG e projetar ações prospectivas do Sistema Agroalimentar Localizado com a governança da sociedade civil e rede de parceiros vinculada ao Território Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, a Rede Núcleo do Pequi e do Conselho Diretor Pró-pequi.

Diante da dificuldade de financiamento e acesso aos recursos para a operacionalização das dinâmicas produtivas locais e a distribuição de alimentos na forma alternativa de comercialização, é importante que os movimentos sociais, rede de parceiros e os atores institucionais possam criar metodologias de formação e manutenção de um Fundo Rotativo Solidário (FRS). O Fundo teria como objetivo

operacionalizar mecanismos de incentivo e monitoramento (governança) da rede de associações e cooperativas agroextrativistas que formam o Núcleo Gestor do Pequi.

Na perspectiva de contribuir com a discussão sobre as novas ordens alimentares, sistema agroalimentar localizado, os circuitos curtos e regionais de comercialização da Assusbac e Cooperuaçu, bem como a visão dos agroextrativistas e lideranças das instituições pesquisadas possam refletir sobre a segmentação dos mercados locais e regionais, a necessidade de diversificação das atividades da agricultura familiar para pensar a superação da pobreza e contribuir na promoção da soberania alimentar e nutricional, principalmente a inserção dessas temáticas no âmbito acadêmico e nos espaços institucionais de fortalecimento do Arranjo Produtivo Local de apoio a Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado.

Assim sendo, espera-se que essa dissertação possa contribuir para validar os conhecimentos e apoiar as estratégias de atuação das associações e cooperativas localizadas na região imediata de Januária/MG, na busca pela ressignificação dos produtos regionais e agroecológicos, e por retratar as dificuldades de acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar poderá contribuir no planejamento das ações públicas dos órgãos institucionais atuantes na região.

ANEXOS

Anexo 1

Slow Food®

Slow Food Foundation
for Biodiversity

Slow Food Foundation for Biodiversity
Official Headquarters: Georgofili Academy, Logge Uffizi Corti 50122 Florence, Italy
Main Office: Via della Mendicità Istruita 14 - 12042 Bra (CN), Italy
Tel. +39 0172 419701 Fax +39 0172 419725
www.slowfoodfoundation.com - foundation@slowfood.it

Anexo 2

Protocolo de Produção da Fortaleza do Pequi do Norte de Minas (fruto in natura e derivados)

Art. 1 Denominação e tipologia de produto

- **Pequi (fruta)**. Fruto do pequizeiro (*Caryocar brasiliense* Camb.), o pequi possui, normalmente, de 1 a 4 caroços ao seu interno, visíveis após o corte da casca (epicarpo). O caroço é arredondado, tem cerca de 3 a 4 cm (esse tamanho pode variar). Possui polpa carnosa e oleosa, de cor amarelo intensa, que envolve um endocarpo lenhoso (casca interna) com inúmeros espinhos, dentro da qual se encontra a semente ou castanha.

Art. 2: Zona Geográfica de produção

- As comunidades que participam atualmente deste protocolo se encontram na área administrativa do município de **Januária**, território Norte de Minas Gerais.

Art. 3: Referências históricas

- O pequi é um recurso de grande importância para as comunidades de agricultores e extrativistas do Norte de Minas Gerais. A utilização e consumo do fruto remetem aos povos originários deste território, que desenvolveram as primeiras técnicas de extração artesanal do óleo e que faziam uso frequente do fruto na estação. As populações que se instalaram posteriormente na região adotaram estas práticas e organizaram sua subsistência com base nos recursos naturais da fauna e flora local. O pequi fornece alimento nutritivo em abundância, além do óleo para cozinhar. É hoje, definitivamente, o mais consumido dentre os frutos do Cerrado, presente na alimentação cotidiana das comunidades do norte mineiro. Além disso, representa uma fonte de renda básica para vários núcleos de produtores familiares extrativistas, chegando a superar a metade da renda anual destas famílias. A qualidade do pequi do Norte de Minas é reconhecida em outras regiões do Brasil e a demanda crescente é influenciada pela difusão de informações sobre os seus benefícios para a saúde e o interesse pelos frutos nativos na gastronomia. O pequi ainda hoje provém quase em maioria da atividade extrativista e seu consumo e comércio é sobretudo local, sendo distribuído para as capitais e outras regiões por atravessadores e comerciantes.

Art. 4: Características de solo e clima da área de produção

- A região produtora de pequi compreende as áreas de **Cerrado do Norte de Minas Gerais**, com vegetação predominante de gramíneas (capins), arbustos e árvores tortuosas, com cascas duras e grossas, folhas também duras, ásperas ou com pêlos e raízes muito profundas. Os solos do Cerrado são avermelhados (grande presença de óxido ferroso) e com pH baixo (solos ácidos), ampla diversidade de rochas calcárias que formam grutas e cavernas. A temperatura média anual oscila entre 18°C e 23°C, enquanto as chuvas,

concentradas nos meses de setembro a abril, são pouco abundantes, com índice pluviométrico anual em torno de 1.450 mm.

Art. 5: Técnica de manejo, adubação e cultivo.

- O pequi coletado é proveniente da atividade extrativista. No entanto, alguns cuidados com o manejo interferem positivamente na produção. Nos casos onde os pequizeiros estão próximos das residências, é utilizada a adubação orgânica com esterco animal (proveniente de criação própria) e cobertura morta (resto de poda e capina).
- As plantas espontâneas que nascem ao redor do pequizeiro devem ser mantidas, pois estabelecem uma convivência natural benéfica para ambas.
- O pequi pode ser produzido em áreas de manejo agroecológico (como a área presente no território que corresponde aos produtores do Peruaçu - Januária), consorciado com outros frutos do Cerrado e espécies exóticas adaptadas.
- A produção de muda é realizada utilizando os caroços da despolpa (frutos não cozidos) e de frutos coletados para esse fim. As sementes podem ser colocadas em um saco ou recipiente com água para “amolecer” (processo fermentativo), o que ajuda a quebrar a dormência. A germinação é feita em sementeiras com uma mistura de areia e substrato (ou somente areia). As árvores plantadas por semente começam a produzir depois do quinto ano de vida.
- Entre os produtores não são utilizadas substâncias para o controle de pragas ou doenças nas plantas.

Art. 6: Colheita e transporte

- Coleta-se somente os frutos caídos naturalmente da árvore, este é o momento em que estão no ponto para o consumo. A derrubada do fruto do pé, arrancando ou utilizando varas e instrumentos de poda podem ser prejudiciais para a planta e não deve ser realizada em nenhuma hipótese. Da mesma forma, não se devem quebrar os galhos do pequizeiro, pois as feridas facilitam a entrada de doenças e insetos e podem levar a morte da planta.
- Já na colheita são selecionados os frutos sadios, carnosos e avermelhados, enquanto os frutos rachados ou abertos são deixados no local como reserva natural, para reprodução da planta e alimentação animal. No caso só haja frutos sadios, é importante deixar assim mesmo certa quantidade de frutos para esse fim.
- Os frutos coletados são colocados em um saco, balaio, balde ou carrinho de mão.
- Os frutos são perecíveis, portanto o transporte deve ser feito no menor tempo possível. Alguns trajetos menores, como do local da colheita até a comunidade, entreposto ou mesmo até o local de venda ou cooperativa são feitos com carrinhos de mão, balaios, sacos e carroças. Os frutos podem ser acondicionados em caixas plásticas, sacos, baldes e outros recipientes e carregados em veículo a motor (carro, caminhão) ou a tração animal. Também costumam ser despejados diretamente em carroças (nesse caso é importante evitar a sobrecarga para não danificar os frutos com o excesso de peso).

Art. 8: Recepção, estocagem e manipulação

- A recepção dos frutos é mais uma ocasião para avaliar a qualidade do fruto e o estado de maturação. Dessa forma, é possível identificar frutos que devem ser descartados e dividir entre aqueles que podem ser armazenados (fruto do dia, mais duro) e os que precisam ser processados imediatamente (fruto com mais dias).
- Os frutos podem ser estocados em local coberto próprio para esse fim, dentro de bandejas ou caixas plásticas, em ambiente fresco e ventilado, sem contato com o solo e protegido de animais e insetos.
- A limpeza do fruto consiste em uma primeira lavagem com água corrente para retirada do excesso de poeira, terra e folhas, fazendo uso de uma escova quando necessário. Podem ser usadas mesas de lavagem ou tanques com escoamento de água.
- Uma nova seleção dos frutos é feita para classificar o pequi de acordo com o uso: os frutos mais firmes e íntegros são destinados para a produção de polpa em conserva ou para congelamento, pois tem melhor textura e aspecto visual. Frutos com amolecimento excessivo da casca e caroços menos viçosos são usados para produção de creme, óleo da polpa e polpa desidratada. Os frutos danificados, comidos por insetos, muito maduros ou apodrecidos podem ser aproveitados para a retirada da castanha.
- Antes do beneficiamento, os frutos devem ser sanitizados para diminuir ou eliminar a carga de micro-organismos da casca, que podem contaminar o produto na manipulação. Os frutos são imersos em um tanque ou caixa contendo água clorada (mistura de água com solução comercial de hipoclorito de sódio) em temperatura ambiente por 10 minutos. O percentual de diluição depende da concentração de “cloro livre” ou “cloro ativo” no produto (a dose para 100 litros numa concentração de 5% é de 200 ml). A água clorada deve ser renovada a cada ciclo de 5 imersões ou quando se julgar inapropriada para uso. É fundamental o utilizo de luvas de borracha e máscara protetora para manipulação desta substância.
- Após a sanitização, é necessário realizar o enxágue dos frutos para retirada do excesso de cloro na casca. Este processo pode ser feito utilizando água com uma dose de cloro 10 vezes mais diluído do que na etapa anterior.
- Feito o enxague passa-se a roletagem dos frutos: um corte na casca utilizando-se facas de aço inox para retirada do caroço. É importante tomar cuidado para não atingir o interno com a lâmina. Usam-se luvas de látex ou borracha para essa operação. Os caroços retirados são acondicionados em bandejas, enquanto as cascas são destinadas para produção de adubo ou suplemento para alimentação animal.
- Os caroços retirados são novamente selecionados de acordo com seu aspecto visual e textura. Os frutos mais sadios, sem manchas e de maior tamanho são selecionados para o congelamento e produção de conservas. Frutos com manchas escuras ou danificados pela roletagem são selecionados para extração do óleo e desidratados. Frutos com sinais de ataques de insetos ou larva, ou com danos maiores na polpa são descartados ou selecionados para extração da amêndoa.
- Daqui os frutos podem ser despolpados manualmente com a ajuda de uma faca ou levados diretamente para o branqueamento. O branqueamento consiste na imersão dos frutos ou da polpa em água fervente, pura e limpa, por 5 minutos, numa panela ou tanque de aço inox com cesto removível. Em seguida, são

resfriados em água fria, em tanques ou sobre jato de água corrente. É importante remover o excesso de água, deixando o pequi secar em uma tela simples, à temperatura ambiente.

Art. 9: Polpa ou caroço inteiro congelado

- No caso de congelamento, os frutos ou polpa são empacotados em embalagem plástica (polietileno de alta densidade PEHD - espessura mínima 0,10mm), com fechamento à vácuo ou seladora e levados imediatamente para câmara fria ou congelador (pelo menos -10ºC). Desta forma, podem ser armazenados por até 12 meses.

Art. 10: Polpa ou caroço inteiro em conserva

- Após sanitização, branqueamento e secagem, a polpa ou caroço são porcionados e acondicionados em potes previamente esterilizados com água fervente ou vapor. A quantidade de pequi corresponde, geralmente, à metade da capacidade do pote em peso (ex: para um pote com capacidade para 500gr deve-se acondicionar 250gr de pequi).
- Em seguida, adiciona-se a salmoura ácida, que deve ser preparada com a proporção de 90 gramas de ácido cítrico (0,9%) e 400 gramas de sal de cozinha (4%) para cada 10 litros de água. A salmoura deve ser aquecida até à fervura e adicionada nos potes ainda quente, manualmente ou com dosador.
- Os vidros preenchidos são submetidos a um processo de exaustão e fechamento que pode ser feito em túnel de exaustão ou banho maria, por 15 minutos à temperatura de 82ºC. Em seguida, passam para o tratamento térmico final imersos em água fervente por 15 minutos. Depois disso podem ser resfriados e armazenados.

Art:11: Polpa desidratada

- A polpa proveniente dos frutos frescos e sadios pode ser desidratada em desidratador solar, à gás ou elétrico, seguindo os tempos e temperaturas de referência (solar de 50 a 60 ºC por 8 a 10 horas e gás e/ou elétrico, de 65 a 75 ºC por 5 a 7 horas).
- Em seguida, pode ser embalada e armazenada ou utilizada para outras preparações, triturada ou não, como condimentos, farinhas, paçocas, entre outros.

Art. 12: Creme de pequi

- Para a produção do creme a polpa é cozida em panela ou tacho por cerca de 30 minutos, em seguida levada ao liquidificador, peneirada e levada novamente ao fogo com sal e temperos (no caso da versão com ervas) para apurar. O creme é colocado em recipientes de vidro e passa pelo processo de exaustão e esterilização descritos na conserva.

Art. 13: Amêndoa ou castanha do pequi

- Para a produção das castanhas podem ser usados os caroços crus (não cozidos, despolpados ou provenientes do descarte do fruto inteiro) ou cozidos (caroços que foram utilizados para obtenção do óleo), resultando em produtos com características diferentes.
- Quando mais rápida for a abertura do caroço melhor a qualidade do produto, mas é possível armazenar os caroços por um breve período desde que sejam secos ao sol, sob tela suspensa, protegida do contato com o solo, poeira e animais.
- A abertura dos caroços pode ser feita com guilhotina simples (que pode ser confeccionada pela adaptação de um facão ou outra lâmina), tomando cuidado com os espinhos no manuseio.
- A amêndoa retirada pode ser congelada diretamente para processamento futuro ou então desidratada, utilizando secador solar, a gás ou elétrico. Este processo é importante para aumentar o seu tempo de conservação.
- A castanha desidratada pode ser comercializada como produto *in natura* desidratado ou ser destinada a torrada ou caramelização. A torrefação, torra ou torragem é um processo opcional que aumenta a vida útil do produto e intensifica o seu sabor. Pode ser feita em tacho aquecido sob fogo direto, controlando o ponto pela cor, textura e sabor ou em secadores de alta temperatura (120ºC por 2 horas). A salga também é opcional e pode ser feita com adição de sal comum após a torra, ou pulverizando salmoura sobre as castanhas durante a secagem.

Art:14: Óleo da polpa

- Os caroços que foram escolhidos para a produção do óleo (rejeitados no processo anterior, mas em bom estado de conservação, sem sinais de apodrecimento ou ataque de pragas) são cozidos por cerca de 40 minutos em panela ou tacho, de preferência de inox. Em seguida são despolpados usando uma faca, ralador ou despolpadeira.
- A polpa retirada é macerada em tanque ou recipiente apropriado ou triturada no liquidificador. Pode-se adicionar um pouco de água para facilitar o processo. A polpa é transferida (no caso do uso de liquidificador) para um tanque ou recipiente para diluição.
- A diluição consiste na adição de água resfriada (entre 15 e 20ºC) à pasta de polpa e agitação constante e lenta da mistura.
- Após alguns minutos de agitação, deixa-se a mistura em repouso. A partir daí, começam a se formar pequenas porções de óleo na superfície, que são recolhidas manualmente com o auxílio de uma colher ou espumadeira e transferidas para outro recipiente.
- A massa de óleo recolhida na etapa anterior é então aquecida em banho maria por 40 a 60 minutos para eliminação do resíduo de água. Não é recomendado aquecer o óleo em fogo direto, pois a temperatura excessiva prejudica as propriedades nutricionais do alimento, além de modificar suas propriedades físicas, como sabor, cor e aroma.
- O óleo é então filtrado utilizando um coador de algodão ou outro material e armazenado em local apropriado, com temperatura amena e protegido da luz do sol.

Art:15: Óleo da castanha

- Para a retirada do óleo da castanha, as mesmas são trituradas utilizando pilão, liquidificador, trituradores ou quebradores comerciais. As castanhas podem ser aquecidas (é importante não ultrapassar os 80ºC) para facilitar a liberação do óleo, processo que modifica também o seu sabor. Em seguida a polpa obtida é prensada utilizando prensa mecânica elétrica ou manual. O óleo bruto é decantado e em seguida filtrado e está pronto para ser armazenado.
- O processo tradicional prevê o cozimento da polpa triturada das castanhas com adição de água, para retirada manual do óleo que sobe à superfície.
- A torta (resíduo da retirada do óleo) é um interessante produto com valor nutricional e potencial para aplicação culinária. ele pode ser desidratado e vendido como farinha ou utilizado para o preparo de outros produtos, como granolas, bolos, biscoitos, etc.

Art:16: Características organolépticas indenitárias do produto.

- Pequi *in natura*: casca firme e lisa, sem rachaduras, cor verde amarronzado.
- Polpa ou caroço congelado: polpa amarelo ouro sem manchas, textura firme.
- Polpa ou caroço em conserva: polpa amarelo ouro sem manchas, textura firme.
- Polpa desidratada: coloração amarelo ouro, baixa umidade, perfume intenso, sem ranço.
- Creme de pequi: cor amarelo ouro, massa homogênea.
- Castanha de pequi: textura crocante, cor esbranquiçada ou amarronzada (se cozida).
- Óleo da polpa: cor laranja avermelhado, límpido, sem trações de água ou sólidos.
- Óleo da castanha: esbranquiçado, límpido, aroma tostado.

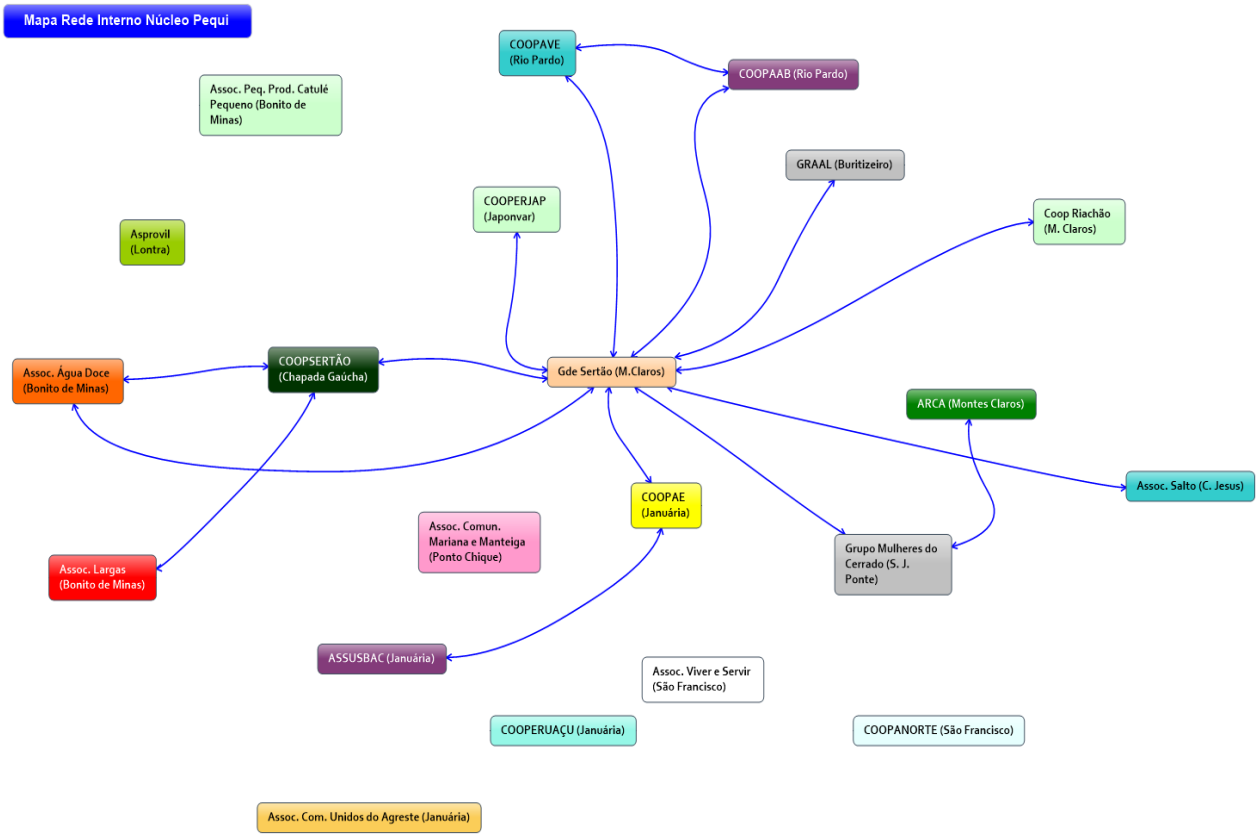
Art.17: Embalagem

- Pequi *in natura*: sem embalagem ou com saco tipo rede “raschel”.
- Polpa ou caroço congelado: embalagens plásticas à vácuo ou seladas com etiqueta.
- Polpa ou caroço em conserva: potes de vidro com tampa e etiqueta.
- Polpa desidratada: saquinhos com etiqueta ou vidros com tampa e etiqueta
- Creme de pequi: potes de vidro com tampa e etiqueta.
- Castanha de pequi: potes de vidro com tampa e etiqueta ou saquinhos plásticos com etiqueta.
- Óleo da polpa: vidros de boca larga com tampa e etiqueta.

Óleo da castanha: vidros de boca larga ou garrafinhas com tampa e etiqueta.

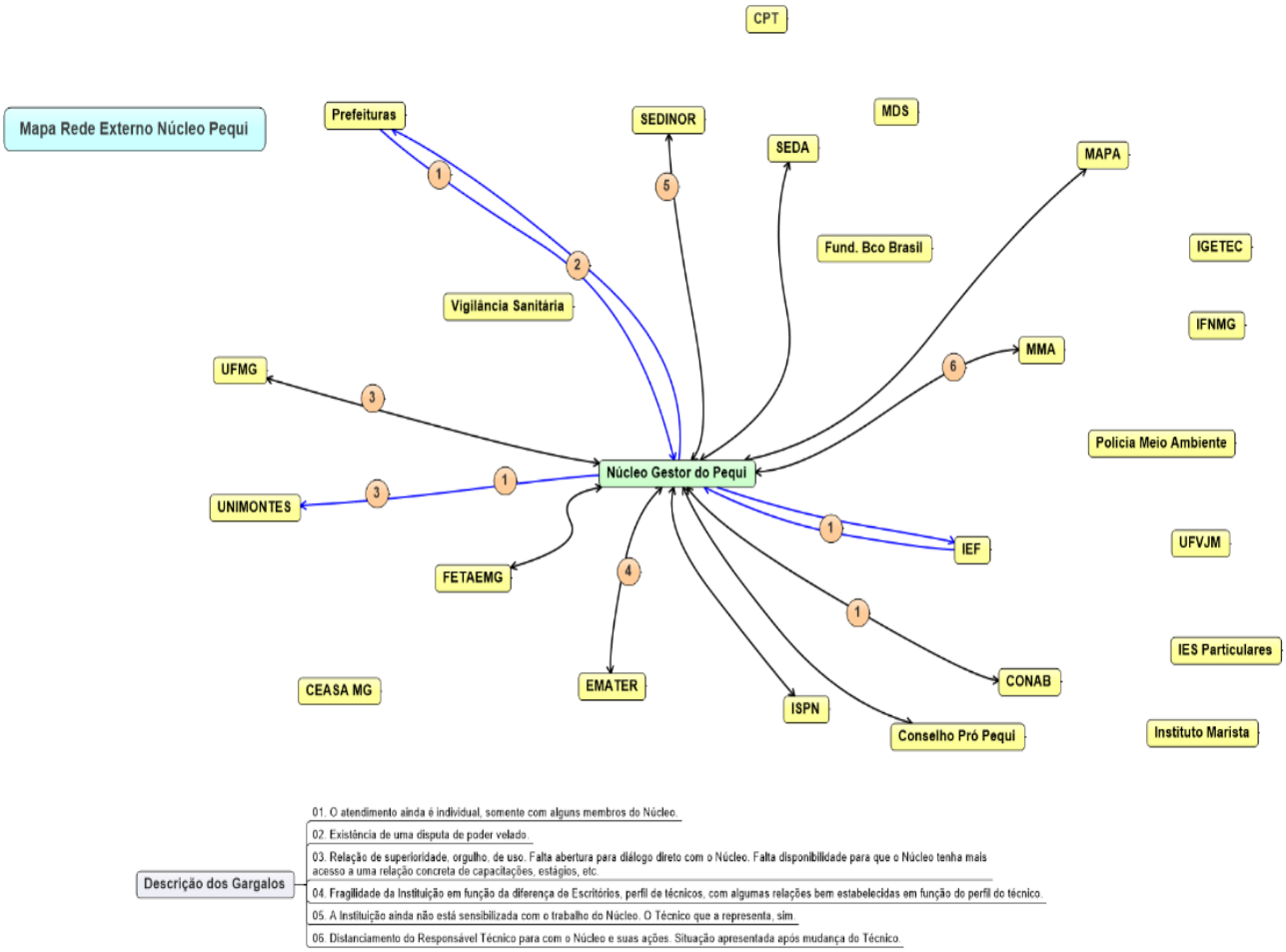
Anexo 3

FLUXOGRAMA – 01 MAPA REDE INTERNA DO NÚCLEO DO PEQUI



Anexo 4

FLUXOGRAMA 02 - MAPA REDE EXTERNA DO NÚCLEO DO PEQUI



Anexo 5

Quadro com informações de instituições apoiadoras e ações – Assusbac

Instituições apoiadoras	**AÇÕES DESENVOLVIDAS**
Cáritas Diocesana de Januária	Estimulou a trabalhar em parceria. Foi uma escola e o pilar para a Assusbac e os preparou para dar continuidade ao projeto de revitalização do Rio dos Cochos. Trouxe parceiros, Emater, IEF etc., capacitação e captação de parcerias para Assusbac.
Misereor (Alemanha)	Apoia e fortalece iniciativa própria nos países do sul. Através de projeto elaborado pela Cáritas, proporcionou (patrocinou) a execução do projeto de Revitalização da Sub-Bacia do Rio dos Cochos.
COOPERJAP	Escoamento da produção de Pequi e Outros Frutos do Cerrado no período de 2004, 2008, 2009 e assistência técnica de um engenheiro de alimentos para a adequação dos processos de higienização dos frutos do Cerrado.
Cooperativa Grande Sertão	Comercializa produtos da Associação. Articula projetos para equipamentos, relação de parcerias e cooperados.
ARAJAN	Assessoria e escoamento da produção de mel por meio das compras públicas PAA e PNAE.
Núcleo do Pequi	Espaço formativo, de fortalecimento, capacitações, repasse de embalagens. Espaço de fortalecimento é muito mais que parceiro, motivação para continuar.
Univers. Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Lavras	Oferece suporte nas demandas de análise de produtos, ambiente de produção e acompanhamentos produtivos. Projetos de extensão de estudo sobre propagação de plantas, formação de pomares experimentais, explorar a diversidade genética e a produção de frutos, avançar na domesticação do pequi, cajuzinho do mato e coquinho azedo.
Inst. Federal Norte de Minas – IFNMG/INCUBATES	Capacitações em produção, gestão organizacional e boas práticas de fabricação, palestras, colaborações de estudantes.
Conselho Diretor Pró-pequi	Tem representação e participação ativa, há dificuldade de criação de estratégia de trabalho claro, processo de apoio moroso nas decisões, mas estabelece vínculos com órgãos públicos e parceiros.
Instituto Estadual de Floresta – IEF	Trabalho inicial de cercamento de veredas, produção de mudas frutíferas.

Codevasf	Foi apresentada por meio da Cáritas, conseguiu emendas parlamentares com recursos para colmeias e equipamentos. Projeto de Implantação de atividades de beneficiamento e apoio de estruturação a adequação higiênico sanitária de empreendimentos sociais comunitários do norte de MG.
SEBRAE	Proporciona assessoria técnica, cursos Cooperativismo e Associativismo, Plantas medicinais, Gestão de propriedades entre outros.
SENAR	Cursos voltados para a apicultura e de boas práticas de processamento dos Frutos Nativos do Cerrado.
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Januária	Apoio geral na apicultura da região e na execução do Programa de Revitalização da sub-bacia do Rio dos Cochos.
ISPN- PPP- Ecos.	Apoio à projeto de aquisição de equipamentos
Emenda Parlamentar do Dep. João	Apoio na apicultura e doação de equipamentos
Emater	Assistência Técnica na articulação do Programa de revitalização da Bacia do Rio dos Cochos
Articulação Nacional do Semiárido ASA	Implantação de cisternas de placas e cisternas calçadão para melhorar o sistema de produção.

Anexo 6

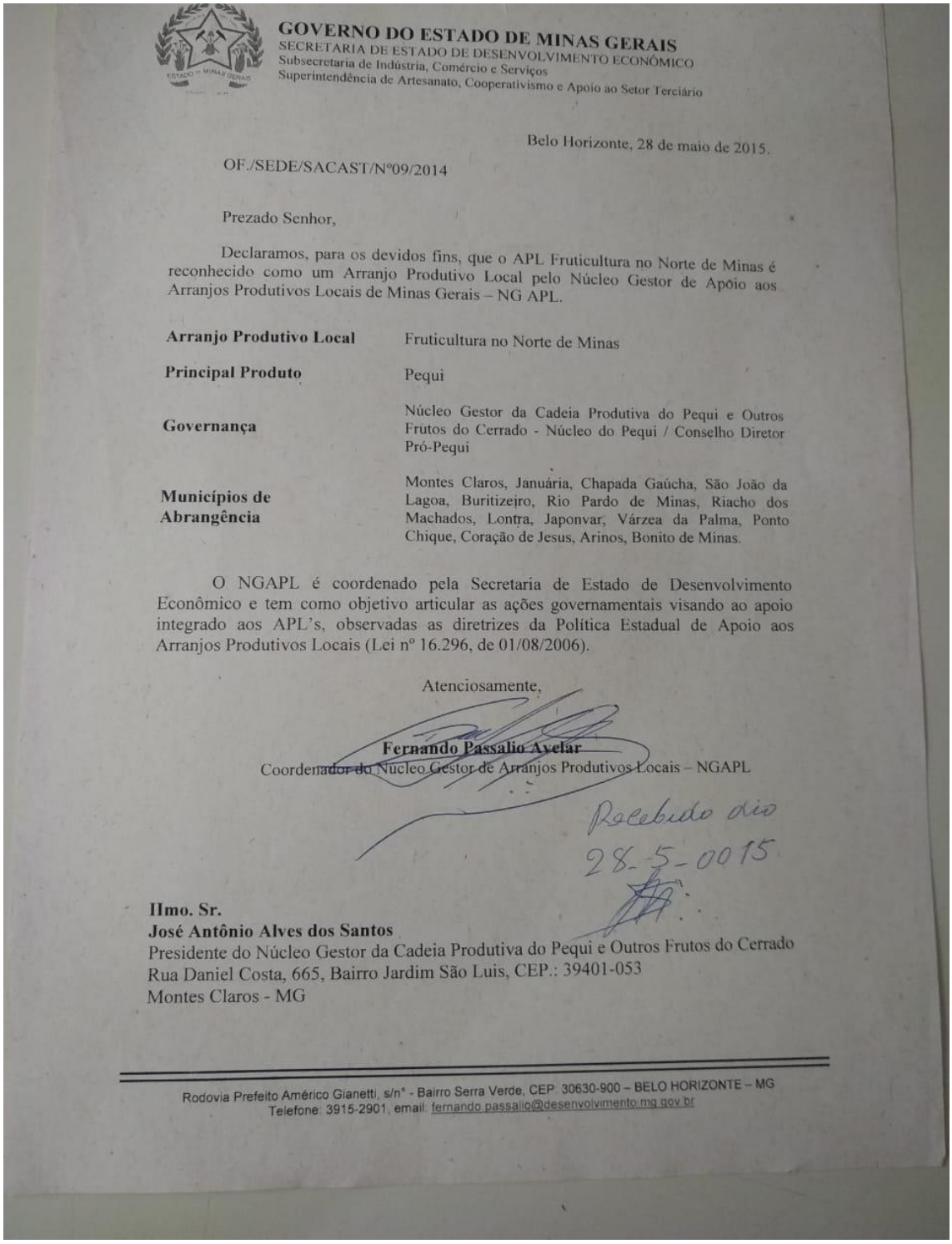
Quadro das Instituições/apoiadoras e as ações Desenvolvidas pela Cooperuaçu

Instituições /Apoiadoras	Ações desenvolvidas
Cooperativa Grande Sertão - CoopSertão	Escoamento da produção por meio da comercialização dos produtos da Cooperativa, articulação de projetos para aquisição de equipamentos, relacionamento baseado em parceria e cooperado. Capacitações voltadas para manejo e beneficiamento de frutos do Cerrado e Boas práticas de fabricação.
Cáritas Diocesana de Januária	Apoio na execução de projetos, estímulo ao trabalho em parceria, elaboração de propostas de recuperação de nascentes, atrai parceiros como ONG's, Universidades etc.
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Conseguiu emendas parlamentares com recursos para aquisição de caminhão e outras demandas. Realiza visitas e incentiva as unidades de beneficiamento
Conselho Pró-Pequi	A cooperativa possui representação no Conselho importante espaço de discussão para fortalecimento de políticas públicas. Contribui para participação em feiras e eventos.
Centro de Agricultura Alternativa – CAA	Contribui com implantação de projetos ATER Agroecologia, proporciona espaço de participação em feiras agroecológicas.
ARAJAN	Parceria no processo de comercialização do mel
SENAR	Realização de diversos cursos em diferentes segmentos de mercado
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN	Aquisição de equipamentos, custeio para participação em cursos e eventos, cartilhas do Cerrado.
Deputado Pe. João	Viabilização de casa de farinha, cadeiras, caixa de som, poços artesianos equipados por meio de emenda parlamentar.
Núcleo do Pequi	Espaço formativo, de fortalecimento, capacitações, repasse de embalagens.
Univers. Federal de Minas Gerais – UFMG,	Oferece suporte nas demandas de análise de produtos, ambiente de produção e acompanhamentos produtivos.
Inst. Federal Norte de Minas – IFNMG	Inicialmente foi feito o diagnóstico, criação do Núcleo de Estudo em Agroecologia – NEA com atuação direta com as famílias do Peruaçu e NEA Extrativismo com capacitações, orientações e aquisição de equipamentos, desenvolvimento técnico, cessão de

Instituições /Apoiadoras	Ações desenvolvidas
	salas para eventos, palestras, viagens técnicas, entre outros.
Instituto Estadual de Floresta - IEF	Trabalho inicial de cercamento de veredas.
WWF	Parceiro atua fortemente na cooperativa com apoio por meio de programas, projetos, concessão de equipe técnica, entre outros.
SEBRAE	Proporciona assessoria técnica, cursos Cooperativismo e Associativismo, Plantas medicinais, Gestão de propriedades, entre outros.
Fundação Pró-Natureza Funatura	Proporciona cursos diversos e executa projetos.
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBIO	Contribuiu na aquisição do selo de origem dos produtos Cooperuaçu.
Central do Cerrado	Parceiro na comercialização de frutos do Cerrado e processos produtivos.

Anexo 7

Ofício de Reconhecimento do Arranjo Produtivo Local – Fruticultura no Norte de Minas Gerais – 28 de Maio de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços
Superintendência de Artesanato, Cooperativismo e Apoio ao Setor Terciário

Belo Horizonte, 28 de maio de 2015.

OF./SEDE/SACAST/Nº09/2014

Prezado Senhor,

Declaramos, para os devidos fins, que o APL Fruticultura no Norte de Minas é reconhecido como um Arranjo Produtivo Local pelo Núcleo Gestor de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais – NG APL.

Arranjo Produtivo Local	Fruticultura no Norte de Minas
Principal Produto	Pequi
Governança	Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado - Núcleo do Pequi / Conselho Diretor Pró-Pequi
Municípios de Abrangência	Montes Claros, Januária, Chapada Gaúcha, São João da Lagoa, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Lontra, Japonvar, Várzea da Palma, Ponto Chique, Coração de Jesus, Arinos, Bonito de Minas.

O NGAPL é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e tem como objetivo articular as ações governamentais visando ao apoio integrado aos APL's, observadas as diretrizes da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Lei nº 16.296, de 01/08/2006).

Atenciosamente,

Fernando Passalio Avelar
Coordenador do Núcleo Gestor de Arranjos Produtivos Locais – NGAPL

Recebido dia 28-5-0015

IImo. Sr.
José Antônio Alves dos Santos
Presidente do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado
Rua Daniel Costa, 665, Bairro Jardim São Luis, CEP.: 39401-053
Montes Claros - MG

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº - Bairro Serra Verde, CEP: 30630-900 – BELO HORIZONTE – MG
Telefone: 3915-2901, email: fernando.passalio@desenvolvimento.mg.gov.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER. Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai. /ago. 2010, p. 268-306.

AFONSO, S. R. **A Política Pública de Incentivo à Estruturação da Cadeia Produtiva do Pequi** (Caryocar Brasiliense). Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

AGRAWAL, A. **Common property Institutions and sustainable governance of resources**. World Development, v. 29, n. 10, p. 1649-1672. 2001.

ALLAIRE, G. A Crítica Social dos Mercados: O caso do valor dos alimentos locais. In: Marques, F.; Conterato, M. e Schneider, S. (Org.). **Construção de Mercados para a agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Tradução Regina Vargas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016, p. 251-273.

ARQUIVO NACIONAL. **Mapa da província de Januária, segundo projeto de divisão político-administrativo do Brasil durante o período imperial,1873**. Disponível em: https.//t.co/03ly0ld992. Acesso em: 25 jul. 2020.

AZEVEDO, E. de. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 3, p. 81-98, jul-set. 2015.

BARBOSA, L.D; GIANASI, L. (2017). Pequi, controvérsia nas Leis de preservação da espécie em Sete Lagoas - MG e o impacto nas relações de venda e consumo local. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Curitiba. ISSN: 1980-4555.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R. **A agricultura familiar no Brasil**: agricultura familiar e sistemas de produção. Campinas: FAO/INCRA, 2000.

BRASIL. **Lei nº 5.674 de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 25/07/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. **Lei nº 10.406**, **de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Estabelece e define que as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. (Introdução e Conclusão "A força da crítica").

CANDIDO, P. A; MALAFAIA, G.C; REZENDE, M.L. A exploração do Pequi na Região Norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado. Revista IDeAS – **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v.5, n.2, p.118-138,2012.

CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, Luiz.F.C.; MOREIRA, Roberto.J.; BRUNO, Regina. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARRAZZA, L. Tecnologias Sociais Agroextrativistas como Estratégia de conservação e Desenvolvimento Local. In **Tecnologias Sociais**: Caminhos para a sustentabilidade/. Aldalice Otterloo [*et al.*]. – Brasília/DF: s.n, 2009. 278 p. (p.264-277).

CARVALHO, I. S. H. **Potenciais e Limitações do Uso Sustentável da Biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas Gerais. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológica - econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CHAMPREDONDE, M. La valorización de la tipicidad cultural y territorial de productos mediante certificaciones en países de América Latina. Argentina, INTA. Disponível em: https://inta.gob.ar/sites/default/files/script-tmp inta_valorizacion_de_la_tipicidad_cultural_y _territor.pdf. Acessado em 26/08/2020.

CHIFFOLEAU, Y; TOUZARD, J.M. Understanding local agri-food systems through advice network analysis. **Agriculture and Human Values**, v. 31, n. 1, p. 19-32, 2014.

COSTA DA CRUZ, G; Magalhães, E; Galizoni, F. M (2019). Semiárido, Seca e “gerais” do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, v.13, n. 31, p. 29-56, dez, 2018

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, 10(2), 8-13, 2013.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira**: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Texto para discussão. Nº1095, IPEA: Brasília, 2004.

DUTRA, R. M. S. D; SOUZA, M.M. O. S. Agroextrativismo e geopolítica da natureza: alternativa para o Cerrado na perspectiva analítica da cienciometria. **Ateliê Geográfico** – Goiânia-GO, v.11, n.3, dez/2017, p.110-133.

DUBUISSON-QUELLIER, S; LAMINE, C.; LE VELLY, R. Is the consumer soluble in the citizen? Mobilization in alternative food systems in France. **Sociologia Ruralis**, v. 51, n. 3, p. 304-323, 2011.

ESCHER, FABIANO. **Resenha das Novas Ordens Alimentares**, Estudos Sociedade e Agricultura, V. 27, nº 1, p.215-224, fev. 2019.

FISCHLER, C. **L'homnivore**. Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

FANTINI, A; ROVER, O.J; CHIODO, E.; ASSING, L. Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia”-S.C/Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.56, n.3. Brasília, jul./set. 2018.

FREITAS, C. S. **Experiência de comercialização agroextrativista dos agricultores familiares do Rio dos Cochos, Januária/Cônego Marinho** – MG, 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GALIZONI, F.M. **Águas da Vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 8ª edição. Editora Record, 2004, 57p.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017/IBGE 2017, Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, 82p. Disponível em: http.//www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____**Panorama–Januária.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/panorama. Acesso em: 28 abr. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Cadernos do Patrimônio. Inventário Cultural do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2015. 115 p.

JUNQUEIRA, A. H; MORETTI, S.L. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n.3, p.517-538, out.2018.

LOPES, P. S. n.; MAGALHAES, H.M; MOURA, R.C.; FARIAS, T.M.; BRANDÃO JR, D. S. Frutos do Gerais. In: **Histórias dos gerais**, (org.) Ribeiro, Belo Horizonte: Editora UFMG,2010, p. 261-290.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis. Vozes, 2007.

_____ Mercados Agroalimentares e Agricultura Familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.25, nº1, abr. 2004

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**: Procedimentos Básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos, 7ª ed.-6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAS GERAIS. **Lei ordinária nº 13.965, de 27 de julho de 2001**. Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à comercialização e a Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado. Disponível em: www.leisestaduais.com.br. Acesso em: 05 jun. 2020.

_____. **Lei Ordinária nº 16.296, de 01 de agosto de 2006**. Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá Outras Providências. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16296-2006-minas-gerais-. Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. , Decreto nº 47.968 de 29 de maio de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.965 de 27 de julho de 2001, que cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao consumo, à comercialização e à Transformação do Pequi e Produtos Nativos do Cerrado- Pró-pequi e dá outras providências. MG, **Diário Executivo**, 29/05/2020, caderno 01.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se For pra Morrer de Fome, Eu Prefiro Morrer de Tiro: o Norte de Minas e a Formação de Lideranças Rurais**. 139 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MUCHNIK, J. **Sistemas agroalimentarios localizados:** evolución del concepto y diversidad de situaciones**.** III Congreso Internacional de la Red SIAL “Sistemas Agroalimentarios Locales” Alimentación y Territorios “ALTER 2006”. Baeza (Jaén), España, 18 – 21 de Octubre, 2006.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NIEDERLE, P. A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a Agricultura Familiar. Revista de Extensão Rural, **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, n° 18, jul-dez de 2009.

_____, P.A. Mercados como ordens sociais: Uma alternativa pluralista aos dualismos da Sociologia da Alimentação**, Raízes**, v.37, n.2, jul-dez/2017.

NIEDERLE, P. A; WESZ Junior, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018, 432p.

OLIVEIRA, W. M.de; SILVA, L. O. **A Cadeia Produtiva do Pequi como estratégia para potencializar o extrativismo no Norte de Minas**. I CONGRESS ON SCIENCE BIODIVERSITY AND SUSTAINABILITY, Belo Horizonte, UFMG, out/2019.

PECQUEUR, B; ZIMMERMANN, J. B. CAPITULO 3 Fundamentos de uma economia da proximidade1. **Economia e território**, v. 3, p. 77, 2005.

PEREIRA, A.E. **Memorial Januária**: terra, rios e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004, 640 p.

PEREIRA, Lis Soares, SOLDATI, Gustavo Toboada, DUQUE-BRASIL, Reinaldo, COELHO, France Maria Gontijo, SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R. Agrobiodiversidade em Quintais como Estratégia para Soberania Alimentar no Semiárido Norte Mineiro. **Ethnoscientia**, [S.l.], v. 2, jan. 2017. Disponível em: http://ethnoscientia.com/index.php/revista/article/view/40. Acesso em: 25 ago. 2020.

PINTO, L. C. L; Rodrigues, I. P. E. ; Drumond, M. A.(2019). Population Structure and Fruit Productivity Analyses in Support of the Use of Caryocar brasiliense. **FLORAM**, v. 26, p. 2-11.

POZO, O. V. C. **O pequi (Caryocar brasiliense)**: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do Cerrado no Norte de Minas Gerais. 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

PRADO JR. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REQUIER-DESJARDINS, D. Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, jul. /dez. 2013.

RAMOS, V. P. **A abordagem de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) e sua tradução conceitual e institucional na América Latina e Brasil**. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F. M. Expansão da Agropecuária e terras comuns: quatro casos nos cerrados de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE

BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 63., 2005, Ribeirão Preto, **Anais**... Ribeirão Preto: SOBER, 2005, p.1-19.

_____. Notas sobre mercados e empreendimentos das populações rurais tradicionais em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47.,2009, Porto Alegre, **Anais** Porto Alegre: SOBER, 2009, 1 CD ROM.

RIBEIRO, E, M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 329p.

_____. **Do Engenho à mesa**: cultura imaterial e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2019,324p.

SANTOS, A. J; VIANA, A.L.; MATOS, J. G. R. SOUZA, J.B; PACHECO, J. M. S; **O Rio, o Lugar e a História**. In: Histórias dos gerais, (org.) Ribeiro, Belo Horizonte: Editora UFMG,2010, p. 219-233.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local – Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. 2012, **Revista.fazciênciaunioeste**.v.14, nº19, p-101-130, jan-jun.2012.

IICA. **Sistemas Agroalimentarios Localizados SIAL, una nueva visión de gestión territorial en América Latina**: experiencias en territorios de Argentina, Costa Rica, Ecuador y México. México: IICA/CIRAD, 2013.

SUAREZ, J. E. A. **O extrativismo de samambaia-preta**: uma alternativa de renda para agricultores familiares da encosta da Mata Atlântica no município de Maquiné (RS). 760 Porto Alegre, RS. 2007. 197p.

TEIXEIRA, S. A. M**. Ecologia Política e Econômica do Extrativismo do Pequi (Caryocar Brasilienses**): bases para o manejo seu sustentável em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

WANDERLEY, Maria N. de B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

_____. A contribuição da teoria das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. In: WILKINSON, John**. Mercados, redes e valores.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

_____. Sociologia Econômica - a Teoria das Convenções e o funcionamento dos Mercados. **Ensaios FEE,** 2002.